

The logo for UninCor is displayed in a bold, green, sans-serif font. The letter 'C' is stylized with a white circular cutout. The background features abstract geometric shapes in various shades of green and grey, creating a modern and dynamic feel.

UninCor

Thaise Fátima Silva de Oliveira

Formação do Professor em Educação Inclusiva

**TRÊS CORAÇÕES – MG
2024**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Vale do Rio Verde (UninCor) como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de Concentração: Gestão Empreendedora do Ensino.

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Gestão Educacional.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca do Centro Universitário UninCor – UninCor

Oliveira, Thaise Fátima Silva de. .
O48f Formação de professores em educação inclusiva. / Thaise Fátima
Silva de Oliveira. Três Corações, 2024. 148 f. : il. color.

Orientador: Zionel Santana.
Dissertação do Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.
Centro Universitário UninCor – UninCor.

1. Educação inclusiva. 2. Transtorno do Espectro Autista - TEA. 3. Formação de
professores. I.Santana, Thaise Fátima Silva de. (Orient.). II. Centro Universitário
UninCor – UninCor. III. Título.

CDU: 376

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA THAISE FÁTIMA SILVA DE OLIVEIRA, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO, PLANEJAMENTO E ENSINO.

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se, remotamente, a Comissão Julgadora, constituída pelos professores doutores: Zionel Santana (UNINCOR), Maria Aparecida Custodio Marcolino (Secretaria da Educação de São Gonçalo do Sapucaí), e Terezinha Richartz Santana (UNINCOR), para examinar a candidata Thaise Fátima Silva de Oliveira na defesa de sua dissertação intitulada: **FORMAÇÃO DO PROFESSOR EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. O Presidente da Comissão, Prof. Dr. Zionel Santana, iniciou os trabalhos às 14 horas 14 minutos, minutos, solicitando à candidata que apresentasse, resumidamente, os principais pontos do seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente a candidata sobre diversos aspectos da pesquisa e da dissertação. Após a arguição, que terminou às 16h 05 minutos horas, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho da candidata, tendo chegado ao seguinte resultado: Prof. Dr. Zionel Santana (aprovado), Profa. Dra. Maria Aparecida Custodio Marcolino (aprovado) e Profa. Dra. Terezinha Richartz Santana (aprovado). Em vista deste resultado, a candidata Thaise Fátima Silva de Oliveira foi considerada aprovado, fazendo jus ao título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Produto técnico defendido: “**CARTILHA GUIA DE REFERÊNCIA PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**”.

Três Corações, 01 de outubro de 2024. Novo título (sugerido pela banca):

Documento assinado digitalmente
 TEREZINHA RICHARTZ SANTANA
Data: 07/10/2024 11:22:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra Terezinha Richartz Santana

Documento assinado digitalmente
 ZIONEL SANTANA
Data: 05/10/2024 20:43:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Zionel Santana

Documento assinado digitalmente
 MARIA APARECIDA CUSTODIO MARCOLINO
Data: 07/10/2024 21:51:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Aparecida Custodio Marcolino

Prof. Dr. Anderson Ranieri Massahud (Suplente interno)

Prof. Dr. Diego Henrique Pereira (Suplente externo)

Dedico este trabalho a todos aqueles que
contribuíram para a sua realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por todas as bênçãos recebidas. Sem Ele, eu não conseguiria chegar até aqui.

Agradeço à minha família, por todo amor e compreensão e por sempre me apoiarem nas minhas escolhas.

A Maria Fernanda, minha filha, pelas alegrias que só uma criança sabe nos proporcionar nos momentos difíceis, e a minha companheira, Tamiris, pelo amor, compreensão e apoio incondicional.

Vocês são tudo para mim! Obrigada por compreenderem o meu distanciamento nos momentos de maior desespero e por não deixarem que isso abalasse a nossa união.

Às minhas amizades conquistadas nessa caminhada por todos os momentos vividos, de alegria, de inúmeras risadas, de tristeza, de estudo, apoio, preocupação e noites em claro. Sem vocês, esse curso não teria sido tão maravilhoso!

Ao meu orientador, Zionel Santana, exemplo de ser humano e de profissionalismo, por toda paciência e dedicação, não só neste trabalho, mas em todos os momentos acadêmicos em que pude, de alguma forma, aprender tanto com ele.

A todos os professores do curso que contribuíram de forma engrandecedora para a minha formação e pelo incentivo na procura de mais saber.

A todos que participaram desta pesquisa, contribuindo para a realização deste estudo.

Obrigada a todos vocês por toda a força e apoio que me deram, por nunca terem desistido de mim e sempre estarem ao meu lado, mesmo quando eu não estava totalmente presente na vida de vocês.

“As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser igual quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferente quando a igualdade os descaracteriza.”

(Boaventura de Souza Santos)

RESUMO

O tema dessa dissertação aborda a formação de professores e a educação inclusiva. Tal abordagem se faz necessária em uma formação continuada com respaldo para a educação inclusiva, pois muitos são os relatos dos professores que se dizem sem conhecimento das habilidades e competências para aplicar o ensino aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula do ensino regular, não sabendo qual o direcionamento para uma adaptação mais voltada para a interação desse aluno. Com isso se sentem sem uma orientação em preparar suas atividades, que muitas vezes não são bem aproveitadas por esse público. Com isso o aluno não alcança os resultados esperados. O objetivo dessa dissertação é demonstrar a importância da formação continuada para os professores que atuam na Educação Inclusiva em busca de uma adaptação direcionada para a interação social da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula regular. Esse objetivo será conseguido através de Estudo de Caso. Para tanto, como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica descritiva e análise quantitativa. O estudo deste trabalho fornecerá uma visão abrangente do estado atual da formação continuada dos professores em relação à educação inclusiva. Os resultados quantitativos permitirão identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria nas práticas de inclusão.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

This work addresses teacher training and inclusive education. Such an approach requires continued training with support for inclusive education, as there are many reports from teachers who say they lack knowledge of the skills and competence to apply teaching to students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the classroom. Regular education, not knowing the direction for an adaptation more focused on the interaction of this student, and as a result, they feel without guidance in preparing their activities, which are often not well used by this audience. As a result, the student does not achieve the expected results. The objective of this article is to demonstrate the importance of continued training for teachers who work in Inclusive Education for an adaptation aimed at the social interaction of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the regular classroom. It will be achieved through a case study. To this end, descriptive bibliographic research and quantitative analysis were used as methodology. The study of this work will provide a comprehensive overview of the current state of continuing teacher training in relation to inclusive education. The quantitative results will allow us to identify areas of success and opportunities for improvement in inclusion practices.

Keywords: Teacher training. Inclusive education. Autism Spectrum Disorder.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNC-FC	Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UNESCO	Declaração da Salamanca
UninCor	Centro Universitário Vale do Rio Verde
WCEFA	Declaração Mundial sobre Educação para Todos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	15
2.1	Formação do professor na Lei de Diretrizes e Bases da Educação	17
2.2	A Educação Inclusiva na Política Nacional	20
2.3	Programas de formação de professores na Perspectiva Inclusiva	22
2.4	Documentos sobre a Inclusão	24
2.5	Desenvolvimento das Habilidades e Competências dos Professores em Formação Inclusiva	28
2.6	Políticas Públicas na Formação Continuada do Professor na Educação Inclusiva	31
3	DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DOS PROFESSORES EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA	28
3.1	Formação Continuada do Professor na Perspectiva Inclusiva da Legislação	28
3.2	Políticas Públicas na Formação Continuada do Professor na Educação Inclusiva	31
4	METODOLOGIA	43
4.1	Pesquisa bibliográfica	43
4.2	Tipo de método	43
4.2.1	Instrumento de coleta de dados	46
4.3	Descrição do estudo de caso	49
4.4	Universo da pesquisa	52
4.5	Local da pesquisa	52
4.6	Sujeitos da pesquisa	53
4.7	Análise e interpretação dos dados	53
4.8	Produto Técnico-Tecnológico	54
4.9	Etapas da pesquisa	55
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
5.1	Percepção da gestora escolar que fez a formação continuada	56
5.2	Percepção do coordenador escolar que tem formação continuada	62
5.3	Percepção do coordenador escolar que não tem a formação continuada	66
5.4	Percepção do professor que fez a formação continuada escolar	70
5.5	Percepção do professor que não fez a formação continuada escolar	102
5.6	Relatório da apresentação do produto técnico-tecnológico	123
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130

REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO.....	135
APÊNDICE B - VALIDAÇÃO DO PRODUTO.....	138
APÊNDICE C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	141

1 INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação aborda a formação de professores e a educação inclusiva que são duas áreas cruciais no contexto da educação contemporânea. Enquanto a formação de professores é fundamental para o desenvolvimento profissional pedagógico dos professores, a educação inclusiva representa um compromisso com a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais. Esta dissertação de pesquisa demonstra a importância da formação continuada para os professores que atuam na Educação Inclusiva visando à adaptação direcionada para a interação social do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula regular. Neste contexto é fundamental conduzir uma pesquisa abrangente sobre a formação contínua dos professores focando no desenvolvimento de habilidades e competências específicas necessárias para atender às demandas únicas desses alunos.

O objetivo desta dissertação visa demonstrar a importância da formação continuada para os profissionais que atuam na Educação Inclusiva objetivando uma melhor adaptação que possibilite a interação social desses alunos, das pessoas com (TEA) em sala de aula regular.

No que se refere à formação continuada é essencial que os professores se familiarizem não apenas com as características gerais do TEA, mas também com as variações individuais e complexidades que cada aluno pode apresentar. Isso inclui compreender as diferenças sensoriais, de comunicação e de interação social que podem afetar o processo de ensino-aprendizagem. A formação deve equipar os professores com estratégias pedagógicas adaptativas que considerem as necessidades individuais desses alunos e promover seu desenvolvimento acadêmico e social de maneira eficaz.

O problema de pesquisa desta dissertação concentra-se na essencial indagação: qual é relevância da formação continuada do professor na perspectiva inclusiva em desenvolver habilidades e competências para a interação social do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Este questionamento fundamental destaca a importância de compreender como a capacitação contínua dos professores pode desempenhar um papel crucial na promoção de ambientes educacionais inclusivos que priorizam abordar essa lacuna de conhecimento, reconhecendo a interseção crítica entre a formação de professores, a inclusão e as necessidades específicas dos alunos com TEA.

A formação continuada para uma adaptação significativa deve ser projetada de forma a capacitar os professores a criarem ambientes educacionais inclusivos e flexíveis. Isso implica na habilidade de adaptar materiais didáticos, implementar estratégias de ensino diferenciado e

estabelecer rotinas estruturadas que proporcionem segurança e previsibilidade aos alunos com TEA. Além disso, a formação deve incentivar a colaboração interdisciplinar fomentando parcerias com terapeutas, psicólogos e outros profissionais que possam contribuir para o sucesso global desses alunos.

A formação continuada dos professores no ensino regular deve abordar o desenvolvimento de habilidades e competências específicas para facilitar a interação entre os alunos com TEA e seus colegas. Isso requer a aprendizagem de estratégias que promovam a inclusão como a criação de atividades de grupos inclusivos, o ensino de habilidades sociais e a promoção de um ambiente de compreensão e aceitação.

A formação continuada dos professores é uma peça-chave na capacitação para enfrentar os desafios complexos e diversificados da Educação Inclusiva, especialmente no contexto da interação social de alunos com TEA.

É inegável que a formação contínua proporciona aos professores as ferramentas e o conhecimento necessários para compreender as nuances do TEA e como elas afetam o processo educacional. Ao adquirir uma compreensão mais profunda das características do TEA, os professores podem desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes, adaptadas às necessidades individuais desses alunos com TEA e melhorar assim a qualidade do ensino e a aprendizagem.

A formação continuada também tem papel fundamental na adaptação bem sucedida dos alunos com TEA, ao desenvolver habilidades e competências específicas os professores são capazes de criar ambientes de aprendizado inclusivos e adaptados que proporcionam aos alunos oportunidades significativas de aprendizagem. Isso inclui a capacidade de adaptar o currículo e implementar estratégias de apoio.

Além disso, a formação continuada do professor não só desenvolve habilidades e competências, mas também estimula a criação de estratégias adicionais para promover a interação social dos alunos com TEA na sala de aula regular. Isso pode incentivar o uso de atividades de grupo inclusivas, o ensino de habilidades sociais específicas e a promoção de uma cultura de aceitação entre os colegas.

O TEA é caracterizado, em parte, por dificuldades na comunicação e interação social. A interação social é uma habilidade crítica para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses alunos. Portanto, compreender como a formação continuada pode aprimorar essa habilidade é essencial.

Os professores desempenham um papel central na promoção da inclusão e no desenvolvimento das habilidades sociais dos alunos com TEA. A formação continuada pode

capacitar os educadores a adotarem abordagens pedagógicas eficazes e a compreenderem as necessidades específicas desses discentes.

Pressupõe que a formação continuada específica para professores abordando estratégias de ensino adaptadas às necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), resultará em melhorias significativas nas habilidades de interação social deles em salas de aula regulares.

O segundo capítulo da dissertação, aborda o Direito Fundamental à Educação: a Constituição reconhece a educação como um direito fundamental de todos, sob a responsabilidade compartilhada entre o Estado, a sociedade e a família. A Educação Inclusiva destaca o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência. Formação de Professores para a Inclusão, Leis e Políticas de Inclusão, Desenvolvimento Integral dos Indivíduos, Acessibilidade e Eliminação de Barreiras e Programas e Atendimento Especializado. A Política Nacional, representando um marco significativo na garantia da inclusão de indivíduos com necessidades especiais nas instituições educacionais comuns. Abordando a necessidade de uma Formação Especializada: a LDB destaca que os profissionais devem possuir uma especialização adequada em nível médio ou superior para Atendimento Especializado, reforça que a União, o Distrito Federal, Estados e Municípios devem colaborar para a Formação Inicial e Continuada, e a Capacitação dos Profissionais de Magistério, Adaptação curricular, Gestão Democrática e Prioridade à Educação Inclusiva. Aborda a necessidade de uma Formação Especializada: a LDB destaca que os profissionais devem possuir uma especialização adequada em nível médio ou superior para Atendimento Especializado, reforça que a União, o Distrito Federal, Estados e Municípios devem colaborar para a Formação Inicial e Continuada, e a Capacitação dos Profissionais de Magistério, Adaptação curricular, Gestão Democrática e Prioridade à Educação Inclusiva.¶

O terceiro capítulo abordará o desenvolvimento das habilidades e competências dos professores em Educação Inclusiva, abordando a formação continuada do professor na perspectiva inclusiva da legislação e as políticas públicas na formação continuada do professor na educação.

O quarto capítulo abordará a análise dos resultados obtidos.

A dissertação desempenhou um papel fundamental nesse processo, orientando o pesquisador desde a formulação das questões iniciais até as conclusões finais. A busca por uma sequência lógica na coleta, análise e interpretação de observações visa evitar desconexões entre as evidências obtidas e as perguntas norteadoras da pesquisa. Assim, enxergamos a dissertação

como um instrumento de resolução de problemas lógicos que garante a coesão entre a teoria proposta e os dados empíricos coletados.

A importância do desenvolvimento teórico é destacada, uma vez que a dissertação abrangente incorpora proposições que direcionam a análise dos dados. Reconhecemos a teoria como um elemento fundamental em estudos de caso por desempenhar um papel crucial na determinação e teste de teorias preexistentes.

O estudo tem como foco central a realização de um Estudo de Caso em uma Instituição Municipal voltada para o ensino básico. Este método de pesquisa, reconhecido como estratégia empírica profunda, destaca-se por sua ênfase na coleta de dados provenientes de diversas fontes e permite uma compreensão abrangente do caso em seu contexto específico.

Foi adotada a abordagem exploratória cujo objetivo é apresentar diversas interpretações para os fenômenos estudados. Nesse sentido, buscamos não apenas descrever, mas também compreender e explicar os eventos observados na instituição educacional selecionada.

Neste estudo, o propósito não é apenas contribuir para a compreensão do contexto educacional municipal, todavia refletir sobre a importância do rigor metodológico na condução de estudos de caso.

Iniciou-se a dissertação sendo descritiva com uma revisão bibliográfica da literatura sobre formação de professores e educação inclusiva. Esta etapa tem o objetivo de estabelecer uma base teórica sólida para identificar a importância da formação continuada do professor na perspectiva inclusiva de desenvolver habilidades e competências para a interação social do aluno com Transtorno do Espectro Autista.

Foi realizada uma pesquisa de Estudo de Caso numa Instituição Municipal que oferece ensino básico. Foi feita uma entrevista com Professores, Coordenadores e Gestores (Vide Apêndice A) para entender como se dá a adaptação da interação social do aluno com TEA na sala de aula do ensino regular.

A abordagem foi descritiva analisando os resultados da pesquisa de caso para descrever as práticas dos professores que atuam na Educação Inclusiva com aluno TEA, direcionado para a interação social.

As respostas das entrevistas foram analisadas, permitindo-nos o grau de concordância e eficácia das estratégias de inclusão abordadas.

Espero que este estudo forneça uma visão abrangente do estado atual da formação continuada dos professores em relação à educação inclusiva. Os resultados qualitativos permitirão identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria nas práticas de inclusão.

O produto técnico tecnológico foi desenvolvido em uma cartilha de Capacitação em Educação Inclusiva para Professores. Essa cartilha objetivará fornecer recursos e orientações práticas destinadas a capacitar os professores que buscam aprimorar suas habilidades em educação inclusiva.

Nesse viés, ressalva-se que o presente estudo vincula-se à linha de pesquisa Gestão Empreendedora do Ensino do Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino do Centro Universitário Vale do Rio Verde UninCor – Três Corações; estando também associado ao projeto de pesquisa “Comunicação, Cultura e Gestão Educacional”, elaborado e coordenado pelo professor Dr. Zionel Santana.

2.1 Formação do professor na Constituição Federal

2 FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL¶

A formação de professores é uma parte fundamental na promoção da educação inclusiva. Ela desempenha um papel essencial ao capacitar os futuros professores para atender às necessidades de diversos alunos e garantir o acesso à educação de qualidade a todos. A Constituição Federal do Brasil reconhece o direito à educação de qualidade como direito norteador para a cooperação entre o Estado e a sociedade para a promoção desse direito ao pleno desenvolvimento humano, à formação cívica e à competência para o trabalho humano (Brasil, 1988). O artigo 205 estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 174).

A formação de professores voltada para a educação inclusiva deve abordar vários aspectos incluindo conhecimentos teóricos, habilidades práticas e o desenvolvimento de atitudes e valores (Soares; Carvalho, 2012). Os professores devem compreender os princípios básicos da inclusão, como valorizar a diversidade, respeitar as diferenças e promover a igualdade (Brasil, 1988).

Segundo Bortolini (2021), no aspecto teórico, os professores devem aprender sobre as leis e as políticas relacionadas à inclusão educacional, bem como as bases conceituais da educação inclusiva. Eles devem compreender as diferentes necessidades e características dos alunos incluindo aqueles com deficiências, transtornos de aprendizagem e outras dificuldades. Isso envolve aprender sobre estratégias pedagógicas diferenciadas, adaptação curricular, uso de recursos de apoio e tecnologias assistivas (Bortolini, 2021). Portanto, na Constituição Federal, em seu artigo 208, parágrafo terceiro garante “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (Brasil, 1988, p. 175).

No artigo 208 da Constituição Federal, é garantido o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva, sempre que possível, em escolas regulares. O objetivo é proporcionar educação adaptada às necessidades específicas desses alunos, promovendo sua plena integração na sociedade (Brasil, 1988). Essa disposição reforça o compromisso do Estado brasileiro em garantir educação e acesso escolar a todos os cidadãos, independentemente de suas diferenças.

Isso estabelece um marco importante para a promoção da educação inclusiva no Brasil, oferecendo oportunidades de desenvolvimento educacional igualitário a todos os cidadãos.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito fundamental e universal, reforçando sua importância como pilar central para o desenvolvimento integral das pessoas e para o exercício pleno da cidadania. A educação é vista como um compromisso compartilhado entre o Estado, a sociedade e a família, refletindo uma abordagem holística que vai além do mero acesso à instrução formal (Brasil, 1988). Nesse contexto, o artigo 205 destaca o papel da educação não apenas na transmissão de conhecimentos, mas também na formação de indivíduos capazes de participar ativamente na sociedade e de preparar para o mercado de trabalho. Isso implica que a educação deve ir além do ensino de habilidades acadêmicas e técnicas, abrangendo o desenvolvimento de valores, ética, pensamento crítico e habilidades sociais (Brasil, 1988).

O 3º parágrafo do artigo 208 da Constituição Federal de 1988 desempenha um papel importante na promoção da educação inclusiva no Brasil. Ele estabelece a obrigatoriedade de oferecer atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino. Esse dispositivo legal reflete o compromisso do Estado em garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso igualitário à educação, permitindo-lhes participar plenamente da vida acadêmica e social do país (Brasil, 1988).

Além disso, esse parágrafo reforça o compromisso do Estado em superar barreiras físicas, arquitetônicas e atitudinais que possam impedir o acesso dos alunos com deficiências às instituições educacionais. Isso envolve a criação de ambientes escolares acessíveis, bem como a sensibilização de toda a comunidade educacional para a importância da inclusão (Brasil, 1988).

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo 2, menciona:

Criação de programas e atendimento especializado para pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (Brasil, 1988, p. 191).

Os artigos 205 e 208, em seu parágrafo terceiro da Constituição Federal, estabelecem as bases para a educação brasileira, destacando a universalidade do acesso à informação e à responsabilidade compartilhada da sociedade e instituições em promover uma educação de qualidade. A interseção desses artigos reflete o entendimento de que a educação é essencial

para o desenvolvimento pessoal e social. A formação de professores desempenha um papel central nesse processo, exigindo valorização, reconhecimento e oportunidades contínuas de aprendizado. Esses artigos são faróis orientando um futuro em que o acesso à educação seja verdadeiramente transformador e universal (Brasil, 1988). ¶

A Resolução SEE N° 4.256/2020 estabelece as diretrizes para a normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

O Art. 2° da Resolução SSE 4.256/2020 define a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar transversal, que abrange todos os níveis, anos de escolaridade e modalidades de ensino, sendo oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. (Brasil, 2020).

A Resolução em seu Art 3° considera Educação Especial, para efeito do que dispõe a presente resolução que apresentam:

I- Deficiência: Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental e intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

II- Transtorno do Espectro Autista (TEA): Considera-se pessoa com TEA aquela que apresenta quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras.

III- Altas Habilidades/Superdotação: Considera-se pessoa com Altas Habilidades/Superdotação aquela que demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (Brasil, 2020, p. 01).

2.12 Formação do professor na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

No âmbito da legislação brasileira, a formação de professores desempenha um papel de destaque, porém, a preparação para lidar com alunos de desenvolvimento atípico nem sempre está claramente definida. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n° 12.796/2003, em seu artigo 59, sublinha que esses profissionais devem possuir uma “especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 22). A lei reconhece, assim, a necessidade de formar professores que possam trabalhar de maneira inclusiva e proporcionar uma educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. No artigo 62, parágrafo primeiro, reforça ainda que a União, o Distrito Federal, estados e municípios devem colaborar para a formação inicial, continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (Brasil, 1996).

Dessa forma, a formação dos educadores deve ser um esforço conjunto, envolvendo universidades e sistemas de ensino.

Ao abordar a formação necessária para os professores que trabalham com alunos de desenvolvimento atípico, na LDB, segundo Mendes, Cia e Cabral (2015), identifica dois tipos de profissionais em um contexto educacional onde a educação especial é um componente instrutivo: o professor especializado, que desempenha um papel multifacetado na sala de recursos, instituições e centros especializados, oferecendo atendimento educacional especializado. E o professor que atua na sala de aula regular, ensinando a todos os alunos, embora suas funções sejam distintas do professor especializado, esses dois professores devem trabalhar de forma clara e colaborativa (Mendes; Cia; Cabral, 2015).

O artigo 58 menciona: “Entende-se por educação especial, para os fins desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996, p. 40).

O artigo 59 da LDB diz que o ensino deve disponibilizar currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos para atender às necessidades desses alunos (Brasil, 1996). Isso implica em adaptar o conteúdo, as estratégias de ensino e os materiais de acordo com as características individuais de cada aluno, como trata o primeiro parágrafo do artigo 59: “[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996, p. 40).

A formação de professores deve ser articulada com a prática pedagógica da escola de maneira a fomentar abordagens pedagógicas alternativas que auxiliem os alunos enfrentando desafios educacionais decorrentes da educação especial, sem que isso resulte em diferenciação ou empobrecimento de suas experiências educacionais (Santos; Falcão, 2020).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelece diretrizes para a formação de professores e aborda a importância da educação inclusiva. Ela reconhece a necessidade de preparar professores para atuar de forma inclusiva, assegurando uma educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (Brasil, 1996).

As diretrizes da Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, desempenham um papel fundamental na formação de professores para a educação inclusiva no Brasil, estabelece princípios e diretrizes gerais que norteiam a educação no país, e essas diretrizes têm implicações importantes para a formação dos profissionais da educação, incluindo os professores que atuam na área da educação inclusiva (Brasil, 1996).

A LDB estabelece que a formação de professores para atuar na educação básica deve ser realizada em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Isso implica que os professores devem receber uma formação sólida e abrangente que os prepare para atuar com diversos públicos, incluindo alunos com necessidades educacionais especiais (Brasil, 1996). O artigo 62 da LDB destaca:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996, p. 42).

Além da formação inicial, a LDB enfatiza a importância da formação continuada dos professores. Ela estabelece que os sistemas de ensino devem incentivar a formação em serviço, incluindo programas de atualização, aperfeiçoamento e especialização para professores. Essa formação continuada é essencial para que os professores desenvolvam competências específicas para a educação inclusiva (Brasil, 1996). A LDB menciona no artigo 67:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim (Brasil, 1996, p. 44).

A LDB prevê a adaptação dos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Isso significa que os professores devem estar preparados para adaptar seu ensino de acordo com as características individuais dos alunos, promovendo a inclusão (Brasil, 1996), estabelecendo que os alunos com deficiência têm direito ao atendimento educacional especializado, que deve ser oferecido em salas de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento educacional especializado. Os professores que atuam nesse contexto devem receber formação específica para proporcionar um atendimento adequado (Brasil, 1996).

A LDB promove a gestão democrática das escolas, que envolve a participação da comunidade escolar nas decisões educacionais. Isso inclui pais, alunos, professores e demais profissionais da educação. A participação ativa da comunidade na definição das políticas educacionais pode contribuir para uma educação mais inclusiva (Brasil, 1996). O artigo 3º em seu parágrafo nono menciona que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal” (Brasil, 1996, p.9).

Na perspectiva da educação inclusiva, a LDB nº 9.394/1996 ressalta que a formação continuada é de particular relevância. Essa formação prepara os educadores para acolher e atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, possibilitando adaptações curriculares e pedagógicas que se ajustem às necessidades individuais de cada estudante. Através dessa formação, os professores podem desenvolver abordagens diferenciadas que promovam o pleno desenvolvimento de todos os alunos, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo (Brasil, 1996).

2.23 A Educação Inclusiva na Política Nacional

A formação de professores é um elemento fundamental na promoção de educação inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecem diretrizes e embasamentos legais para a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva no Brasil (Brasil, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, é o principal documento legal que estabelece as diretrizes gerais da educação no Brasil. Ela aborda a formação de professores em vários aspectos, incluindo a formação inicial e ~~continuada~~. (Brasil, 1996).

A necessidade de formação inicial em nível superior para professores da educação básica inclui a formação de professores para atender a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) complementa a LDB ao estabelecer diretrizes para a formação de professores na área da educação inclusiva. Ela define as necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino.

Essas duas fontes são fundamentais para embasar a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. Elas estabelecem a necessidade de uma formação inicial sólida e contínua, bem como a importância da adaptação curricular e da promoção da igualdade de oportunidades na educação para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

A preocupação com a qualificação dos professores no campo da Educação Inclusiva é inegavelmente essencial. As diretrizes estabelecidas pela política nacional não apenas promovem o desenvolvimento profissional contínuo, mas também asseguram que os

educadores estejam adequadamente equipados para enfrentar os desafios e as demandas da diversidade presente nas salas de aula inclusivas. Dessa forma, a formação abrangente e direcionada reforça o compromisso do Brasil em proporcionar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos possam prosperar (Brasil, 2008).

Um dos princípios e critérios da Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) é o acesso universal à educação. Ela enfatiza que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, incluindo deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e talentos, devem ter a oportunidade de, na escola, participar ativamente da vida escolar. Além disso, ressalta a importância da permanência desses alunos na escola, assegurando que eles prossigam com seus estudos ao longo do tempo.

Esse documento também descreve a necessidade de garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente. Isso implica práticas pedagógicas que se adaptem às necessidades individuais de cada aluno, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo (Brasil, 2008). Outro aspecto relevante é a acessibilidade, tanto física, quanto digital, das instituições educacionais. As escolas devem ser adaptadas para garantir que todos os alunos possam transitar e acessar os recursos de ensino. Além disso, a política prevê a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos que necessitam de apoio adicional (Brasil, 2008).

A formação de professores é um componente crucial da Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Ela reconhece que os educadores desempenham um papel fundamental na promoção da educação inclusiva e, portanto, devem receber formação adequada para atender a diversidade dos alunos.

A colaboração interdisciplinar entre diferentes profissionais da educação e a participação ativa da comunidade escolar e da sociedade são incentivadas como meios de construir ambientes verdadeiramente inclusivos (Brasil, 2008).

A Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) busca transformar a educação no Brasil, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Ela estabelece diretrizes que visam à construção de uma sociedade mais justa, onde todos os indivíduos possam desenvolver seu potencial máximo, independentemente de suas características pessoais. Essa política representa um passo importante em direção a uma educação mais inclusiva e equitativa no País, estabelecendo critérios cruciais para a preparação e atuação dos professores no âmbito do Atendimento Educacional Especializado. Segundo essa política, a capacitação adequada é uma exigência fundamental para aqueles que desejam se

envolver nesse campo, demandando tanto formação inicial quanto contínua que abranja competências pedagógicas gerais e conhecimentos específicos voltados à Educação Especial.

2.34 Programas de formação de professores na Perspectiva Inclusiva

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, levando em consideração a Constituição Federal de 1988, que garante o direito de todos à educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica, regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

Conforme a Secretaria de Educação Especial (2018), a educação especial é concebida como uma modalidade de ensino que abrange todos os níveis, etapas e modalidades, promovendo o atendimento educacional especializado, disponibilizando recursos e serviços, além de orientar sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas do ensino regular. Dessa forma, os sistemas de ensino têm a responsabilidade de matricular alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular, garantindo também a oferta do atendimento educacional especializado (AEE), a fim de promover o acesso e assegurar uma educação de qualidade. (Brasil, 2018).

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. (Brasil, 2018, p.01).

Os programas de formação dedicados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenham um papel fundamental na preparação dos profissionais da educação para a promoção da inclusão escolar (Brasil, 2008). Eles visam fornecer conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para atender às diversas necessidades educacionais dos alunos, assegurando, assim, que a educação seja verdadeiramente inclusiva (Brasil, 2008).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 208, inciso terceiro, estabelece que o dever do Estado com a educação deve garantir o atendimento às necessidades educacionais

especiais dos alunos, preferencialmente em escolas regulares; “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (Brasil, 1948, p. 48).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelece a importância da formação continuada dos profissionais da educação, bem como a necessidade de garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas condições (Brasil, 1996). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI), instituída pelo Decreto nº 7.611/2011, também respalda a formação de professores para a educação inclusiva. Esse documento destaca a necessidade de programas de formação que preparem os educadores para atuar de forma eficaz em salas de aula inclusivas, promovendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas e colaborativas (Brasil, 2011).

A legislação nacional, Constituição Federal (1988), estabelece princípios claros que orientam a educação inclusiva no país. Nesse contexto, a formação adequada dos professores desempenha um papel fundamental para a efetivação desse direito. Atente-se para os cursos de aperfeiçoamento para a formação de professores na educação inclusiva.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência em diversos setores da sociedade, incluindo a educação. Ela reforça a importância da formação de professores para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. O artigo 28, em seu parágrafo 11, destaca: “XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio [...]” (Brasil, 2015, p. 21).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) é a principal legislação que regula a educação no Brasil. Ela destaca a formação continuada dos professores como um elemento essencial para a promoção da qualidade e da inclusão educacional. Em seu artigo 67, menciona:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, [...] inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II – Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim (Brasil, 1996, p. 44).

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelece metas e estratégias para a educação no país. Ele enfatiza a formação continuada de professores como um dos meios para alcançar a educação inclusiva de qualidade. Destaca-se

Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues (Brasil, 2014, p. 179).

Os programas de formação em AEE não apenas estão alinhados com os princípios constitucionais e legais que regem a educação inclusiva no Brasil, mas também desempenham um papel crucial na efetivação desses princípios (Brasil, 1988). Eles capacitam os profissionais da educação a oferecerem um atendimento educacional de qualidade, garantindo que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação inclusiva e significativa. Portanto, a promoção desses programas é essencial para avançarmos em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Brasil, 1988).

O aprimoramento, a qualificação e a formação constante dos professores especializados, em níveis de aperfeiçoamento e especialização, ocorrem por meio desses programas de formação dedicados ao Atendimento Educacional Especializado. Além disso, essa trajetória de aprendizado se estende a cursos de aperfeiçoamento, os quais abordam conhecimentos específicos, tais como Libras, Braille, Tecnologia Assistiva, Comunicação e Códigos, entre outras áreas de relevância (Santos; Falcão, 2020).

2.45 Documentos sobre a Inclusão

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva ([Brasil, 2018](#)) emerge nesse contexto como um marco fundamental, delineando diretrizes e princípios que reforçam o compromisso do Brasil com uma educação verdadeiramente inclusiva.

A educação inclusiva é, antes de tudo, uma resposta ao desafio de garantir a equidade e o acesso igualitário à educação. No entanto, essa resposta não pode ser considerada de forma isolada, mas sim dentro de um cenário mais amplo que tem evoluído ao longo dos anos (Brasil, 2008).

Antes da promulgação dessa política, o Brasil já vinha trilhando um caminho rumo à inclusão. No entanto, diversos obstáculos persistiam, incluindo a falta de recursos, a segregação

de estudantes com deficiências, a resistência à mudança e a carência de formação adequada para os professores.

Esses desafios refletiam uma realidade educacional complexa que exigia uma abordagem mais abrangente e orientada para a mudança (Brasil, 2008).

Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2018), surge como um documento que reflete a evolução das práticas educacionais no Brasil. Ele se baseia em diretrizes internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e reflete o compromisso do país com uma educação que respeite a diversidade e promova a igualdade de oportunidades.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2018) é um documento do Ministério da Educação do Brasil que visa promover a inclusão na educação e garantir a disponibilidade e qualidade da educação para todas as pessoas com deficiência, pessoas com desenvolvimento global, transtornos e muito talento. O documento reforça os princípios de igualdade, diversidade, participação e respeito pelas características dos alunos. Enfatiza a escola regular como primeiro espaço de educação inclusiva, garantindo a participação dos alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço adicional ou complementar à educação escolar, fornecido paralelamente à educação regular. Ressalta-se a formação consistente de professores e agentes educativos para um trabalho versátil, bem como a necessidade de adaptar currículos e métodos para atender às necessidades especiais de cada aluno. Outro ponto enfatizado é garantir que as escolas sejam acessíveis e tenham condições físicas e de comunicação adequadas para a participação de todos os alunos. A política valoriza a cooperação e participação ativa da comunidade escolar, incluindo alunos, famílias, professores e equipe pedagógica. Além disso, o documento revela a importância de avaliar e monitorar continuamente as práticas inclusivas para melhorar a qualidade da educação para todos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2018) reafirma o compromisso do Brasil em promover a inclusão na educação e o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, respeitando suas particularidades e valorizando a diversidade presente nas escolas do país.

A educação inclusiva, como concebida na Declaração de Salamanca de 1994, representa um marco significativo no campo da educação e nos reforços para garantir o acesso igualitário à educação para todas as crianças. Esta declaração, adotada durante a conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, estabeleceu o princípio fundamental de que todas

as crianças, independentemente de suas diferenças e necessidades, têm o direito fundamental de receber uma educação de qualidade em escolas regulares.

A Declaração da Salamanca (1994) protege o direito de todos os alunos à educação inclusiva nas escolas regulares, o que enfatiza a importância de respeitar e valorizar a diversidade na sociedade. Nesse sentido, o documento prioriza que as escolas devem estar preparadas para receber e atender a todos os alunos, independentemente de suas características individuais, incluindo deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e talento. Com isso, o princípio “escola para todos” proposto na Declaração de Salamanca enfatiza a ideia de que a educação inclusiva é um direito de todos os alunos e uma forma de alcançar uma sociedade mais igualitária e justa (Declaração de Salamanca, 1994).

O documento reconhece que a diversidade é riqueza e a educação inclusiva é essencial para o pleno desenvolvimento de cada pessoa e para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Assim, a Declaração de Salamanca desempenha um papel importante ao enfatizar a necessidade de promover políticas e práticas educacionais que assegurem a inclusão de todos os alunos, respeitem suas diferenças e necessidades especiais e contribuam para a construção de um sistema educacional mais justo, diversificado e acessível.

Ao longo das décadas, a Declaração de Salamanca tem servido como um farol para políticas educacionais em todo o mundo, influenciando a maneira como as nações abordam a inclusão de crianças com deficiência, necessidades especiais e diversas características em seus sistemas de ensino. Esta declaração ressalta valores essenciais, como igualdade, diversidade, participação e respeito que formam a base de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adotada pelas Nações Unidas, em 2006, é um documento histórico que estabelece um marco essencial na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas com deficiência em todo o mundo. Esta convenção reconhece a dignidade inerente e os direitos iguais de todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais, intelectuais ou psicossociais, e procura eliminar todas as formas de discriminação e barreiras que possam limitar sua plena participação na sociedade.

Além disso, esta Convenção estabelece uma educação inclusiva que visa garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade, respeitando suas diferenças e fornecendo-lhes o suporte necessário para desenvolver todo o seu potencial. Para alcançar resultados positivos na prática pedagógica, os professores devem adotar métodos mais flexíveis e versáteis que permitam adequar os conteúdos e as estratégias de ensino às características dos alunos. Isso inclui recursos técnicos, materiais personalizados, estratégias

de ensino diferenciadas e colaboração com outros profissionais, como especialistas em educação inclusiva e equipes multidisciplinares.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é mais do que um tratado internacional; é um compromisso moral e ético com a criação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de sua condição, tenham a oportunidade de participar plenamente e contribuir para o bem comum.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um avanço significativo na garantia dos direitos e na promoção da inclusão de um segmento importante da população brasileira. Essa legislação é fundamental para assegurar que todas as pessoas, independentemente de sua capacidade ou condições, tenham igualdade de oportunidades e possam participar plenamente na sociedade [\(Brasil, 2015\)](#).

A Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 27, destaca o direito fundamental das pessoas com deficiência à educação, assegurando que elas tenham acesso a uma educação que permita o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, bem como a participação em todas as atividades escolares em igualdade de condições com seus colegas sem deficiência. Destaca-se:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando-lhe um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, p. 55).

A promulgação desta lei representa um avanço significativo, pois coloca em prática princípios fundamentais, como a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a acessibilidade, como traz o seu artigo 4º: “[...] toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação [...]” (Brasil, 2015, p. 27), que são essenciais para construir uma sociedade mais inclusiva e justa. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão reconhece a dignidade intrínseca de todas as pessoas, independentemente de suas deficiências e busca eliminar as barreiras físicas e sociais que muitas vezes as impedem de desfrutar plenamente de seus direitos.

Antes de 2018, o engajamento escolar no Brasil sobre inclusão estava em desenvolvimento e enfrentava desafios e obstáculos. Muitos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e alunos superdotados foram excluídos do sistema educacional ou frequentaram escolas segregadas. A falta de recursos, acessibilidade e formação adequada dos professores dificultou a oferta de educação inclusiva de qualidade. A falta de

procedimentos e orientações claras também afetou as práticas interescolares e a resistência de alguns membros da comunidade escolar ao envolvimento. Apesar disso, esforços para promover a inclusão já haviam sido feitos antes de 2018. Desde 2010, no entanto, o fortalecimento da política especial do país permitiu avanços significativos na valorização da educação inclusiva no Brasil (Melo; Marcio, 2010).

2.56 Desenvolvimento das Habilidades e Competências dos Professores em Formação inclusiva

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que uma de suas finalidades é colaborar com a formação continuada dos professores da educação básica, sendo um direito dos professores em exercício participar de iniciativas dessa natureza (Brasil, 1996).

De acordo com a Lei nº 12.796 de 2013, no art. 59, a LDB aborda a formação continuada dos professores, incluindo aqueles que atuam na educação inclusiva. O artigo 59, que trata da capacitação de professores para atender alunos com necessidades especiais, em que inclui a educação inclusiva: sejam atendidos por professores especializados com formação adequada, tanto em nível médio quanto superior, e que os professores do ensino regular sejam capacitados para integrar esses alunos nas classes comuns.

Conforme disposto na Lei nº 12.056, de 2009 no § 1º do art. 62 da LDB, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios têm a responsabilidade, em regime de colaboração, de promover a formação inicial, a formação continuada e a capacitação dos profissionais do magistério (Brasil, 2020). Ainda no o art. 62 no inciso § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância (Brasil, 2020).

O parágrafo único do art. 62 A da Lei nº 12.796 de 2013 menciona: “Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação” (Brasil, 2020, p. 44).

O caput do art. 62 na Lei nº 12.796 de 2013 diz que “A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas” (Brasil, 2020, p. 44).

No art. 61 pela Lei nº 12.014, de 2009, Brasil (2020), consideram – se profissionais de educação escolar básica os que nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou fim (Brasil, 2020, p. 43).

Segundo Miranda (2018), a formação inicial não prepara o professor para trabalhar com estudantes com necessidades especiais, daí a necessidade de recorrer à formação continuada, não apenas para preencher as lacunas da formação inicial, mas para adquirir conhecimentos específicos necessários para atender estudantes com deficiências. Todavia, a autora destaca que

[...] a formação inicial dos professores em relação ao atendimento das necessidades especiais, ainda ocorre de forma inconsciente, e poucos profissionais iniciam sua carreira docente com experiências de ensino junto a estudantes com NEE. A maioria dos professores manifesta descontentamento com seus processos de formação em relação a esta questão e há total ambiguidade em termos da formação docente, expressando a falta de política clara, consistente e avançada para a formação docente, entre as quais a do professor especializado. A tentativa de suprir essa lacuna tem sido a formação continuada através de educação à distância (Miranda, 2018, p. 7).

Conforme Cunha e Ferrete (2021), há professores que, após a formação inicial, não se mantêm atualizados, considerando que muitos buscam apenas a estabilidade no emprego por meio do concurso público. No entanto, a escola onde esse profissional atuará está sujeita a mudanças, avanços e atualizações, pois os próprios professores estão em um mundo que, a cada dia, ganha novas abordagens em diversos campos do saber (Cunha; Ferrete, 2021). Com isso, a competência do professor, que precisa atender às novas exigências do contexto em que a educação se insere, torna-se evidente (Cunha; Ferrete, 2021). Nesse sentido, Cunha e Ferrete (2021) dizem que pesquisas na área de educação, especialmente no eixo da Formação de professores, apontam para uma escola que acolhe novos paradigmas, inclusive por meio das legislações vigentes. No entanto, é necessária a constante atualização do professor, já que a mediação do conhecimento ocorre diretamente por meio da interação desse docente com seus alunos (Cunha; Ferrete, 2021).

A escola tem um papel fundamental na vida do indivíduo. O papel da escola é amplo ao proporcionar o ensino, na interatividade, o desenvolvimento entre tantos outros, para as pessoas que necessitam de formação. Além disso, no âmbito educacional, existe a preocupação constante com a formação continuada dos professores. Neste sentido, Perrenoud afirma que

[...] a formação contínua visava - sempre visa - atenuar a defasagem entre o que os professores aprenderam durante sua formação inicial e o que foi acrescentado a isso a partir da evolução dos saberes acadêmicos e dos programas, da pesquisa didática e, de forma mais ampla, das ciências da educação (2002, p. 21).

Cunha e Ferrete (2021) trazem uma reflexão sobre a importância da autoconfiança do professor e a relevância de seu trabalho, o quanto o professor precisa acreditar em si mesmo e na importância do seu trabalho e desempenho para o desenvolvimento dos alunos. A profissão de professor é, por si só, um grande desafio, pois quanto mais ele conseguir despertar o desejo de aprendizado, maior será a possibilidade de aprimorar sua prática e adquirir experiências na profissão (Cunha; Ferrete, 2021).

Por isso, é importante que o professor esteja aberto e disposto a passar pelo processo de formação continuada. “Claro, é preciso atingir um certo nível de especialização para pretender formar outrem” (Perrenoud, 2000, p. 168).

Nesse contexto, os professores que atingiram um nível de excelência, por meio da teoria e das experiências na prática, estarão atuando na formação continuada e, assim, proporcionando a continuidade na formação dos professores que desempenharão o ofício da profissão na busca do desenvolvimento dos alunos (Cunha; Ferrete, 2021, p. 11).

Segundo Oliveira *et al.* (2022), a formação continuada desperta no professor da sala de aula o desejo por novas práticas, incentivando-o a seguir caminhos que podem trazer melhores resultados, em vez de optar pelo caminho mais fácil. Diante disso,

[...] o professor-formador, em tese, deveria estar à frente de seus colegas, dominando há algum tempo o que eles acabaram de descobrir. Seu papel seria levar-lhes novos elementos, dos quais os outros professores deveriam se apropriar e que deveriam transpor para sua sala de aula (Perrenoud, 2002, p. 21).

Assim, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir, para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

Contudo, é necessário que o próprio docente reconheça a necessidade de se capacitar e se comprometer com o processo de formação continuada. No âmbito educacional, destaca-se o importante compromisso do professor durante o processo educacional de estudantes com deficiência. Apesar de não haver interesse em responsabilizá-lo com atividades que fogem de seu escopo pedagógico, algumas deficiências podem ser identificadas pelos professores, que passam considerável tempo com o estudante. Em algumas situações, são eles, os professores que percebem os primeiros sinais de uma deficiência (Silva, 2020, p. 7).

Segundo Silva (2020), destaca-se, especialmente, a importância das políticas públicas de formação inicial e continuada de professores, visando garantir um trabalho pedagógico que os capacite a atender as necessidades educacionais dos estudantes, sejam eles deficientes ou não. A falta de preparo dos professores tem sido uma justificativa frequente para a resistência à inclusão escolar.

Portanto, para que os professores estejam devidamente preparados por meio de uma formação continuada, as Secretarias de Educação devem tomar a iniciativa de buscar alternativas para discussões sobre o tema (Silva, 2020). Nesse sentido, Silva (2020) afirma que a oferta de cursos, oficinas, especializações, capacitações e outras qualificações podem contribuir para que os professores se sintam mais preparados para enfrentar os desafios da inclusão de estudantes com deficiência em salas de aula regulares.

[...] as políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, voltados para orientarem o trabalho docente na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar, e, assim, beneficiar não apenas os estudantes com deficiências, como também, a educação escolar como um todo (Oliveira, 2020, p. 12).

2.67 Políticas Públicas na Formação Continuada do Professor na Educação Inclusiva

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento estratégico de política pública que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a melhoria da educação no Brasil ao longo de um período de 10 anos. Ele foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e tem como principal objetivo garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os cidadãos brasileiros, desde a educação infantil até a educação superior (Brasil, 2014).

O PNE é composto por 20 metas principais, cada uma acompanhada de diversas estratégias para sua implementação, a meta 15 reforça a colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com a formação continuada dos professores da educação básica (Brasil, 2014):

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (Brasil, 2014, p. 48).

A Estratégia 15.5 da meta 15 que consta no PNE, (2014), visa à implementação de programas específicos de formação para profissionais da educação que atuam em escolas do campo, comunidades indígenas e quilombolas, bem como na educação especial. Esta estratégia reconhece as particularidades e necessidades únicas desses contextos educacionais, buscando garantir que os professores estejam devidamente capacitados para atender a diversidade cultural, social e as demandas educacionais especiais presentes nessas comunidades (Brasil, 2014).

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, em sua Meta 16, estabelece que 50% dos professores da educação básica devem ter acesso à formação continuada.

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (Brasil, 2014, p. 53).

A Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, aborda a formação continuada de professores em educação inclusiva no seu artigo 28 (Brasil, 2015).

O artigo 28 da Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Brasil, (2015), trata da educação, assegurando o direito das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Especificamente sobre a formação de professores, os incisos X e XI do artigo 28 mencionam:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
 X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
 XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, bem como de tradutores e intérpretes de Libras e guias-intérpretes; (Brasil, 2015).

A Declaração de Salamanca foi adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha. Este documento é um marco importante na promoção da educação inclusiva em nível global (Declaração de Salamanca, 1994).

A Declaração de Salamanca (1996) destaca a formação contínua de professores como um elemento essencial para a criação de um sistema educacional inclusivo. Investir na preparação e no desenvolvimento profissional contínuo dos professores é fundamental para garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições, possam ter acesso a uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo (Declaração de Salamanca, 1996).

Na Declaração de Salamanca, (1996) enfatiza-se a importância de oferecer oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional para professores em serviço e proporcionar acesso a cursos, programas de atualizações que enfoquem as melhores práticas em educação inclusiva.

Capacitação pedagógica especializada em necessidades especiais que permita adquirir competências adicionais, deverá ser dispensada normalmente de uma forma paralela à formação ordinária para fins de complementariedade e de mobilidade. [...] A capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada com vista a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos e o desempenho de um papel-chave nos programas relativos às necessidades educativas especiais. Seu núcleo comum deve ser um método geral que abranja todos os tipos de deficiências, antes de se especializar numa ou várias categorias particulares de deficiências (Declaração de Salamanca, 1996, p. 11).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), publicada pelo Ministério da Educação do Brasil em 2008, aborda a formação continuada dos professores, detalham as estratégias e a importância da formação continuada para que os professores possam desenvolver competências necessárias para promover uma educação inclusiva de qualidade.

A PNEEPEI reconhece que a formação inicial dos professores pode não ser suficiente para enfrentar todos os desafios da educação inclusiva. Por isso, enfatiza a importância de programas de formação continuada, que devem ser oferecidos pelas secretarias de educação, universidades e outras instituições formadoras, assegurando que os professores estejam sempre preparados para atender às necessidades de todos os alunos de forma inclusiva. Além disso, a política incentiva a participação em seminários, congressos, cursos de especialização, e outras formas de atualização profissional, destacando a importância da troca de experiências e do aprendizado contínuo para a melhoria da prática educativa (Brasil, 2008).

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes

domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (Brasil, 2008, p. 18)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, são um conjunto de orientações elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Brasil. Essas diretrizes têm o objetivo de assegurar a inclusão e a qualidade do ensino para alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica, abordam diversos aspectos da educação especial, incluindo a formação de professores para a educação inclusiva (Brasil, 2001).

A formação dos professores para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento de trabalho de equipe são essenciais para a efetivação da inclusão (Brasil, 2001). No entanto, por ser da competência da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), foi encaminhado para a comissão bicameral encarregada de elaborar as diretrizes para a formação de professores (Brasil, 2001, p. 33).

Cabe enfatizar que o inciso III do artigo 59 da LDBEN refere-se a dois perfis de professores para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais: o professor de classe comum capacitado e o professor especializado em educação especial.

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdo ou disciplinas sobre educação especial desenvolvidas as competências para:

- I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II – flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento;
- III – avaliar continuamente eficácia do processo educativo;
- IV – atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (Brasil, 2001, p. 34).

São considerados professores capacitados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras, e que possam comprovar (Brasil, 2001):

- a- formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; e

b- complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação nos finais do ensino fundamental e no médio (Brasil, 2001, p. 34).

Aos professores que já estão em exercício, devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2001).

De acordo com o Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais, juntamente com a BNC-Formação Continuada, a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC) é orientada pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e nº 4, de 17 de dezembro de 2018, bem como pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2020).

Em 2020, o Conselho Nacional de Educação instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada ou BNC-FC). Ela está baseada no conceito de referenciais profissionais e estabelece um conjunto de 20 competências profissionais compostas por 97 habilidades, distribuídas nas dimensões do Conhecimento, Prática (Pedagógica e Institucional) e Engajamento Profissional (Brasil, 2020).

Parágrafo único. Estas competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes (Brasil, 2020, p. 2).

Segundo o art. 8º, a formação continuada para docentes que atuam em modalidades específicas, como Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser organizada atendendo às respectivas normas regulamentadoras do Conselho Nacional de Educação (CNE), além do que está prescrito nesta Resolução, uma vez que essas áreas demandam saberes e práticas contextualizadas.

A Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) apresenta as competências gerais que os docentes devem desenvolver:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua

própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2020, p. 8).

Conforme o art. 3º, as competências profissionais definidas na BNC-Formação Continuada exigem que o professor tenha um conhecimento sólido dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento dos educandos. Essas competências se dividem em três dimensões interdependentes e complementares na ação docente na Educação Básica: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional (Brasil, 2020).

Estas competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes (Brasil, 2020, p. 2).

A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. As Políticas da Formação Continuada de Professores para a Educação Básica, de competência dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, em especial, pela BNCC e pela BNC-Formação, têm como princípio norteador (Brasil, 2020).

Como salienta o art. 7º da CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, a Formação Continuada deve possuir certas características para ser eficaz na melhoria da prática docente. Estas características incluem: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, uso de metodologias ativas de aprendizagem, trabalho colaborativo entre pares, duração prolongada da formação e coerência sistêmica (Brasil, 2020).

V - Coerência sistêmica - a formação de professores é mais efetiva quando articulada e coerente com as demais políticas das redes escolares e com as demandas formativas dos professores, os projetos pedagógicos, os currículos, os materiais de suporte pedagógico, o sistema de avaliação, o plano de carreira e a progressão salarial, sendo importante considerar sempre as evidências e pesquisas mais recentes relacionadas com a formação de professores, bem como as orientações do governo federal, de associações especializadas e as inovações do meio educacional, valendo atentar que,

quando se trata da formação de professores, a coerência sistêmica alcança também a preparação dos formadores ou dos docentes das licenciaturas, cuja titulação se situa em nível de pós-graduação por exigência legal, uma vez que a docência nesse nível, pautada nos presentes critérios, pode propiciar, aos futuros professores, experiências de aprendizagem análogas àquela que se espera que o professor da Educação Básica propicie a seus alunos (Brasil, 2020, p. 5).

De acordo com o art. 8º da resolução CNE/CP nº 1, de 2020, a Formação Continuada para docentes que atuam em modalidades específicas, como a Educação Especial, deve ser adaptada para atender às particularidades dessas áreas.

O Parecer CNE/CEB 17, homologado pelo Ministro da Educação em 15 de agosto de 2001, institui, através de sua resolução, as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica, abrangendo todas as suas etapas e modalidades. O artigo 8º menciona:

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I – professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial; (Brasil, 2021, p. 3).

No art. 18 da resolução CNE/CEB nº 1, de 2021, diz que cabe aos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, assegurando condições adequadas para a elaboração do projeto pedagógico e para a disponibilidade de professores capacitados e especializados. Isso deve ocorrer conforme o artigo 59 da LDBEN e com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior (Brasil, 2021).

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de

modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (Brasil, 2021, § 1^a, inciso: I, II, II).

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (Brasil, 2021, p. 5).

Conforme o § 3º do artigo 18, os professores especializados em educação especial devem comprovar: (I) formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente concomitante e associada à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; e (II) complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (Brasil, 2021). O § 4º menciona que aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Como menciona o art. 19, as diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica aplicam-se à educação especial. Da mesma forma, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial abrangem todas as etapas e modalidades da Educação Básica (Brasil, 2021). Conforme Moriconi *et al.* destacam,

No entanto, para que a BNC-FC possa cumprir seu papel como orientadora dos processos de formação continuada docente, é preciso que as redes de ensino se apropriem dela. Ou seja, que realizem processos de análise e discussão do seu conteúdo, levando em consideração as necessidades locais, com o envolvimento dos atores-chave para a sua implementação e uso, em especial, dos professores, formadores e outros profissionais de áreas pedagógicas (2023, p. 4).

Segundo Oliveira *et al.* (2022), pode-se salientar ainda que a concepção de cursos de formação continuada para os professores exige a escuta atenta dos participantes quanto às suas reais necessidades de formação, angústias e desafios. Ademais, para impulsionar o desenvolvimento profissional dos docentes, os espaços de formação devem ser concebidos com uma abordagem reflexiva que integre teoria e prática, incentivando o compartilhamento de experiências. Reconhecer que os professores são agentes sociais legítimos, com capacidade

para planejar, gerir o processo de ensino e aprendizagem, bem como intervir nos sistemas complexos que compõem a estrutura social e profissional, é essencial (Oliveira *et al.*, 2022).

Oliveira *et al.* (2022) salientam que entre as diversas dificuldades enfrentadas na formação dos professores, é a implementação da Educação Inclusiva, isso compreende fatores críticos, como a falta de competências para orientar e mediar o ensino visando à aprendizagem desses alunos, lidar com a diversidade existente entre eles, adotar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio, e cultivar hábitos de colaboração e trabalho em equipe, entre outros desafios. Oliveira *et al.* (2022) relatam que por outro lado, há um discurso, inclusive dos próprios professores, que insiste no despreparo deles para a atuação com alunos com deficiência e que advoga a impossibilidade da inclusão devido à diversidade de deficiências e transtornos existentes. Esse discurso revela não apenas releva a ansiedade e dificuldade de uma parcela de professores, mas também o desconhecimento da legislação e de estudos científicos a respeito da proposta da educação inclusiva (Turci; Lourenço, 2021).

Oliveira *et al.* destacam:

[...] Um dos principais desafios advém da formação inicial desses professores, que não oferece conhecimentos para a inclusão. Em vista disso, os professores sentem uma profunda dificuldade em seu contexto escolar para construir práticas efetivas que contribuam para a aprendizagem de seu alunado. Assim, são pensadas propostas de formação continuada de maneira a complementar as experiências do professor e fornecer bases teóricas, visando considerar suas necessidades formativas (2022, p. 13).

Incluir alunos com necessidades especiais em salas de aula comuns não é fácil, uma vez que a educação inclusiva demanda uma infraestrutura física, recursos humanos, recursos didáticos e práticas pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de todos os estudantes (Prais; Aguiar; Johnson, 2023). A especialização não é obrigatória para os professores. No entanto, argumentamos que assegurar a aprendizagem de todos os estudantes é preconizado como um princípio constitucional e educacional pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

A formação continuada do professor que trabalha na classe regular não é obrigatória após a especialização em determinada área, o que não assegura a superação dos desafios enfrentados no dia a dia (Prais; Aguiar; Johnson, 2023).

A formação do docente que atua na classe comum não é obrigatória e exclusivamente a partir da especialização em determinada área. Isso não garante que os desafios vivenciados no cotidiano sejam superados ou amenizados, tendo em vista que não são organizadas para este fim (Prais; Aguiar; Johnson, 2023, p. 3).

Por outro lado, em termos de diretrizes, apenas as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2015) evidenciaram a necessidade de capacitação dos professores durante a formação inicial, com conteúdo voltados à educação inclusiva. No entanto, garantir a aprendizagem de todos os estudantes é preconizado como um princípio constitucional e educacional tanto pela Constituição Federal (Brasil, 1988) quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

Segundo Turci e Lourenço (2012), a formação continuada pode complementar a formação inicial, pois oferece aos profissionais a oportunidade de acessar novos dados, propostas e políticas educacionais que não estavam disponíveis durante sua formação inicial. Muitos professores procuram informações e aprimoramento por meio de estudos individuais, leituras, pesquisas, participação em palestras e contatos com especialistas, além da experiência adquirida na prática da sala de aula (Turci; Lourenço, 2021).

[...] acentua as competências julgadas prioritárias por serem coerentes com o novo papel dos professores, com a evolução da formação contínua, com as reformas da formação inicial, com as ambições das políticas educativas. Ele é compatível com os eixos de renovação da escola: individualizar e diversificar os percursos de formação, introduzir ciclos de aprendizagem, diferenciar a pedagogia, direcionar-se para uma avaliação mais formativa do que normativa, conduzir projetos de estabelecimento, desenvolver o trabalho em equipe docente e responsabilizar-se coletivamente pelos alunos, colocar as crianças no centro ação pedagógica, recorrer aos métodos ativos, aos procedimentos de projeto, ao trabalho por problemas abertos e por situações-problema, desenvolver as competências e a transferência de conhecimentos, educar para a cidadania (Perrenoud, 2000, p. 12).

Nessa perspectiva e a partir de nossa atuação no âmbito educacional, percebemos que, dentre tantas outras ações, é indispensável uma formação continuada dos agentes da escola, bem como a inclusão de conteúdos sobre a temática na formação inicial de professores. Isso porque acreditamos que os agentes da escola, principalmente os professores tem papel fundamental na promoção e manutenção de uma educação cada vez mais inclusiva (Turci; Lourenço, 2021).

[...] Organizar e dirigir situações de aprendizagem é manter um espaço justo para tais procedimentos. É, sobretudo, despender energia e tempo e dispor das competências profissionais necessárias para imaginar e criar outros tipos de situações de aprendizagem, que as didáticas contemporâneas encaram como situações amplas, abertas, carregadas de sentido e de regulação, as quais requerem um método de pesquisa, de identificação e de resolução de problemas (Perrenoud, 2000, p. 26).

Pires (2019) menciona que, no campo da Educação Especial, o conceito e o termo de adaptação curricular para o aluno com deficiência não são uma novidade no Brasil. É

importante ressaltar que grande parte das políticas construídas para esse fim, desde os anos 1990 até os dias atuais, são decorrentes de acordos mundiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1998) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEEI) (Brasil, 2008). Exemplos podem ser encontrados a partir dos objetivos de três importantes documentos internacionais: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (WCEFA, 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), dos quais o Brasil é signatário. Estes documentos têm influenciado países como o Brasil na instituição das políticas educativas na perspectiva inclusiva.

Adaptações Curriculares, portanto, são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: ao acesso ao currículo, a participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível, a consideração e o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais no processo de elaboração: do plano municipal de educação, no projeto pedagógico da unidade escolar, do plano de ensino professor (Aranha, 2005, p. 8 *apud* Pires, 2019, p. 3).

O desafio reside na presença de numerosos alunos em uma sala de aula. É evidente que uma abordagem padronizada dificilmente se adequa a todos, uma vez que os alunos possuem diferentes níveis de desenvolvimento, conhecimentos prévios, relações com o aprendizado, interesses, recursos e estilos de aprendizagem. A diferenciação pedagógica não apenas quebra o paradigma da instrução frontal – onde todos recebem a mesma lição e os mesmos exercícios –, mas também implica na criação de uma estrutura de trabalho e ferramentas educacionais que posicionem cada aluno em uma situação ideal de aprendizado, dando prioridade àqueles que têm mais a assimilar (Perrenoud, 2000).

[...] escola é inteiramente organizada para favorecer a progressão das aprendizagens dos alunos para os domínios visados ao final de cada ciclo de estudos. Os programas são concebidos nessa perspectiva, assim como os métodos e os meios de ensino propostos ou impostos aos professores (Perrenoud, 2000, p. 26).

Segundo Perrenoud (2000), a competência do professor é, portanto, dual: ele investe na concepção, antecipando e ajustando as situações-problema de acordo com o nível e as capacidades dos alunos. Além disso, essa competência se manifesta em tempo real, ao vivo, para orientar a improvisação didática e as ações de regulação. A forma de liderança e as competências necessárias não podem ser comparadas àquelas exigidas na condução de uma aula planejada, mesmo que interativa (Perrenoud, 2000).

Conforme Perrenoud (2000), o processo educacional na escola difere substancialmente da produção industrial, pois não se pode prever ou programar as aprendizagens humanas da mesma forma que se produzem objetos. Essa distinção não é apenas uma questão ética, mas também uma realidade intrínseca à diversidade dos aprendizes e à sua autonomia como sujeitos individuais. Portanto, todo ensino que se pretende digno desse nome deve ser estratégico, ou seja, deve ser concebido com uma visão de longo prazo, com cada ação planejada e decidida com base na sua contribuição esperada para o progresso ideal das aprendizagens de cada aluno (Perrenoud, 2000).

A escola tem papel fundamental na vida dos indivíduos. Sua função é ampla ao proporcionar o ensino, na interatividade, o desenvolvimento entre tantos outros, para as pessoas que necessitam de formação. Além disso, no âmbito educacional, existe a preocupação constante com a formação continuada dos professores. Nesse sentido, Perrenoud afirma que

[...] a formação contínua visava sempre visa – atenuar a defasagem entre o que os professores aprenderam durante sua formação inicial e o que foi acrescentado a isso a partir da evolução dos saberes acadêmicos e dos programas, da pesquisa didática e, de forma mais ampla, das ciências da educação (2002, p. 21).

Na seção a seguir, apresentamos a metodologia desta pesquisa.

4 METODOLOGIA

A pesquisa sobre formação de professores e educação inclusiva utiliza uma abordagem metodológica abrangente para analisar as estratégias eficazes que podem ser implementadas para promover um ambiente educacional mais inclusivo. Esta metodologia qualitativa é projetada para fornecer uma compreensão aprofundada das práticas de formação de professores que impactam positivamente a promoção da inclusão nas salas de aula. (Vide instrumento Apêndice A).

4.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa é uma revisão bibliográfica descritiva extensa da literatura sobre formação de professores e educação inclusiva.

Segundo Koche (2002), a pesquisa bibliográfica é um processo de exploração e análise das teorias existentes em livros e obras relacionadas para compreender e explicar um problema de pesquisa. O principal objetivo da pesquisa bibliográfica é adquirir conhecimento teórico sobre um tema específico, o que o torna essencial em qualquer tipo de investigação. Ela pode ser usada para ampliar o entendimento de um campo, servir de base para a criação de modelos explicativos ou para apresentar o estado atual do conhecimento em um tema.

Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa (Koche, 2011, p. 122).

Esta etapa da revisão bibliográfica tem o objetivo de estabelecer uma base teórica sólida para identificar a importância da formação continuada do professor na perspectiva inclusiva em desenvolver habilidades e competências para a interação social do aluno com Transtorno do Espectro Autista.

4.2 Tipo de método

No âmbito da pesquisa, Karl Popper (1935) delinea um processo investigativo composto por três estágios distintos: a identificação do problema, a formulação de conjecturas e a prática do falseamento. O surgimento do problema geralmente decorre de conflitos inerentes

a expectativas e teorias preexistentes. As conjecturas se configuram como as proposições passíveis de serem submetidas a testes. O falseamento, por sua vez, representa a tentativa de refutação mediante diversos meios, tais como observação e experimentação. Nesta etapa, os possíveis equívocos da pesquisa são eliminados e, no caso de a hipótese não se confirmar nos testes, esta é considerada falseada. Diante desse cenário, uma necessária reformulação do problema e da hipótese se impõe. No evento de confirmação de hipótese pelos testes e experimentos, esta se encontra corroborada, ainda que de maneira provisória, uma vez que permanece sujeita a ser superada por estudos subsequentes.

Gil (2008) destaca que para que um conhecimento seja considerado científico, é preciso identificar as atividades mentais e técnicas que permitiram sua confirmação, ou seja, descobrir o método utilizado para alcançar esse conhecimento.

A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade (Gil, 2008, p. 8).

Os métodos que estabelecem os fundamentos lógicos da pesquisa. Estes métodos esclarecem os procedimentos lógicos a serem seguidos no processo de investigação científica sobre os eventos naturais e sociais. São, portanto, métodos derivados de um alto nível de abstração que permitem ao pesquisador determinar a extensão de sua pesquisa, as regras de explicação dos eventos e a validade de suas generalizações (Gil, 2008).

O método hipotético-dedutivo foi definido por Karl Popper a partir de críticas à indução, expressas em *A lógica da investigação científica*, obra publicada pela primeira vez em 1935 (Gil, 2008, p. 9).

A argumentação de Popper (1935) baseia-se no fato de que a indução, como método de inferência, sempre acaba recorrendo ao pressuposto prévio. A indução começa com uma estrutura metodológica que é justificada por meio de raciocínio dedutivo. Para ser justificada de forma indutiva, seria necessário confirmar os fatos. Isso resultaria em um raciocínio circular, ou seja, dependeria de uma prova que, por sua vez, depende da tese que se está tentando provar.

[...] o cientista, através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está interessado, daí deduz ele as consequências por meio de experimentação e, dessa maneira, refuta os postulados, substituindo-os, quando necessário, por outros, e assim prossegue (Kaphan, 1972 *apud* Gil, 2008, p. 12).

Quando não temos conhecimento suficiente sobre um assunto para explicar um fenômeno, surge um problema. Para abordar essa dificuldade, fazemos suposições ou hipóteses a fim de tentar explicá-la. A partir dessas hipóteses, derivamos implicações que devem ser submetidas a testes para determinar se são verdadeiras ou falsas. O termo “falsear” se refere a tentar encontrar evidências que contradigam as implicações deduzidas das hipóteses. O método hipotético-dedutivo procura evidências empíricas para derrubá-la (Gil, 2008).

Gil (2008, p. 13) salienta que “[...] Quando não se consegue demonstrar qualquer caso concreto capaz de falsear a hipótese tem-se a sua corroboração, que não excede o nível do provisório [...]”.

Para Popper (1935 *apud* Gil, 2008), a hipótese é considerada como válida, uma vez que resistiu a todos os testes realizados até o momento. No entanto, ela não pode ser conformada de forma definitiva, pois a qualquer momento um novo fato pode surgir e invalidá-la.

Segundo Gil (2008), algumas se classificam como descritivas, podem fornecer novas perspectivas sobre o problema aproximando-se das pesquisas exploratórias. Geralmente realizadas por pesquisadores sociais preocupados com aplicações práticas, essas pesquisas são frequentemente solicitadas por instituições educacionais, empresas e partidos políticos.

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (Gil, 2008, p. 47).

As pesquisas descritivas têm como principal objetivo descrever as características de uma população ou fenômeno e estabelecer relações entre variáveis. Elas se destacam pela utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados e abrangem estudos que analisam a distribuição de grupos por características como idade, sexo, origem, escolaridade, renda e saúde (Gil, 2008).

A pesquisa bibliográfica conforme mencionado por Gil (2008), é frequentemente associada a pesquisas que buscam fornecer uma descrição detalhada de fenômenos, situações ou contextos específicos. Esse tipo de abordagem é valioso em estudos de caso, pois permite uma análise aprofundada e uma compreensão mais completa do objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica, como destaca Gil (2008), é ideal para obter uma compreensão aprofundada do contexto em que o estudo de caso está inserido. Ele permite explorar detalhes específicos, variáveis relevantes e nuances que podem não ser capturadas por abordagens mais

amplas. Ao empregar a pesquisa bibliográfica em um estudo de caso, é possível identificar padrões e tendências no comportamento, nas relações ou nos eventos que estão sendo analisados. Isso contribui para uma análise mais rica e uma interpretação mais precisa dos dados. O foco do método descritivo em fornecer informações práticas é particularmente útil em estudos de caso. Ao compreender completamente o cenário, os pesquisadores podem gerar informações úteis para instituições educacionais, empresas ou partidos políticos, contribuindo para a tomada de decisões informadas. Muitas vezes, instituições educacionais, empresas e partidos políticos buscam soluções específicas para desafios práticos. O método descritivo atende a essa necessidade, pois se concentra em fornecer descrições detalhadas que podem orientar ações concretas e estratégias adaptadas às circunstâncias específicas do estudo de caso. No contexto de um estudo de caso, o método descritivo pode ser usado para validar ou refutar teorias existentes. Ele permite uma análise minuciosa das características particulares do caso, contribuindo para o avanço do conhecimento teórico.

4.2.1 Instrumento de coleta de dados

É usada a entrevista como instrumento da pesquisa. Gil (2008) destaca que uma pesquisa pode ser definida como técnica na qual um pesquisador se encontra com um entrevistado e faz uma série de perguntas com o propósito de obter informações relevantes para sua pesquisa. Essa interação é, essencialmente, uma forma de comunicação social, em que uma das partes busca adquirir dados, enquanto a outra atua como fonte de informação. A entrevista é amplamente empregada como uma das principais técnicas de coleta de dados nas disciplinas das ciências sociais.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (Eltiz et al., 1967 *apud* Gil, 2008, p. 35).

A ampla utilização da entrevista na pesquisa social se deve a diversas razões significativas. Primeiramente, a entrevista proporciona a coleta de informações abrangentes relacionadas a uma ampla gama de aspectos da vida social. Além disso, é uma técnica altamente eficaz para obter dados detalhados e em profundidade sobre o comportamento humano. Por fim, os dados detalhados obtidos por meio da entrevista podem ser classificados e quantificados,

tornando-os valiosos para análises subsequentes. Essas características fazem da entrevista uma ferramenta fundamental na pesquisa das ciências sociais (Gil, 2008).

Merton e Kendall (1946 *apud* Gil, 2008) abordam que as diretrizes para a preparação e realização de entrevistas geralmente se aplicam a entrevistas conduzidas em um contexto individual. No entanto, é importante destacar que as entrevistas também podem ser realizadas em grupos, adotando a técnica conhecida como “*focus group*”. A origem dessa abordagem remonta aos estudos realizados pelo sociólogo Robert K. Merton durante a Segunda Guerra Mundial com o propósito de analisar a moral dos militares.

Essas entrevistas são muito utilizadas em estudo exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a construção de coletor de dados. Mas também podem ser utilizadas para investigar um tema em profundidade, como ocorre nas pesquisas designadas como qualitativas (Gil, 2008, p. 14).

De maneira típica, o pesquisador inicia a reunião explicando os objetivos da pesquisa e estabelecendo as diretrizes para a participação dos envolvidos. O tópico em questão é introduzido com uma pergunta da natureza geral, que gradualmente evolui à medida que o pesquisador percebe que informações relevantes foram coletadas. Em alguns casos, o pesquisador também pode optar por encerrar a reunião, caso perceba que ela está se tornando tediosa ou desgastante para os participantes (Gil, 2008).

A entrevista pode assumir diferentes formas. Cada uma delas exige naturalmente do entrevistador, habilidade e cuidados diversos em sua condução. Assim, torna-se desafiador determinar o método apropriado para conduzir uma entrevista, já que essa escolha sempre dependerá dos objetivos específicos da entrevista e do contexto em que ela ocorre. No entanto, é viável destacar alguns aspectos essenciais que são compartilhados pela maioria das abordagens de entrevista (Gil, 2008).

Gil (2008) destaca que a preparação do roteiro em uma entrevista informal define-se apenas os tópicos de interesse, deixando o desenvolvimento a cargo das habilidades do entrevistado. Apesar disso, algumas regras gerais referentes à elaboração do roteiro devem ser observadas (Baker, 1988 *apud* Gil, 2008). As instruções claras para o entrevistador, incluindo o início da entrevista, duração, locais e circunstância, e procedimentos em caso de recusa. Formulação de questões de fácil leitura e compreensão, com transições suaves entre elas, garantindo que o enunciado não exija informações adicionais do entrevistado. Elaboração de questões delicadas de forma a permitir respostas sem constrangimento, considerando a falta de

anonimato na entrevista face a face. Organização das questões de modo a engajar rapidamente o entrevistado na entrevista e manter seu interesse.

Para iniciar a conversação de forma recomendada, é aconselhável estabelecer uma atmosfera amigável abordando um tópico atual que possa interessar ao entrevistado. Em seguida, o entrevistador deve explicar o propósito de sua visita, os objetivos da pesquisa, identificar a instituição ou indivíduos que vão participar e destacar sua relevância para a comunidade ou grupo sob investigação. Além disso, é crucial, nesse primeiro contato, deixar claro que a entrevista será estritamente confidencial, com a garantia de que as informações fornecidas permanecerão anônimas (Gil, 2008).

É de fundamental importância que desde o primeiro momento se crie uma atmosfera de cordialidade e simpatia. O entrevistado deve-se sentir absolutamente livre de qualquer coerção, intimidação ou pressão. Desta forma, torna-se possível estabelecer o *repport* (quebra de gelo) entre entrevistador e entrevistado (Gil, 2008, p. 117).

Para Gil (2008), não há regras estritas para a formulação de perguntas em entrevistas, a experiência de muitos pesquisadores oferece algumas diretrizes amplamente aplicáveis. Perguntas diretas devem ser feitas somente quando o entrevistado estiver preparado para fornecer informações precisas e desejadas. É aconselhável começar com perguntas que não levem à recusa em responder ou que não provoquem negativismo. Deve-se fazer uma pergunta de cada vez. As perguntas não devem sugerir respostas. É importante manter as questões mais significativas em mente até que se obtenha a informação desejada; uma vez respondida, a pergunta deve ser deixada de lado em favor da seguinte.

Frequentemente, a pergunta provoca uma resposta incompleta ou obscura. O entrevistador precisa, então, valer-se de alguma técnica para estimular o entrevistado a fornecer uma resposta mais precisa (Gil, 2008, p. 118).

Gil (2008) faz a abordagem de que o fluxo principal de informações deve fluir do entrevistado para o entrevistador. O entrevistador não apenas fala, mas incentiva uma conversa relevante por parte do entrevistado (Gil, 2008).

A forma mais precisa de registrar as respostas de maneira confiável é fazê-lo durante a entrevista, seja por meio de anotações ou gravando a conversa. A anotação posterior à entrevista apresenta dois desafios: a limitação da memória humana, que impossibilita a retenção completa das informações, e a possível distorção decorrente da introdução de elementos subjetivos na reprodução da entrevista (Gil, 2008).

A gravação eletrônica é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista. Mas é importante considerar que o uso do gravador só poderá ser feito com o consentimento do entrevistado. O uso disfarçado do gravador constitui infração ética injustificável. Se a pessoa, por qualquer razão, não autorizar a gravação, cabe, então, solicitar autorização para a tomada de anotações (Gil, 2008, p. 119).

A maioria das pessoas não se opõe à anotação escrita. No entanto, o registro das informações deve ser realizado somente após os entrevistados terem tido a chance de responder integralmente às perguntas e, se necessário, fazer correções em qualquer informação fornecida durante as respostas (Gil, 2008).

4.3 Descrição do estudo de caso

Realizou-se um estudo de caso numa instituição municipal que oferece ensino básico. Segundo Yin (2021), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que envolve uma investigação empírica profunda e detalhada de um ou mais casos contemporâneos, dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Yin (2021) destaca a importância de coletar dados de várias fontes e utilizar múltiplas fontes de evidência para uma compreensão abrangente do caso. Ele enfatiza a necessidade de uma abordagem sistemática e rigorosa para conduzir estudos de caso, incluindo a formulação de questões de pesquisa específicas e a construção de um quadro teórico para guiar a investigação.

O estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente (Stoecher *apud* Yin, 2021, p. 31).

Yin (2021) destaca que o objetivo do pesquisador deve ser apresentar diversas interpretações possíveis para os mesmos eventos e demonstrar como essas interpretações podem ser relevantes para outras circunstâncias.

[...] questões do tipo “como” e “por que” são mais explanatórias, e é provável que levem ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisas escolhidas. Isso se deve ao fato de que tais questões lidam com ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências (Yin, 2021, p. 25).

Segundo Yin (2021), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa diferente que possui seus próprios projetos de pesquisa.

[...] conduz o pesquisador através do processo de coletar, analisar e interpretar observações. É um modelo lógico de provas que lhe permitem fazer inferências relativas às relações causais entre as variáveis sob investigação. O projeto de pesquisa também define o domínio da generalização, isto é, se as interpretações obtidas podem ser generalizadas a uma população maior ou a situações diferentes (Nachmias; Nachmias, 1992, p. 77-78 *apud* Yin, 2021, p. 41).

A dissertação de pesquisa é essencialmente a sequência lógica que conecta os dados empíricos com as questões de pesquisa iniciais e, finalmente, com as conclusões do estudo. Em termos mais simples, é como um roteiro para sair de um ponto de partida (onde estão as perguntas a serem respondidas) e chegar a um destino (as respostas a essas perguntas). No caminho, há várias etapas cruciais, incluindo a coleta e a análise de dados relevantes. Pode-se dizer que um projeto de pesquisa é um plano preso a detalhes que orienta o pesquisador da origem das perguntas até a obtenção das respostas desejadas (Yin, 2021).

O propósito principal de uma dissertação é ajudar a evitar a situação em que as evidências obtidas não remetem às questões iniciais da pesquisa. Nesse sentido, um projeto de pesquisa ocupa-se de um problema lógico e não de um problema logístico (Yin, 2021, p. 41).

Nesse contexto, a dissertação abrangente engloba uma “teoria” do tópico de estudo. O objetivo básico é ter um esquema suficientemente completo do seu estudo, o que implica a inclusão de proposições teóricas. Dessa forma, o projeto de pesquisa integral oferece uma orientação significativa ao determinar quais dados devem ser coletados e as estratégias para analisá-los. Portanto, é crucial desenvolver uma teoria antes de iniciar a coleta de dados em qualquer estudo de caso (Yin, 2021).

Desenvolvimento da teoria. Para os estudos de caso, o desenvolvimento da teoria como parte da fase de projeto é essencial, caso o propósito decorrente do estudo de caso seja determinar ou testar a teoria (Markus, 1983 *apud* Yin, 2021).

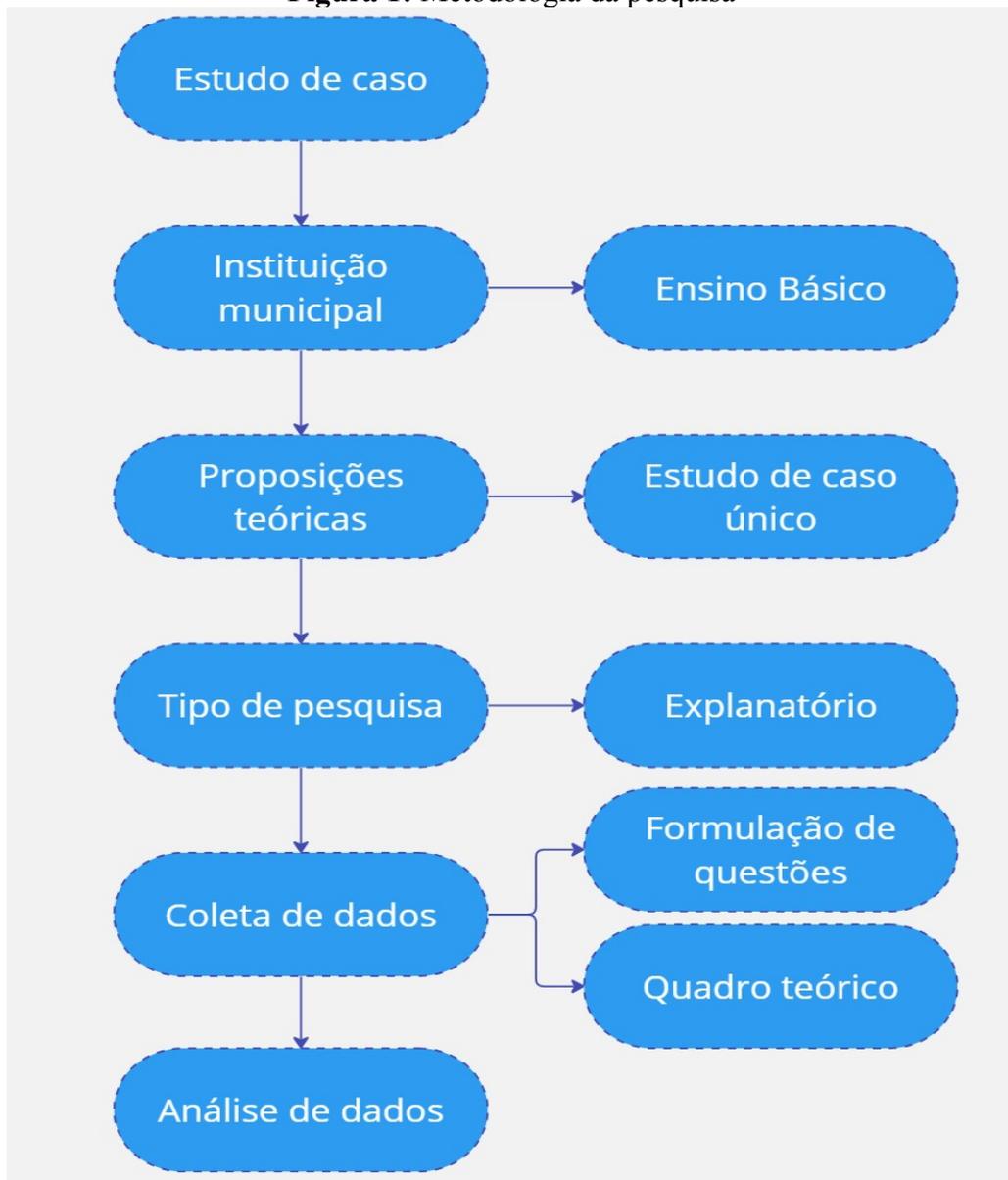
Yin (2021) traz a abordagem que uma base lógica de estudo de caso único. É essencial distinguir entre projetos de estudo de caso único e múltiplo ao planejar pesquisas. Isso implica a necessidade de determinar, antes da coleta de dados, se é um estudo de caso único ou múltiplo, observar qual é a abordagem mais apropriada para a formulação das perguntas de pesquisa.

Um estudo de caso único é uma escolha viável em diversas situações. É importante lembrar que um estudo de caso único é análogo a um experimento singular, e muitas das condições que justificam a realização de um experimento singular também se aplicam ao estudo

de caso único. Há uma base lógica para um caso único quando ele representa o caso crítico na avaliação de uma teoria bem definida (Yin, 2021).

A teoria especificou um conjunto claro de proposições, assim como as circunstâncias nas quais se acredita que as proposições sejam verdadeiras. Para confirmar, contestar ou estender a teoria, deve existir um caso único, que satisfaça todas as condições para testar a teoria. O caso único pode, então, ser utilizado para se determinar se as proposições de uma teoria são corretas ou se algum outro conjunto alternativo de explicações possa ser mais relevante (Yin, 2021, p. 62).

Segundo Yin (2021), preparar-se para a coleta de dados pode ser uma tarefa complexa e desafiadora. Uma preparação eficaz começa com o desenvolvimento das habilidades necessárias por parte do pesquisador do estudo de caso. Até o momento, muitas dessas habilidades não receberam a devida atenção, mas algumas delas são cruciais e podem ser adquiridas e aplicadas. Além disso, três elementos adicionais são essenciais para a preparação abrangente em um estudo de caso: treinamento específico para o estudo de caso em questão, a elaboração de pesquisa e a realização de um estudo de caso piloto. O protocolo é particularmente eficaz para abordar o desafio de aumentar a confiabilidade nos estudos de caso. No entanto, é fundamental que todos esses quatro aspectos sejam cuidadosamente gerenciados para assegurar a alta qualidade e a consistência dos estudos de caso (Yin, 2021).

Figura 1: Metodologia da pesquisa

Fonte: A autora (2024).

4.4 Universo da pesquisa

Todos os Professores, Coordenadores e Gestores da Educação Infantil Pré-escola, Ensino Fundamental I e II. Em uma Escola Pública Municipal de Ensino Básico no Município de Varginha – MG.

4.5 Local da pesquisa

O estudo de caso foi realizado em uma Escola Pública Municipal de Ensino Básico localizada no Município de Varginha, composta por um total de 450 alunos, focando somente

nos alunos com TEA, abrangendo as etapas de Educação Infantil Pré-escola e Ensino Fundamental I e II.

4.6 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram todos os alunos TEA, do Ensino Infantil e Ensino Fundamental, do ensino regular. Os professores, Coordenadores e Gestores responderam a entrevista sobre a adaptação do aluno TEA na sala de aula do ensino regular.

4.7 Análise e interpretação dos dados

Foi aplicada uma entrevista aos professores para entender como é feita a adaptação da interação social do aluno com TEA na sala de aula do ensino regular.

A abordagem foi qualitativa, analisando os resultados da pesquisa de caso para descrever as práticas dos professores que atuam na Educação Inclusiva com aluno TEA, direcionado para a interação social.

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. (Gil, 2008, p. 28).

A análise dos resultados, também conhecida como não experimental ou *ex post facto*, foca a análise das relações entre variáveis em um fenômeno sem manipulá-las. Ao contrário da pesquisa experimental que cria situações controladas com amostras aleatórias e manipulação avalia essas relações na medida em que elas ocorrem naturalmente em situações existentes. Nesse tipo pesquisa não há manipulação prévia das variáveis; a observação de sua manifestação ocorre posteriormente (Koche, 2002).

Não há maior valor de um ou outro tipo de pesquisa. Os méritos de uma pesquisa experimental ou de uma descritiva são os mesmos, desde que haja em ambas mostra de cientificidade e desde que o tipo de pesquisa seja o mais adequado à natureza do problema analisado. Se, por um lado, como já foi visto anteriormente, a experimental oferece maior rigor no controle tornando mais precisos os seus resultados, por outro, perde a espontaneidade, naturalidade e grau de generalização, que é bem maior na pesquisa não experimental (Koche, 2002, p. 126).

A coleta de dados envolve entrevistas com professores, serão realizadas entrevistas com professores que participaram de programas de formação inclusiva e especialistas em educação

inclusiva. Isso permitirá obtenção de compreensão sobre suas experiências, percepções e práticas. Na análise de documentos serão analisados materiais de treinamento, currículos de cursos e políticas educacionais relacionadas à inclusão. Isso ajudará a compreender as abordagens atuais de formação de professores em relação à inclusão.

Os dados coletados nas entrevistas e na análise de documentos serão sistematicamente analisados. Segundo Yin (2021), a análise de conteúdo será utilizada para identificar padrões, temas emergentes. Isso nos permitirá responder as questões de pesquisa e avaliar as estratégias eficazes na formação de professores para a educação inclusiva.

Os resultados da pesquisa serão comparados e contrastados com as hipóteses iniciais e com os conceitos identificados na revisão da leitura. Isso nos ajudará a determinar se as estratégias observadas na formação de professores estão alinhadas com as teorias e as melhores práticas identificadas.

As descobertas serão discutidas à luz da literatura existente e das teorias relevantes. Com base nas conclusões serão formuladas recomendações para aprimorar a formação de professores em relação à educação inclusiva.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em um relatório detalhado que incluirá uma descrição completa da metodologia, as descobertas, as conclusões e as recomendações. O relatório servirá como um recurso valioso para formuladores de políticas, e de produto técnico tecnológico.

Este produto técnico tecnológico abrangente nos permitirá explorar a formação de professores sob a lente da educação inclusiva, fornecendo informações valiosas para melhorar a preparação dos professores para atender às diversas necessidades dos alunos em um ambiente educacional cada vez mais inclusivo e diversificado.

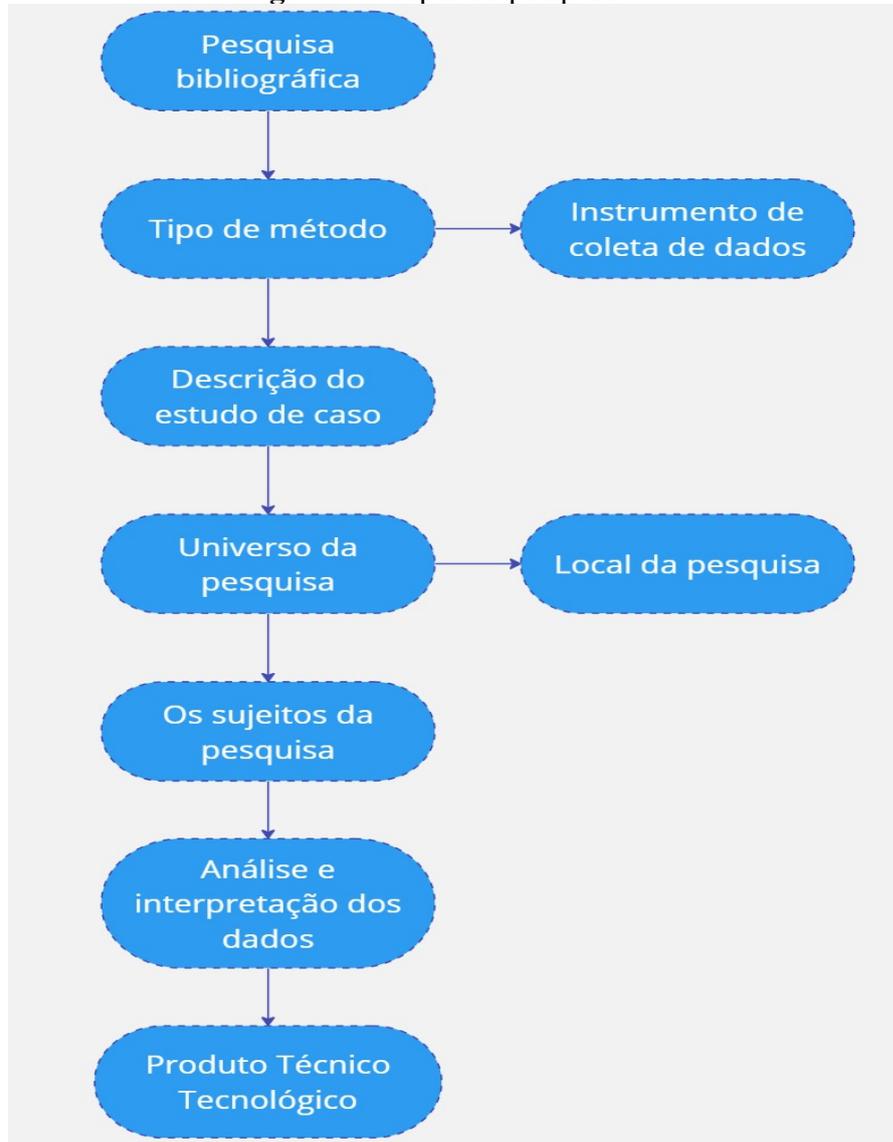
4.8 Produto Técnico-Tecnológico

O produto técnico-tecnológico foi desenvolvido em uma cartilha de Capacitação em Educação Inclusiva para Professores. Essa cartilha foi elaborada para fornecer recursos e orientações práticas destinadas a capacitar os professores que buscam desenvolver suas habilidades e competências em educação inclusiva.

4.9 Etapas da pesquisa

A figura a seguir mostra as etapas a partir das quais a pesquisa foi realizada.

Figura 2: Etapas da pesquisa



Fonte: A autora (2023).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação continuada de professores na perspectiva inclusiva tem sido um tema central nas minhas reflexões sobre a educação especial, especialmente no que se refere à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas regulares. Durante o estágio realizado em uma escola, tive a oportunidade de entrevistar gestores, coordenadores e professores, buscando entender como a socialização de alunos autistas ocorre nas salas de aula do ensino regular e qual o papel da formação continuada dos educadores nesse processo.

Ao longo deste trabalho de dissertação, propôs-me a investigar a importância da formação continuada do professor para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais à interação social dos alunos com TEA. Ficou claro que essa formação pode não apenas aprimorar as práticas pedagógicas dos professores no ensino-aprendizagem desses alunos, mas também orientá-los para adaptações mais assertivas, resultando em uma interação social mais significativa e eficaz dentro da sala de aula.

As hipóteses que guiaram esta pesquisa refletem convicções de que a formação continuada dos professores desempenha um papel crucial no desenvolvimento das competências necessárias para a inclusão efetiva de alunos com TEA. Ao adquirir essas competências, os professores estarão mais bem preparados para adaptar suas abordagens pedagógicas, promovendo uma integração mais eficiente dos alunos com TEA no ambiente escolar. Acrescento ainda que essa formação permitirá aos educadores criar estratégias pedagógicas mais eficazes para facilitar a interação social em sala de aula, contribuindo para uma experiência educativa mais inclusiva e enriquecedora.

Este trabalho, portanto, é uma oportunidade para explorar não apenas os desafios enfrentados pelos educadores na inclusão de alunos com TEA, mas também para destacar a formação continuada como um elemento essencial para o sucesso dessa inclusão, assegurando um ambiente de aprendizado que respeite e atenda às necessidades de todos os estudantes.

5.1 Percepção da gestora escolar que fez a formação continuada

1. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, a gestora escolar foi questionada:

a) Na sua opinião, o desenvolvimento das habilidades e aquisições de competências para a educação inclusiva poderá ajudar para a socialização e o aprendizado de alunos TEA?

A gestora respondeu:

Sim, ele vai saber como lidar com aquele aluno, vai ter tato com o aluno, porque às vezes chega um aluno muito agitado no caso do TEA, às vezes chega um aluno que é agressivo, aí o professor não sabe lidar com ele, e ele tendo essa formação, ele vai ter aquele tato, vai ter carinho, vai ter o gesto para poder fazer tudo certinho para poder saber como lidar com o aluno, vai ser muito bom para o professor e para o aluno na socialização (G1.P1).

A gestora escolar destaca que o professor em formação vai saber como lidar com o aluno TEA, em sala de aula do ensino regular, a esse respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 12.796/2003, em seu artigo 59, sublinha que esses profissionais devem possuir uma “especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 22). A lei reconhece, assim, a necessidade de formar professores que possam trabalhar de maneira inclusiva e proporcionar uma educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades.

Ela acredita que a formação continuada, desenvolvendo habilidades e competências, permitirá que os professores lidem melhor com alunos com TEA, promovendo tanto a socialização quanto o aprendizado deles..

Além disso, a menção à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 12.796/2003 reforça a necessidade de professores capacitados e especializados para integrar educandos com necessidades especiais nas classes comuns, o que alinha com a importância da formação continuada destacada na hipótese. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, a gestora escolar foi questionada: Conforme sua opinião, quais habilidades e competências os professores adquirem na formação para melhorar a capacidade para promover interações sociais bem-sucedidas entre alunos com TEA e os colegas?

A gestora respondeu:

Vai depender qual especificação ele vai está fazendo, qual curso, e com qual o aluno ele irá trabalhar, porque às vezes ele pode fazer um curso destinado para Autismo e

pegar um aluno com síndrome, então não ser a mesma coisa, então ele vai ter que atuar com um aluno para aquilo que ele está capacitado (G1.P2).

A gestora escolar destaca que vai depender de qual especialização ou curso, e qual aluno o professor encontrará. A esse respeito, a LDB nº 9.394/1996 ressalta que a formação continuada é de particular relevância. Essa formação prepara os educadores para acolher e atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, possibilitando adaptações curriculares e pedagógicas que se ajustem às necessidades individuais de cada estudante. Através dessa formação, os professores podem desenvolver abordagens diferenciadas que promovam o pleno desenvolvimento de todos os alunos, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo (Brasil, 1996).

A resposta da gestora escolar sugere que a formação continuada é importante, mas ela enfatiza que a eficácia dessa formação depende da especificidade e relevância do curso em relação às necessidades dos alunos. Ela destaca que os professores precisam estar capacitados para lidar com os alunos específicos que encontrarão, o que implica que a formação precisa ser direcionada e especializada.

Embora a gestora não forneça detalhes sobre as habilidades e competências específicas adquiridas na formação, ela sugere que uma formação bem direcionada pode ajudar a promover interações sociais bem-sucedidas. Ela reconhece a importância da formação contínua, mas enfatiza a necessidade de especificidade e relevância no treinamento para alcançar os resultados desejados.

2.1. De que forma essas habilidades e competências podem ajudar no ambiente escolar inclusivo?

A gestora respondeu:

Dentro das habilidades e competências “Vai desenvolver a parte pedagógica, vai adaptar os documentos para ele poder fazer, então vão ser mais as adaptações e a parte mais de dinâmica mesmo com o próprio aluno dentro da sala de aula, com o professor ajudando a socialização do aluno (G1.P2).

A gestora escolar destaca quais habilidades e competências o professor vai desenvolver. A esse respeito, a formação de professores deve ser articulada com a prática pedagógica da escola de maneira a fomentar abordagens pedagógicas alternativas que auxiliem os alunos enfrentando desafios educacionais decorrentes da educação especial, sem que isso resulte em diferenciação ou empobrecimento de suas experiências educacionais (Santos; Falcão, 2020).

A LDB prevê a adaptação dos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Isso significa que os professores devem estar preparados para adaptar seu ensino de acordo com as características individuais dos alunos, promovendo a inclusão (Brasil, 1996). Como trata o primeiro parágrafo do artigo 59, “[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996, p. 40).

A resposta da gestora escolar corrobora a hipótese de que a formação continuada, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. A gestora afirma que a formação ajudará a desenvolver a parte pedagógica, adaptar documentos e implementar dinâmicas em sala de aula, tudo isso contribuindo para a socialização do aluno com TEA.

Além disso, o apoio teórico fornecido pelo texto de Santos e Falcão (2020) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 reforça a necessidade de formação de professores articulada com a prática pedagógica, promovendo adaptações curriculares e pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Isso confirma a importância de preparar os professores para adaptar seu ensino e promover a inclusão.

Ela reconhece que a formação continuada dos professores é essencial para desenvolver habilidades e competências que promovam estratégias e dinâmicas para a interação social dos alunos com TEA na sala de aula regular. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

3. Acredita-se na formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, a gestora escolar foi questionada: No seu ponto de vista, a formação continuada do professor em relação ao TEA aborda estratégias práticas para desenvolver habilidades pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos com TEA?

A gestora respondeu:

Sim, aborda, mas isso também vai depender do professor porque têm alguns que, às vezes pega essas formações para fazer e não faz, paga outra pessoa para fazer, e depois vem, chega e não consegue aplicar o que tinha que aplicar, o que tinha foi aprendido lá, acontece muito isso. Acontece de as pessoas terem curso mas não terem a habilidade, porque não adquiriu na hora que tinha que estar lá fazendo. “Os que estudou” (G1.P3).

A gestora escolar destaca que vai depender se o professor vai fazer de fato a formação, pois muitos têm o curso, mas não têm a habilidade. A esse respeito, conforme o art. 3º, as competências profissionais definidas na BNCC-Formação Continuada exigem que o professor tenha um conhecimento sólido dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento dos educandos. Essas competências se dividem em três dimensões interdependentes e complementares na ação docente na Educação Básica: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional (Brasil, 2020).

Essas competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes (Brasil, 2020, p. 2).

A resposta da gestora escolar corrobora parcialmente a hipótese. Ela confirma que a formação continuada aborda estratégias práticas para desenvolver habilidades pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos com TEA. No entanto, a eficácia dessas formações depende significativamente do comprometimento e da prática do professor.

Além disso, a legislação e as diretrizes citadas, como a BNCC-Formação Continuada e a Resolução CNE/CP nº 2/2019, reforçam a necessidade de desenvolvimento de competências profissionais que promovam a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral dos estudantes, alinhando-se à importância de uma formação contínua eficaz.

A formação continuada aborda estratégias práticas para o ensino de alunos com TEA, mas a aplicação dessas estratégias e o desenvolvimento real das habilidades dependem do engajamento e da prática dos professores.

3.1. De que forma vem ajudando os alunos com TEA no processo de ensino-aprendizagem?

A gestora respondeu:

Ajuda nas formas de adaptações, na forma de socialização. Temos uma aluna aqui na escola e encontramos profissionais muito bons, porque ela tem picos de humor, então a gente vê o profissional que realmente estudou e o que não estudou, um com muita bagagem que ajuda e outro com pouca que não ajuda. Então, se realmente o professor estudou, ele vai aplicar direito, agora se não estudou, ele vai aplicar de qualquer jeito, mas com um esforço ele consegue pegar a prática (G1.P3).

A gestora destaca que o professor que fez a formação saberá aplicar na prática. A esse respeito, a política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI), instituída pelo Decreto nº 7.611/2011, também respalda a formação de professores para a educação inclusiva. Esse documento destaca a necessidade de programas de formação que preparem os educadores para atuar de forma eficaz em salas de aula inclusivas, promovendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas e colaborativas.

A resposta da gestora escolar corrobora a hipótese de que a formação continuada ajuda os alunos com TEA no processo de ensino-aprendizagem. Ela confirma que a formação contribui para adaptações pedagógicas e socialização e destaca a importância de ter profissionais bem formados para a aplicação eficaz dessas estratégias.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI) também apoia essa visão, sublinhando a necessidade de programas de formação que preparem os educadores para atuar de forma eficaz em salas de aula inclusivas, promovendo práticas pedagógicas diferenciadas e colaborativas.

Ela reconhece que a formação continuada é essencial para ajudar os alunos com TEA no processo de ensino-aprendizagem, especialmente quando os professores aplicam as estratégias aprendidas de forma prática e eficaz. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

4. Imagina-se como a formação continuada do professor vai seguir para uma adaptação significativa do aluno com TEA nas habilidades e competências. Com base nessa hipótese, a gestora escolar foi questionada: Segundo seu ponto de vista, a formação continuada colaborou para a adaptação do aluno com TEA entre os profissionais, professores e pais nas dimensões de habilidades e competências?

A gestora respondeu: “Ajuda sim. Essa colaboração ajuda na hora em que se juntam, o professor passa o planejamento dentro de um todo, adapta, e às vezes aquela adaptação que o professor regente fez, não está em adequada para o aluno, então o professor de apoio que tem a formação continuada...” (G1.P4).

4.1. De que maneira a formação colaborou com essa adaptação?

A gestora respondeu: “Então ele adapta, a atividade do professor, ele ajusta mais um pouquinho para a realidade do aluno, porque ele vai entender melhor essa realidade. Essa adaptação se estende aos pais com os deveres de casa” (G1.P4).

A gestora destaca a colaboração entre os profissionais e a família. A esse respeito, a LDB promove a gestão democrática das escolas que envolve a participação da comunidade escolar nas decisões educacionais. Inclui pais, alunos, professores e demais profissionais da educação. A participação ativa da comunidade na definição das políticas educacionais pode contribuir para uma educação mais inclusiva (Brasil, 1996).

A resposta da gestora escolar corrobora a hipótese de que a formação continuada do professor contribui para uma adaptação significativa do aluno com TEA nas dimensões de habilidades e competências. Ela destaca a importância da colaboração entre professores e a formação continuada dos professores de apoio, que são capazes de ajustar e adaptar os planos para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA. Além disso, a adaptação se estende aos pais, facilitando a integração e o apoio no ambiente familiar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também apoia essa visão, promovendo a gestão democrática das escolas e a participação ativa da comunidade escolar nas decisões educacionais, o que inclui a colaboração entre pais, alunos, professores e demais profissionais da educação. Isso reforça a importância de uma educação inclusiva e colaborativa.

Ela reconhece a importância da formação continuada para facilitar adaptações significativas e promover a colaboração entre todos os envolvidos no processo educacional do aluno com TEA. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

5.2 Percepção do coordenador escolar que tem formação continuada

1. Imagina-se a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o coordenador escolar foi questionado: Você acredita que a formação continuada do professor, focando o desenvolvimento de habilidades e competências, pode contribuir para criar estratégias que facilitam a interação social de alunos com TEA?

O coordenador respondeu:

Sim, eu acredito principalmente nessa formação que não seja só teórica. É que de fato ela gera e desenvolve no professor habilidades e competências, porque é necessário ter um conceito teórico do que do pode e do que não pode estar dentro do Espectro, mas também é muito importante que o professor desenvolva essas habilidades para lidar com esses alunos dentro da sala de aula (C1.P1).

1.1. Você já participou de formação em cursos com foco em desenvolvimento de habilidades e competências para contribuir com para criação dessas estratégias?

O coordenador respondeu:

Sim, já participei de alguns cursos, cursos livres e minha pós-graduação tem o foco neste aspecto da inclusão, onde traz o teórico e o prático. Nas minhas formações, eu pude notar que me deram subsídio para começar a ter um plano de desenvolvimento mais focado, principalmente mais flexível também (C1.P1).

O coordenador destaca a importância da formação continuada. A esse respeito, a LDB nº 9.394/1996 ressalta que a formação continuada é de particular relevância. Essa formação prepara os educadores para acolher e atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, possibilitando adaptações curriculares e pedagógicas que se ajustem às necessidades individuais de cada estudante. Através dessa formação, os professores podem desenvolver abordagens diferenciadas que promovam o pleno desenvolvimento de todos os alunos, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo (Brasil, 1996).

Focado no desenvolvimento de habilidades e competências, elas podem contribuir para criar estratégias que facilitem a interação social de alunos com TEA. Esses cursos destacam a importância de uma formação que combine teoria e prática, e adaptam sua própria experiência ao lhe proporcionar subsídios para desenvolver estratégias eficazes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 apoia essa visão, ressaltando a relevância da formação continuada para preparar os educadores a atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. A LDB promove adaptações curriculares e pedagógicas que se ajustem às necessidades individuais dos alunos, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo.

Ela reconhece a importância da formação continuada para desenvolver habilidades e competências que facilitam a criação de estratégias de interação social para alunos com TEA. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o coordenador escolar foi questionado: Você acredita que a implementação de estratégias da

formação continuada do professor pode impactar positivamente a sala de aula regular para promover a interação social dos alunos com TEA?

O coordenador respondeu:

Eu acho que sim, eu acho que a criação dessas estratégias são importantes principalmente no planejamento do professor. Quando o professor coloca o plano dele, na verdade ele vai planejar essa ação dele através do que ele aprendeu ali durante a sua formação. Essas habilidades e competências, dão sim uma ajuda e subsídio. Ele poderá colocar no seu planejamento algumas ferramentas ou algumas atitudes que ele pode tomar em relação a algo que acontece ou em relação a algum projeto que ele queira desenvolver (C1.P2).

2.1. Você já participou de cursos, palestras que tratavam de implementação de estratégias na formação do professor?

O coordenador respondeu: “Sim, o Estado prevê para gente bastante formação, algumas teóricas, e eu vou ser bem sincero, algumas são teóricas, não são significativas, outras porém, dependendo de quem faz a palestra, são bem significativas e dão assim bastantes estratégias para gente lidar até no dia a dia mesmo” (C1.P2).

O coordenador destaca que as estratégias são importantes durante a formação. Portanto, para que os professores estejam devidamente preparados por meio de uma formação continuada, as Secretarias de Educação devem tomar a iniciativa de buscar alternativas para discussões sobre o tema (Silva, 2020). Nesse sentido, Silva (2020) afirma que a oferta de cursos, oficinas, especializações, capacitações e outras qualificações pode contribuir para que os professores se sintam mais preparados para enfrentar os desafios da inclusão de estudantes com deficiência em salas de aula regulares.

Segundo Oliveira (2020), as políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, voltados para orientarem o trabalho docente na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar, e assim, beneficiarem não apenas os estudantes com deficiências, como também, a educação escolar como um todo (Oliveira, 2020, p. 12).

Focada no desenvolvimento de habilidades e competências, essa formação pode contribuir para criar estratégias que facilitem a interação social dos alunos com TEA na sala de aula regular. Ele destaca que a formação teórica e prática é fundamental para planejar ações eficazes e que as formações significativas fornecem ferramentas valiosas para o dia a dia.

A literatura citada também apoia essa visão. Silva (2020) enfatiza a importância de as Secretarias de Educação oferecerem cursos, oficinas, especializações e capacitações para preparar os professores para os desafios da inclusão. Oliveira (2020) reforça que políticas

públicas de inclusão devem ser concretizadas em programas de capacitação e acompanhamento contínuo, beneficiando tanto os estudantes com deficiências quanto a educação escolar como um todo.

Ela reconhece a importância da formação continuada para desenvolver estratégias eficazes que promovem a interação social dos alunos com TEA na sala de aula regular. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

3. Imagina-se a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o coordenador escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a formação continuada do professor no contexto do ensino regular, concentra-se no desenvolvimento de habilidades e competências criando estratégias para interação social dos alunos TEA?

O coordenador respondeu:

Não, hummm, depende. As formações continuadas oferecidas ao professor aqui na nossa escola são pela Superintendência ou a Secretaria de Educação do Estado, ou as que nós, enquanto formados, especialistas propomos aos professores. Aí nós buscamos oferecer bem o prático, pois notamos nas nossas reuniões que a prática é necessária para trazer esse conhecimento de como o professor vai lidar com situações, e como ele vai lidar com os seus planejamentos e realizar sua execução. Mas eu não acho que são todas as formações que desenvolvem as habilidades e competências, porque muitas focam mais no teórico do que em conhecer o que é o TEA. Se você não alinha isso com o conhecimento prático, aí você não faz com que o profissional crie estratégias para lidar e melhorar a socialização do aluno TEA (C1.P3).

3.1. Até que ponto essas estratégias são eficazes?

O coordenador respondeu:

Eu acredito que elas são eficazes principalmente para o professor ter um repertório, uma bagagem, Porque, sabemos que o Espectro é bem amplo e nós teremos ali vários comportamentos e várias formas de lidar, onde o professor cria mesmo um repertório, ele cria esse repertório do que fazer, e lá na frente o ajuda a prevenir algumas questões. Às vezes temos alguns problemas que acontecem por inexperiência do professor, ou por ele não ter entendimento. Colocando isso nas formações ele já cria um repertório básico, e a prática dentro da sala de aula aperfeiçoa essas estratégias (C1.P3).

O coordenador destaca que as formações tem que estarem alinhadas à prática. A esse respeito, A formação de professores é um componente crucial da Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Ela reconhece que os educadores

desempenham um papel fundamental na promoção da educação inclusiva e, portanto, devem receber formação adequada para atender a diversidade dos alunos.

Os programas de formação dedicados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenham um papel fundamental na preparação dos profissionais da educação para a promoção da inclusão escolar (Brasil, 2008). Eles visam fornecer conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para atender às diversas necessidades educacionais dos alunos, assegurando assim que a educação seja verdadeiramente inclusiva (Brasil, 2008).

Portanto, a formação continuada do professor no ensino regular desenvolve habilidades e competências para criar estratégias de interação social para alunos com TEA. Ele ressalta a importância da combinação de teoria e prática nas formações, reconhecendo que a prática é essencial para a aplicação eficaz das estratégias. No entanto, ele também aponta que nem todas as formações oferecidas são adequadas, muitas vezes sendo excessivamente teóricas e não práticas.

A Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) apoia essa visão, afirmando que os programas de formação devem fornecer conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para atender às diversas necessidades educacionais dos alunos, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva.

Na medida em que as formações continuadas eficazes são aquelas que combinam teoria e práticas e capacitam os professores a desenvolver estratégias de interação social para alunos com TEA. No entanto, há uma necessidade de melhorar a qualidade e a abordagem prática das formações oferecidas para garantir que todos os professores possam adquirir e aplicar essas habilidades e competências de maneira eficaz. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

5.3 Percepção do coordenador escolar que não tem a formação continuada

1. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o coordenador escolar foi questionado: De que maneira a falta de formação continuada do professor pode afetar o desenvolvimento de habilidades e competências para lidar com o TEA? Essa falta de experiência educacional pode comprometer a oferta de uma inclusiva menos assertiva?

O coordenador respondeu:

Então, a falta de formação tanto a inicial quanto a continuada, porque temos que nos atualizar sempre acarreta um problema muito grande, o desconhecimento gera preconceito e é a primeira coisa, não é? Então assim o conceito antecipado do próprio ato discriminatório vem dessa falta de uma formação que tem de ser humanizada também, mas também muito prática. Então, eu acredito que a falta dela vai causar ali uma discriminação do aluno, e o professor não vai ter bagagem para lidar com algumas situações porque, se você for avaliar o aluno pela necessidade de suporte, têm alunos que vão precisar de um suporte maior por parte do professor, mesmo que ele tenha ali um profissional que auxilie em sala de aula, seja o professor de apoio, ou profissional de apoio, o professor vai precisar ter uma bagagem maior, porque será ele quem vai dar o suporte no que diz respeito a sua disciplina, seja ele um professor regente de aula ou um regente de turma. Então acho muito necessário, e urgente, é um assunto que precisa ser bem difundido no nosso meio e no meio da Educação, ele é um “ouvir falar, eu sei o que é”, mas está faltando a prática (C1.P1).

1.1. Essa falta de experiência educacional pode comprometer a oferta de uma educação inclusiva menos assertiva?

O coordenador respondeu:

Pode sim, pode trazer uma inclusão que não é eficiente, não é eficaz, não é nada, porque é como eu disse, o primeiro ponto que o ser humano no geral tem bastante é o preconceito com várias coisas que para ele são diferentes. Naturalmente, não que ele tenha diretamente uma ação discriminatória, mas no interior dele já tem um distanciamento daquilo que é diferente, onde só da pessoa não ter feito formação, e ficar “eu sei, porque eu tenho um parente que tem e tal”, só da pessoa não ter uma formação mais ampla, ali já é um mau começo. Aí, caso essa pessoa receber um aluno com TEA, independentemente de já ter um parente que tem e tal”, e essa pessoa não tiver uma formação mais ampla, já é um mau começo. Caso essa ela receba um aluno com TEA, ela precisará de suporte. Então, o que acontece? O professor não vai saber planejar direito, e vai comprometer essa socialização do aluno. Às vezes ela vai achar que o aluno pode ficar em grupo ou sozinho, ele não vai aproveitar o tempo. Quando o professor tem o conhecimento, ele alinha a prática ao seu saber. Às vezes, ele consegue observar que na hora que o aluno chega na sala, “ele está um pouco mais irritado”, “hoje com esse aluno não vai dá pra fazer essa atividade”; ele vai ser flexível, pois a formação traz essa flexibilidade, ele já vai propor outro caminho, fazendo primeiro o acolhimento e ajudar o aluno no momento certo.(C1.P1).

O coordenador destaca que a falta de formação gera um preconceito, um professor não terá bagagem para lidar com certas situações, ele diz que formação é necessário também para o regente da turma. A esse respeito, o professor que atua na sala de aula regular, ensinando a todos os alunos, embora suas funções sejam distintas do professor especializado, esses dois professores devem trabalhar de forma clara e colaborativa (Mendes; Cia; Cabral, 2015). O terceiro parágrafo do artigo 59 da Lei LDB destaca: “Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 40).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelece diretrizes para a formação de professores e aborda a importância da educação inclusiva. Ela reconhece a necessidade de preparar professores para atuar de forma inclusiva, assegurando uma educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (Brasil, 1996).

Portanto, a formação continuada do professor, desenvolvendo habilidades e competências, pode guiar para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Ele destaca que a falta de formação resulta em preconceito e falta de preparo, comprometendo a educação inclusiva. A necessidade de formação prática e humanizada é ressaltada como essencial para que os professores possam criar estratégias eficazes para a interação social dos alunos com TEA, visto que a formação continuada adequada é fundamental para uma inclusão educacional assertiva e eficaz. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

2. Acredita-se a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o coordenador escolar foi questionado: Em sua opinião, sem a participação em programas ou cursos de formação continuada, de que maneira os professores podem enfrentar desafios na socialização do aluno com TEA em sala de aula regular?

O coordenador respondeu:

Olha, eu falo para os meus professores aqui na escola que ser professor hoje não é uma tarefa fácil, na verdade nunca foi. Eu não falo nem na valorização, porque só pela beleza que tem no nosso trabalho, já é gratificante. É um trabalho difícil, por isso eu acredito que todos nós devemos ser mais valorizados e cobrados também, pois, embora seja um trabalho difícil ele é muito importante. Então se o professor ele não tem em sua gestão, em seu percurso acadêmico algo que lhe de uma base para começar uma prática que seja mais humanizada e inclusiva, se ele tem essa deficiência em sua formação, ele pode buscar um conhecimento iludido. Hoje fazer buscas não está tão difícil, tem nas redes sociais esse acesso, e o acesso ao conhecimento é democratizado nos espaços específicos dentro da rede. Ele também encontra Instituições que auxiliam dentro da própria Superintendência Regional, como o CAPS, o Centro de Referência, o professor por si só ele tem essa capacidade e faz parte das atribuições dele buscar essa formação. Faz parte também das atribuições do órgão central da Secretaria de Educação do Estado e da Superintendência, e dos próprios coordenadores promoverem essas capacitações. Cabe a mim também, como coordenadora, oferecer essas formações dentro da minha escola, em reuniões, na oferta de cursos, através de palestras, ajudar o profissional suprir essa falta. Cabe ao professor também buscar, existem muitas formas gratuitas, como no YOUTUBE, para ele se capacitar, basta querer... Na minha experiência eu vejo que muitos deixam passar batido, muitos vão para a inclusão de “mentirinha” dizendo “recebi um aluno com TEA, e sou obrigado a trabalhar com esse aluno, então vou dar uma folhinha” aí traz atividades fora do conteúdo da aula. O professor traz uma prática não produtiva. E quando traz a adaptação não traz aquilo que é inclusão do material curricular, não tem inclusão da socialização do aluno, ele está somente integrado. Se o professor não

possui essa bagagem e chega um aluno, existe uma chance muito grande dele cair na integração, não na inclusão (C1.P2)

2.1. De que modo a ausência de desenvolvimento específico de habilidades e competências pode dificultar o professor com o aluno TEA?

O coordenador respondeu:

Dificulta e muito, porque os alunos com TEA dependem do nível de suporte, mas a gente sabe que, no geral, eles precisam receber um atendimento especializado, e hoje eles têm leis que os amparam, nessas questões. Mas se tratar do professor, ele vai estar quebrado, ele não vai ser assertivo. Às vezes o professor não vai conseguir ler aquele aluno de maneira mais global, daí ele vai achar que vai ajudar, mas não vai, então ele será o causador de crises, de uma falta de adaptação, não vai oferecer um acolhimento assertivo. Com isso o próprio aluno não vai se sentir parte e teremos um problema muito grande a enfrentar. No nosso caso, a coordenação pega na mão do professor, oferece ajuda nos planejamentos, assenta com o professor, conversa, chama a família e fala sobre o quadro do aluno, faz uma **anminese** para entender melhor. O professor tem muito coisa para fazer, mas ele tem que se organizar para fazer isso, porque senão não sai um trabalho que seja de fato inclusivo (C1.P2).

Segundo Miranda (2008), a formação inicial não prepara o professor para trabalhar com estudantes com necessidades especiais, daí a necessidade de recorrer à formação continuada, não apenas para preencher as lacunas da formação inicial, mas para adquirir conhecimentos específicos necessários para atender estudantes com deficiências. Todavia, a autora destaca que a formação inicial dos professores em relação ao atendimento das necessidades especiais ainda ocorre de forma inconsciente, e poucos profissionais iniciam sua carreira docente com experiências de ensino junto a estudantes com NEE. A maioria dos professores manifesta descontentamento com seus processos de formação em relação a esta questão e há total ambiguidade em termos da formação docente, expressando a falta de política clara, consistente e avançada para a formação docente, entre as quais a do professor especializado. A tentativa de suprir essa lacuna tem sido a formação continuada através de educação à distância (Miranda, 2008, p. 7).

Portanto, a formação continuada do professor é essencial para desenvolver habilidades e competências que facilitam a adaptação e o ensino-aprendizagem de alunos com TEA. A falta de formação continuada leva a uma prática pedagógica ineficaz, limita a inclusão verdadeira e pode resultar em preconceito e discriminação. Destacam a importância da formação contínua para uma educação inclusiva e eficaz. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

5.4 Percepção do professor que fez a formação continuada escolar

1. Pensa-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Em sua opinião, o desenvolvimento das habilidades e aquisições de competências para a educação inclusiva poderá ajudá-lo/a para socialização e aprendizado de alunos TEA?

O professor respondeu:

O processo de aprendizagem (aprendizado) é diferente para cada pessoa e o desenvolvimento de métodos para que a educação seja inclusiva, acessível a todos é fundamental. Portanto a educação inclusiva para pessoas com TEA exige que cada estudante tenha suas demandas atendidas de acordo com suas necessidades (P1.P1).

1.1. De que forma?

O professor respondeu: “A formação continuada proporciona a desconstrução de preconceitos pelos profissionais e comunidade escolar, para que possam se comunicar de maneira mais eficiente com as pessoas que possuem alguma deficiência” (P1.P1).

1.2. Você fez cursos ou participou de palestras que tratavam sobre as habilidades e competências para o professor na educação inclusiva?

O professor respondeu: “Fiz pós em educação inclusiva e neuropsicopedagogia. Sou graduada em educação especial, além de vários outros cursos” (P1.P1).

O professor destaca a importância da formação continuada para atender as demandas do TEA de acordo com as suas necessidades. A esse respeito, a Lei nº 13.146/2015 em seu artigo 27 destaca o direito fundamental das pessoas com deficiência à educação, assegurando que elas tenham acesso a uma educação que permita o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, bem como a participação em todas as atividades escolares em igualdade de condições com seus colegas sem deficiência.

Portanto, a formação continuada é crucial para desenvolver habilidades e competências no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A formação continuada não apenas aprimora as práticas pedagógicas, mas também promove a inclusão e a igualdade de condições para todos os alunos. A referência à Lei nº 13.146/2015 apoia ainda mais a necessidade de uma educação inclusiva de qualidade, alinhada com as demandas legais e educacionais.

1. Pensa-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Em sua opinião, o desenvolvimento das habilidades e aquisições de competências para a educação inclusiva poderá ajudá-lo/a para socialização e aprendizado de alunos TEA?

O professor respondeu:

Sim, o desenvolvimento das habilidades sociais é um fator importante para que as crianças/alunos com TEA saibam agir em diversas ocasiões do cotidiano, desde interações mais simples, como conversar com os avós e brincar com os amigos na escola, até as atividades mais complexas como apresentar um trabalho na frente toda turma (P1.P2).

1.1 De que forma?

O professor respondeu: “Facilitando a sua independência e o convívio em sociedade. Mas é importante respeitar as limitações sem forçar situações constrangedoras ou conflituosas” (P1.P2).

1.2 Você fez cursos ou participou de palestras que tratavam sobre as habilidades e competências para o professor na educação inclusiva?

O professor respondeu: “Sim. Psicopedagogia, Pós-graduação em Educação Especial, Inclusão escolar do aluno com TEA” (P1.P2).

O professor destaca que o desenvolvimento das habilidades sociais é importante. A esse respeito, a Lei nº 13.146/2015 em seu artigo 27 destaca o direito fundamental das pessoas com deficiência à educação, assegurando que elas tenham acesso a uma educação que permita o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, bem como a participação em todas as atividades escolares em igualdade de condições com seus colegas sem deficiência. A promulgação desta lei representa um avanço significativo, pois coloca em prática princípios fundamentais, como a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a acessibilidade, como traz o seu artigo 4º: “[...] toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação [...]” (Brasil, 2015, p. 27) que são essenciais para construir uma sociedade mais inclusiva e justa. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão reconhece a dignidade intrínseca de todas as pessoas, independentemente de suas deficiências e busca eliminar as barreiras físicas e sociais que muitas vezes as impedem de desfrutar plenamente de seus direitos.

Portanto, a formação continuada é crucial para desenvolver habilidades e competências no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A formação contínua não apenas aprimora as práticas pedagógicas, mas também promove a inclusão, a independência e a participação dos alunos com TEA na sociedade. A referência à Lei nº 13.146/2015 apoia ainda mais a necessidade de uma educação inclusiva de qualidade, alinhada com as demandas legais e educacionais, garantindo uma abordagem equitativa e justa para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

1. Acredita-se a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionada: Em sua opinião, o desenvolvimento das habilidades e aquisições de competências para a educação inclusiva poderá ajudá-lo/a para socialização e aprendizado de alunos TEA? De que forma? Você fez cursos ou participou de palestras que tratavam sobre as habilidades e competências para o professor na educação inclusiva?

O professor respondeu: “Sim. De forma a oferecer uma aprendizagem significativa, considerando as suas especificidades. Já participei de cursos dessa temática e pretendo fazer outros” (P3.P1).

O professor destacou que o aluno terá uma aprendizagem significativa. A esse respeito, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir, para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

A formação continuada é crucial para desenvolver habilidades e competências no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A formação contínua permite uma adaptação pedagógica que considera as especificidades dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa e inclusiva. A referência ao trabalho de Silva (2020) reforça a importância de uma formação pedagógica planejada e contínua, alinhada com as exigências do contexto atual e comprometida com a inclusão e a equidade educacional.

1. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o

professor escolar foi questionado: Em sua opinião, o desenvolvimento das habilidades e aquisições de competências para a educação inclusiva poderá ajudá-lo/a para socialização e aprendizado de alunos TEA? De que forma? Você fez cursos ou participou de palestras que tratavam sobre as habilidades e competências para o professor na educação inclusiva?

O professor respondeu:

Sim. Poderá ajudar e muito. Pois desenvolvimento de habilidades e competência na educação inclusiva impactam significativamente a socialização e aprendizagem dos alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA). Um ambiente inclusivo promove aceitação, aumentando autoestima e confiança. Habilidades sociais podem ser desenvolvidas por meio de atividades específicas, enquanto na interação e empatia. Adaptações curriculares e estratégias diferenciadas como recursos visuais e suporte individualizado melhoram o acesso ao conteúdo. Professor capacitado e o uso da tecnologia assistiva facilitam o aprendizado (P4.P1).

O professor destaca que o desenvolvimento de competências e habilidades impacta significativamente a socialização dos alunos com TEA. A esse respeito, A Lei nº 13.146/2015 em seu artigo 27 destaca o direito fundamental das pessoas com deficiência à educação, assegurando que elas tenham acesso a uma educação que permita o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, bem como a participação em todas as atividades escolares em igualdade de condições com seus colegas sem deficiência.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece uma educação inclusiva que visa garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade, respeitando suas diferenças e fornecendo-lhes o suporte necessário para desenvolver todo o seu potencial. Para alcançar resultados positivos na prática pedagógica, os professores devem adotar métodos mais flexíveis e versáteis que permitam adequar os conteúdos e as estratégias de ensino às características dos alunos. Isso inclui recursos técnicos, materiais personalizados, estratégias de ensino diferenciadas e colaboração com outros profissionais, como especialistas em educação inclusiva e equipes multidisciplinares.

O professor confirma que a formação continuada do professor é crucial para desenvolver habilidades e competências que melhoram a socialização e o aprendizado dos alunos com TEA. A resposta do professor é consistente com a hipótese, indicando que a formação continuada promove a criação de um ambiente inclusivo, o desenvolvimento de habilidades sociais e a aplicação de estratégias pedagógicas eficazes.

1. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o

professor escolar foi questionado: Em sua opinião, o desenvolvimento das habilidades e aquisições de competências para a educação inclusiva poderá ajudá-lo/a para socialização e aprendizado de alunos TEA? De que forma? Você fez cursos ou participou de palestras que tratavam sobre as habilidades e competências para o professor na educação inclusiva?

O professor respondeu:

Trabalhar com educação inclusiva requer uma combinação única de habilidades, incluindo empatia, conhecimentos, flexibilidade, comunicação efetiva, criatividade, paciência, colaboração e motivação.

Saber interpretar, como comportar, proceder, lidar, como e quando fazer algo.

Eu fiz e faço cursos, participo de palestras (P5.P1).

O professor destaca que trabalhar com a educação inclusiva requer várias combinações. A esse respeito, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir, para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

A formação continuada é essencial para desenvolver as habilidades e competências necessárias para a educação inclusiva de alunos com TEA. A resposta do professor, juntamente com as evidências e legislação citadas, comprova que a formação contínua permite com que os professores adaptem suas práticas pedagógicas para promover a socialização e o aprendizado dos alunos com TEA, a resposta do professor escolar confirma a hipótese. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Você acredita que a formação continuada do professor visando desenvolver habilidades e competências, poderá resultar na criação de estratégias eficazes para promover a interação de alunos com TEA em sala de aula regular? Como você planeja essas estratégias dentro do desenvolvimento de habilidades e competências?

O professor respondeu: “Sim. Planejo olhando para o CRMG e analisando atividades concretas e lúdicas para adaptar, buscando alinhar as características do TEA. Contudo, em alguns casos não consigo fazer essa engrenagem funcionar” (P1.P2).

O professor destaca a importância de atividades concretas e lúdicas. A esse respeito, Segundo Cunha e Ferrete (2021), a formação continuada desperta no professor da sala de aula o desejo por novas práticas, incentivando-o a seguir caminhos que podem trazer melhores resultados, em vez de optar pelo caminho mais fácil.

A formação continuada do professor desenvolve habilidades e competências que resultam na criação de estratégias eficazes para promover a interação de alunos com TEA na sala de aula regular. No entanto, a implementação dessas estratégias pode enfrentar desafios práticos, como reconhecido pelo professor. As evidências de Cunha e Ferrete (2021) apoiam a importância da formação continuada na motivação e capacitação dos professores para buscar práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Você acredita que a formação continuada do professor visando desenvolver habilidades e competências poderá resultar na criação de estratégias eficazes para promover a interação de alunos com TEA em sala de aula regular?

O professor respondeu:

Sim, a formação continuada dos professores é de fundamental importância, pois possibilita-o a ter acesso ao que há de mais novo na área atuação e em didática e metodologia de ensino. Assim, ele pode relacionar o novo conhecimento adquirido com bases científicas da sua graduação inicial, agregando mais suporte e conteúdo para oferecer para seus alunos (P2.P2).

2.1 Como você planeja essas estratégias dentro do desenvolvimento de habilidades e competências?

O professor respondeu:

Para uma aula e um ambiente acadêmico inclusivo, podemos citar as seguintes estratégias pedagógicas para crianças com TEA.

*Manter uma rotina, adaptação ao ambiente escolar, usar estímulos visuais em sala de aula, ajuste do ambiente, conhecimento dos interesses do meu aluno, promovendo assim os interesses específicos, planejar atividades, flexibilizar o currículo e envolver a família (P2.P2).

O professor destaca que a formação continuada é importante para a atuação. A esse respeito, A formação de professores voltada para a educação inclusiva deve abordar vários aspectos, incluindo conhecimentos teóricos, habilidades práticas e o desenvolvimento de atitudes e valores (Soares; Carvalho, 2012). Os professores devem compreender os princípios básicos da inclusão, como valorizar a diversidade, respeitar as diferenças e promover a igualdade (Brasil, 1988).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2018), a política valoriza a cooperação e participação ativa da comunidade escolar, incluindo alunos, famílias, professores e equipe pedagógica. Além disso, o documento revela a importância de avaliar e monitorar continuamente as práticas inclusivas para melhorar a qualidade da educação para todos.

Portanto, a formação continuada do professor pode resultar na criação de estratégias eficazes para promover a interação social de alunos com TEA na sala de aula regular. O planejamento das estratégias mencionadas pelo professor é detalhado e segue as melhores práticas recomendadas pela literatura e políticas educacionais, mostrando uma aplicação prática dos conhecimentos adquiridos através da formação continuada. A resposta está bem alinhada com as diretrizes e evidências de que a formação continuada é crucial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Você acredita que a formação continuada do professor visando desenvolver habilidades e competências poderá resultar na criação de estratégias eficazes para promover a interação de alunos com TEA em sala de aula regular? Como você planeja essas estratégias dentro do desenvolvimento de habilidades e competências?

O professor respondeu:

Sim, acredito que a formação continuada dos professores é essencial para desenvolver habilidades e competências que resultem em estratégias eficazes para a interação de alunos com TEA em sala de aula regular.

Essa formação permite que os professores compreendam melhor as necessidades dos alunos com TEA, e adotem abordagem pedagógicas inclusivas. Para planejar essas estratégias dentro do desenvolvimento de habilidades e competências, primeiro analiso as necessidades específicas dos alunos com TEA. Em seguida integro práticas inclusivas no currículo, como uso de recursos visuais e as tecnologias assistivas. Também incorporo metodologias de ensino colaborativo e atividades de socialização (P3.P2).

O professor destaca a importância da formação para desenvolver habilidades e competências. A esse respeito, são considerados professores capacitados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras, e que possam comprovar (Brasil, 2001).

A formação de professores deve ser articulada com a prática pedagógica da escola de maneira a fomentar abordagens pedagógicas alternativas que auxiliem os alunos enfrentando desafios educacionais decorrentes da educação especial, sem que isso resulte em diferenciação ou empobrecimento de suas experiências educacionais (Santos; Falcão, 2020).

Portanto, a formação continuada do professor pode resultar na criação de estratégias eficazes para promover a interação social de alunos com TEA na sala de aula regular. O planejamento das estratégias mencionado pelo professor é abrangente e segue as melhores práticas recomendadas pela literatura e políticas educacionais. A resposta está bem alinhada com as diretrizes e evidências de que a formação continuada é crucial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Você acredita que a formação continuada do professor visando desenvolver habilidades e competências poderá resultar na criação de estratégias eficazes para promover a interação de alunos com TEA em sala de aula regular? Como você planeja essas estratégias dentro do desenvolvimento de habilidades e competências?

Parte superior do formulário O professor respondeu: “Algumas estratégias para um aluno com TEA é preciso, primeiro preparar os alunos para receber, fazendo acolhimento, manter uma rotina, adaptar o ambiente escolar, usar estímulos visuais, ter conhecimento dos interesses dos alunos e planejar as atividades” (P4.P2).

O professor destaca a importância de estratégias para o aluno com TEA. A esse respeito, a Lei nº 13.146/2015 em seu artigo 27 destaca o direito fundamental das pessoas com deficiência à educação, assegurando que elas tenham acesso a uma educação que permita o

desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, bem como a participação em todas as atividades escolares em igualdade de condições com seus colegas sem deficiência.

Portanto, a formação continuada pode resultar na criação de estratégias eficazes para promover a interação social de alunos com TEA na sala de aula regular. As estratégias mencionadas são bem fundamentadas e alinhadas com as diretrizes legais e melhores práticas para a educação inclusiva. Portanto, a formação continuada é essencial para equipar os professores com as habilidades e competências necessárias para desenvolver e implementar essas estratégias. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

3. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionada: Os cursos de formação continuada para professores, dos quais você participou, que visavam desenvolver habilidades e competências lhe ajudaram na socialização do TEA em sala de aula regular?

O professor respondeu: “Ajudaram muito na questão de conhecer a deficiência, apesar de que cada um é ser único, é importante conhecer a deficiência de forma geral para saber agir em certas situações” (P1.P3).

3.1. De que forma o curso contribuiu para essa interação no ambiente escolar?

O professor respondeu: “Através das habilidades e competências adquiridas” (P1.P3).

O professor destaca que a formação ajuda a conhecer a deficiência. A esse respeito, a LDB nº 9.394/1996 ressalta que a formação continuada é de particular relevância. Essa formação prepara os educadores para acolher e atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, possibilitando adaptações curriculares e pedagógicas que se ajustem às necessidades individuais de cada estudante. Através dessa formação, os professores podem desenvolver abordagens diferenciadas que promovam o pleno desenvolvimento de todos os alunos, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo (Brasil, 1996).

Portanto, a formação continuada é fundamental para desenvolver habilidades e competências que facilitam o ensino-aprendizagem e a socialização de alunos com TEA. Os cursos de formação continuada ajudaram o professor a conhecer melhor a deficiência e a agir de maneira mais adequada em situações específicas, contribuindo significativamente para a interação e inclusão dos alunos com TEA na sala de aula regular. Portanto, a formação

continuada é essencial para capacitar os professores a criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo, alinhado com as diretrizes da LDB.

3. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Os cursos de formação continuada para professores, dos quais você participou, que visavam desenvolver habilidades e competências o ajudaram na socialização do aluno TEA em sala de aula regular? De que forma o curso contribuiu para essa interação no ambiente escolar?

O professor respondeu:

A formação continuada é uma ferramenta aliada ao trabalho pedagógico, em especial, para nós, professores que trabalham com alunos especiais. Pois ela nos auxilia a potencializar nossas práticas pedagógicas para que conheçamos mais formas de apoiar nossos alunos especiais em sua jornada da “diária em nossa jornada” (P2.P3).

O professor destaca a formação como uma ferramenta aliada ao trabalho pedagógico. A esse respeito, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir, para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

Portanto, a formação continuada é fundamental para desenvolver habilidades e competências que facilitam o ensino-aprendizagem e a socialização de alunos com TEA. A formação continuada é vista como uma ferramenta aliada que auxilia os professores a potencializar suas práticas pedagógicas e a conhecer mais formas de apoiar os alunos com necessidades especiais em sua jornada educacional. Portanto, a formação continuada é essencial para capacitar os professores a criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz, alinhado com as diretrizes de Silva (2020).

3. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Os cursos de formação continuada para professores, dos

quais você participou, que visavam desenvolver habilidades e competências o ajudaram na socialização do aluno TEA em sala de aula regular? De que forma o curso contribuiu para essa interação no ambiente escolar?

O professor respondeu: “Sim. Ao entender a questão sensorial, por exemplo, consigo elencar as melhores estratégias para interagir e promover a construção do conhecimento” (P3.P3).

O professor destaca que a formação resultará em melhores estratégias. A esse respeito, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir, para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

Portanto, a formação continuada é fundamental para desenvolver habilidades e competências que facilitam o ensino-aprendizagem e a socialização de alunos com TEA. O entendimento das questões sensoriais, adquirido através da formação continuada, permite ao professor selecionar e aplicar estratégias mais eficazes para promover a interação e a construção do conhecimento. Portanto, a formação continuada é essencial para capacitar os professores a criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz, alinhado com as diretrizes de Silva (2020).

3. Acredita-se a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Os cursos de formação continuada para professores, dos quais você participou, que visavam desenvolver habilidades e competências o ajudaram na socialização do aluno TEA em sala de aula regular? De que forma o curso contribuiu para essa interação no ambiente escolar?

O professor respondeu:

Sim, os cursos de formação continuada me ajudaram na socialização dos alunos com TEA em sala de aula regular. Todo conhecimento adquirido facilita na aplicação das práticas. Eles forneceram técnicas específicas para adaptar o currículo e usar recurso visuais, além de estratégias para promover a interação social e o trabalho colaborativo. Tenho ciência de que ainda tenho muito o que aprender, pois todos os dias há desafios, mas essas habilidades e conhecimentos contribuíram para criar um ambiente mais

inclusivo e acolhedor, facilitando a interação dos alunos com TEA no ambiente escolar (P4.P3).

O professor destaca que os cursos de formação ajudaram na socialização do TEA em sala de aula regular. A esse respeito, o aprimoramento, a qualificação e a formação constante dos professores especializados, em níveis de aperfeiçoamento e especialização, ocorrem por meio desses programas de formação dedicados ao Atendimento Educacional Especializado. Além disso, essa trajetória de aprendizado se estende a cursos de aperfeiçoamento, os quais abordam conhecimentos específicos, tais como Libras, Braille, Tecnologia Assistiva, Comunicação e Códigos, entre outras áreas de relevância (Santos; Falcão, 2020).

Portanto, a formação continuada é essencial para desenvolver habilidades e competências que facilitam o ensino-aprendizagem e a socialização de alunos com TEA. O conhecimento e as técnicas adquiridas através dos cursos de formação continuada são fundamentais para criar um ambiente inclusivo e acolhedor, promovendo a interação social dos alunos com TEA. Portanto, a formação continuada é crucial para capacitar os professores a implementar práticas inclusivas eficazes, alinhadas com as diretrizes de Santos e Falcão (2020). Os dados obtidos confirmam a hipótese.

3. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Os cursos de formação continuada para professores, dos quais você participou, que visavam desenvolver habilidades e competências o ajudaram na socialização do aluno TEA em sala de aula regular? De que forma o curso contribuiu para essa interação no ambiente escolar?

O professor respondeu: “Investir no diálogo, ser interessado e mais aberto nos diálogos. A escola tem um papel importante relacionado a esta habilidade, como debater, falar, criar linhas de raciocínio e respeitar ideias contrárias” (P5.P3).

O professor destaca que a escola tem um papel importante em relação a esta habilidade. A esse respeito, a escola tem papel fundamental na vida dos indivíduos. Sua função é ampla ao proporcionar o ensino, na interatividade, o desenvolvimento entre tantos outros, para as pessoas que necessitam de formação. Além disso, no âmbito educacional, existe a preocupação constante com a formação continuada dos professores. Nesse sentido, Perrenoud afirma que

[...] a formação contínua visava sempre visa – atenuar a defasagem entre o que os professores aprenderam durante sua formação inicial e o que foi acrescentado a isso

a partir da evolução dos saberes acadêmicos e dos programas, da pesquisa didática e, de forma mais ampla, das ciências da educação (2002, p. 21).

A resposta do professor sugere que práticas de diálogo e abertura ao debate são cruciais para a socialização de alunos com TEA, indicando um papel fundamental da escola em promover essas habilidades. No entanto, a resposta não aborda especificamente como os cursos de formação continuada contribuíram para essas práticas, deixando uma lacuna em relação à hipótese original.

Portanto, a hipótese não confirma, pois a formação continuada é importante, mas a resposta do professor não falou sobre isso. Os dados obtidos não confirmam a hipótese.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competência no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Conforme sua opinião, a formação continuada do professor demonstra eficácia no desenvolvimento da qualidade do ensino e aprendizagem de alunos com TEA?

O professor respondeu: “A formação continuada é um dos pilares que ajudam a garantir a inclusão, pois proporciona a desconstrução de preconceitos pelos profissionais e comunidade escolar para se comunicarem de maneira mais eficiente com as pessoas que possuem alguma deficiência” (P1.P4).

4.1. De que maneira essa formação continuada do professor impacta no desenvolvimento de habilidades e competências para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem?

O professor respondeu: “Ajudando o aluno nas suas defasagem e dificuldades” (P1.P4).

O professor destaca a formação continuada como um dos pilares para garantir a inclusão. A esse respeito, segundo Oliveira et al. (2022), pode-se salientar ainda que a concepção de cursos de formação continuada para os professores exige a escuta atenta dos participantes quanto às suas reais necessidades de formação, angústias e desafios. Ademais, para impulsionar o desenvolvimento profissional dos docentes, os espaços de formação devem ser concebidos com uma abordagem reflexiva que integre teoria e prática, incentivando o compartilhamento de experiências. Reconhecer que os professores são agentes sociais legítimos, com capacidade para planejar, gerir o processo de ensino e aprendizagem, bem como intervir nos sistemas complexos que compõem a estrutura social e profissional, é essencial (Oliveira et al., 2022).

A análise da resposta do professor sugere que a formação continuada é eficaz no desenvolvimento de habilidades e competências para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem de alunos com TEA. A formação continuada é vista como um elemento essencial para a inclusão e a superação das dificuldades enfrentadas pelos alunos, além de promover a capacitação dos professores de forma contínua e reflexiva.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Conforme sua opinião, a formação continuada do professor demonstra eficácia no desenvolvimento da qualidade do ensino e aprendizagem de alunos com TEA? De que maneira essa formação continuada do professor impacta no desenvolvimento de habilidades e competências para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem?

O professor respondeu: “A formação continuada é parte de um processo que tem um começo, mas que não tem fim. Falar de aprendizagem independentemente de ser um estudante com TEA, é essencial porque repercute em melhorar estratégias pedagógicas para todos” (P2.P4).

O professor destaca a formação continuada como parte do processo. A esse respeito, a Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. As Políticas da Formação Continuada de Professores para a Educação Básica, de competência dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, em especial, pela BNCC e pela BNC-Formação, têm como princípio norteador (Brasil, 2020).

A análise da resposta do professor sugere que a formação continuada é eficaz no desenvolvimento de habilidades e competências para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem de alunos com TEA. O professor reconhece a formação continuada como um processo interminável que melhora estratégias pedagógicas para todos os alunos, e as políticas públicas reforçam a necessidade e a importância desse processo para a profissionalização dos docentes e a melhoria da qualidade educacional.

4. Acredita-se a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o

professor escolar foi questionado: Conforme sua opinião, a formação continuada do professor demonstra eficácia no desenvolvimento da qualidade do ensino e aprendizagem de alunos com TEA? De que maneira essa formação continuada do professor impacta no desenvolvimento de habilidades e competências para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem?

O professor respondeu:

Sim, a formação continuada de professor demonstra eficácia no desenvolvimento, todo conhecimento adquirido facilita na aplicação das práticas. Eles forneceram técnicas especiais para adaptar o currículo e usar recursos visuais, além de estratégias para promover a interação sócia e o trabalho colaborativo. Tenho ciência das habilidades e competências dos alunos, essa formação capacita os professores a entenderem melhor as necessidades desses alunos implementar técnicas inclusivas. Ao aprender técnicas de adaptações curricular, tecnologia assistiva e metodologia colaborativas, os professores podem criar um ambiente de aprendizado mais acessível e eficaz (P3.P4).

O professor destaca a formação continuada como eficaz no desenvolvimento. A esse respeito, como salienta o art. 7º da CNE/CP nº 1, de 2020, a Formação Continuada deve possuir certas características para ser eficaz na melhoria da prática docente. Estas características incluem: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, uso de metodologias ativas de aprendizagem, trabalho colaborativo entre pares, duração prolongada da formação e coerência sistêmica (Brasil, 2020).

A LDB nº 9.394/1996 ressalta que a formação continuada é de particular relevância. Essa formação prepara os educadores para acolher e atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, possibilitando adaptações curriculares e pedagógicas que se ajustem às necessidades individuais de cada estudante. Através dessa formação, os professores podem desenvolver abordagens diferenciadas que promovam o pleno desenvolvimento de todos os alunos, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo (Brasil, 1996).

Portanto, a formação continuada é eficaz no desenvolvimento de habilidades e competências no ensino-aprendizagem de alunos com TEA. O professor reconhece a importância da formação continuada para a aplicação de práticas pedagógicas inclusivas, detalhando como ela capacita os professores a entenderem e atenderem melhor as necessidades dos alunos com TEA. Além disso, as referências às políticas educacionais brasileiras corroboram a relevância e a necessidade dessa formação para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo. Portanto, a hipótese é comprovada com base na resposta e nos complementos fornecidos.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Conforme sua opinião, a formação continuada do professor demonstra eficácia no desenvolvimento da qualidade do ensino e aprendizagem de alunos com TEA? De que maneira essa formação continuada do professor impacta no desenvolvimento de habilidades e competências para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem?

O professor respondeu: “Novas metodologias de ensino – aprendizagem, técnicas de didáticas e formas de lidar com desafios do trabalho em sala de aula. Tudo isso se reflete diretamente nos resultados dos alunos” (P4.P4).

O professor destaca que a formação trará novas metodologias de ensino. A esse respeito, A LDB prevê a adaptação dos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Isso significa que os professores devem estar preparados para adaptar seu ensino de acordo com as características individuais dos alunos, promovendo a inclusão (Brasil, 1996). Como trata o primeiro parágrafo do artigo 59, “[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996, p. 40).

A análise da resposta do professor confirma a hipótese de que a formação continuada é eficaz no desenvolvimento de habilidades e competências no ensino-aprendizagem de alunos com TEA. O professor reconhece que a formação continuada traz novas metodologias e técnicas didáticas que impactam diretamente os resultados dos alunos. Além disso, a referência à LDB, que exige adaptações curriculares e métodos específicos para atender às necessidades dos alunos com deficiência, corrobora a relevância da formação continuada para a promoção da inclusão e a melhoria da qualidade do ensino. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

5. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Como você vê a formação continuada do professor seguindo para uma adaptação do aluno com TEA? Você acredita que a formação continuada do professor ajuda na adaptação do aluno com TEA no desenvolvimento de habilidades e competências de forma significativa?

O professor respondeu: “Sem dúvida. A formação continuada de professores propicia uma aprendizagem contínua transformando a realidade educacional para ser mais inclusiva, igualitária e adaptativa às necessidades individuais dos alunos com TEA” (P1.P5).

O professor realça a importância da formação continuada. A esse respeito, como salienta o Art. 7º da CNE/CP nº 1, de 2020, a Formação Continuada deve possuir certas características para ser eficaz na melhoria da prática docente. Estas características incluem: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, uso de metodologias ativas de aprendizagem, trabalho colaborativo entre pares, duração prolongada da formação e coerência sistêmica (Brasil, 2020).

A análise da resposta do professor confirma a hipótese de que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. O professor reconhece que a formação continuada é fundamental para tornar a educação mais inclusiva e adaptativa às necessidades individuais dos alunos com TEA. Além disso, a referência às características essenciais da formação continuada, conforme o art. 7º da CNE/CP nº 1, de 2020, confirma a importância dessa formação para a eficácia na prática docente e na adaptação dos alunos com TEA.

5. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Como você vê a formação continuada do professor seguindo para uma adaptação do aluno com TEA?

O professor respondeu: “A formação continuada do professor é importantíssima para proporcionar um ambiente educacional inclusivo” (P2.P5).

5.1. Você acredita que a formação continuada do professor ajuda na adaptação do aluno com TEA e no desenvolvimento de habilidades e competências de forma significativa?

O professor respondeu: “Neste contexto, as estratégias de apoio na sala de aula desempenham um papel crucial na superação dos desafios diários enfrentados no processo de inclusão” (P2.P5).

O professor destaca que a formação continuada contribuirá para um ambiente educacional inclusivo. A esse respeito, Os programas de formação em AEE não apenas estão alinhados com os princípios constitucionais e legais que regem a educação inclusiva no Brasil, mas também desempenham um papel crucial na efetivação desses princípios (Brasil, 1988). Eles capacitam os profissionais da educação a oferecerem um atendimento educacional de qualidade, garantindo que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação inclusiva e significativa. Portanto, a promoção desses programas é imprescindível para avançarmos em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Brasil, 1988).

A formação continuada do professor é vista como crucial para desenvolver habilidades e competências que permitem uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. As estratégias de apoio na sala de aula, a capacitação proporcionada pelos programas de formação em AEE e o alinhamento com os princípios constitucionais e legais reforçam a importância dessa formação. Assim, a hipótese de que a formação continuada do professor guia para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA é validada pela resposta do professor.

A resposta detalha como a formação continuada desenvolve habilidades e competências contribui para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA e está alinhada com os princípios constitucionais e legais, o que valida a importância da formação contínua no contexto da inclusão de alunos com TEA.

5. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Como você vê a formação continuada do professor seguindo para uma adaptação do aluno com TEA? Você acredita que a formação continuada do professor ajuda na adaptação do aluno com TEA no desenvolvimento de habilidades e competências de forma significativa?

O professor respondeu: “Contribui, mas a inclusão é missão de todos, porque só o professor fazendo formação e adaptações, sem um acompanhamento baseado em evidências científicas fora da escola, fica difícil alcançar os resultados desejados” (P3.P5).

O professor destaca a importância da inclusão ser missão de todos. A esse respeito, Conforme disposto na Lei nº 12.056, de 2009 no § 1º do art. 62 da LDB, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios têm a responsabilidade, em regime de colaboração, de promover a formação inicial, a formação continuada e a capacitação dos profissionais do magistério (Brasil, 2020). Ainda no o art. 62 no inciso § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância (Brasil, 2020).

Portanto, para que os professores estejam devidamente preparados por meio de uma formação continuada, as Secretarias de Educação devem tomar a iniciativa de buscar alternativas para discussões sobre o tema (Silva, 2020). Nesse sentido, Silva (2020) afirma que a oferta de cursos, oficinas, especializações, capacitações e outras qualificações podem contribuir para que os professores se sintam mais preparados para enfrentar os desafios da inclusão de estudantes com deficiência em salas de aula regulares.

A resposta do professor confirma que a formação continuada contribui para a adaptação mais assertiva dos alunos com TEA, validando parcialmente a hipótese. No entanto, o professor ressalta que a formação continuada, por si só, não é suficiente e deve ser complementada por um acompanhamento baseado em evidências científicas e esforços coletivos. Portanto, a resposta do professor escolar não confirma a hipótese, mas também introduz a ideia de que a eficácia da formação continuada é aumentada quando combinada com outras práticas e suportes.

5. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Como você vê a formação continuada do professor seguindo para uma adaptação do aluno com TEA? Você acredita que a formação continuada do professor ajuda na adaptação do aluno com TEA no desenvolvimento de habilidades e competências de forma significativa?

O professor respondeu:

A formação é crucial para a adaptação de alunos com TEA. Ela proporciona aos educadores as ferramentas necessárias para entender e atender às necessidades específicas desses alunos. Com essa formação e outras possíveis, os professores aprendem a implementar estratégias inclusivas e adaptar o conteúdo didático. Isso resulta em um ambiente de aprendizagem mais acessível e acolhedor, permitindo com que os alunos com TEA desenvolvam habilidades e competências de maneira mais eficaz. Assim, a formação continuada é vital para garantir que esses alunos recebam um ensino de qualidade e se integrem melhor ao ambiente escolar e facilitando nossa prática em sala de aula (P4.P5).

O professor destaca a formação como crucial para as adaptações de alunos com TEA. A esse respeito, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir, para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

A resposta confirma que a formação continuada é crucial para o desenvolvimento de habilidades e competências dos professores, permitindo uma adaptação mais assertiva dos alunos com TEA. O professor explica como a formação contribui diretamente para estratégias

inclusivas e um ambiente de aprendizagem mais eficaz, alinhando-se com a hipótese apresentada.

5. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Como você vê a formação continuada do professor seguindo para uma adaptação do aluno com TEA? Você acredita que a formação continuada do professor ajuda na adaptação do aluno com TEA no desenvolvimento de habilidades e competências de forma significativa?

O professor respondeu: “Sim, acredito. A formação continuada abre portas para o aperfeiçoamento das habilidades didáticas e pedagógicas. Contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor” (P5.P5).

O professor destaca que a formação continuada abre portas para o aperfeiçoamento. A esse respeito, A formação de professores é um componente crucial da Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Ela reconhece que os educadores desempenham um papel fundamental na promoção da educação inclusiva e, portanto, devem receber formação adequada para atender a diversidade dos alunos.

O professor confirma que a formação continuada é importante para o aperfeiçoamento das habilidades didáticas e pedagógicas e para o desenvolvimento do conhecimento profissional, o que está diretamente ligado à adaptação mais assertiva dos alunos com TEA. A resposta está em consonância com a ideia de que a formação continuada pode guiar os professores para uma prática mais eficaz e inclusiva. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

6. Pensa-se que a formação continuada do professor vai seguir para uma adaptação significativa do aluno com TEA nas habilidades e competências. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Após a formação continuada você obteve uma estrutura para incorporar práticas e métodos pedagógicos que ajudaram na adaptação do aluno com TEA?

O professor respondeu: “Sim. Deu apoio para planejar as adaptações” (P1.P6).

6.1. De que maneira essa estrutura deu apoio nos termos de habilidades e competências para favorecer, no ambiente educacional, a adaptação do aluno com TEA?

O professor respondeu: “Desde o cuidado com a preparação do ambiente educacional, as atividades adaptadas de acordo com as especificidades de cada indivíduo” (P1.P6).

O professor destaca que a formação continuada deu apoio para as adaptações. A esse respeito, para abordar a adaptação curricular como parte da formação dos professores para atender à diversidade dos alunos, a LDB traz em seu artigo 59 em seu primeiro parágrafo que o professor faça a adaptação de “[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996, p. 40).

O professor confirma que a formação continuada deu apoio significativo para planejar e implementar adaptações no ambiente educacional e nas atividades, atendendo às necessidades específicas dos alunos com TEA. Isso valida a hipótese de que a formação continuada contribui para uma adaptação significativa nas habilidades e competências dos alunos com TEA.

6. Pensa-se que a formação continuada do professor vai seguir para uma adaptação significativa do aluno com TEA nas habilidades e competências. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Após a formação continuada você obteve uma estrutura para incorporar práticas e métodos pedagógicos que ajudaram na adaptação do aluno com TEA?

O professor respondeu: “Sim, contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do meu conhecimento profissional, possibilitou a sistematização da própria prática pedagógica, facilitou as capacidades reflexivas sobre a prática docente, elevando a uma consciência coletiva” (P2.P6).

6.1. De que maneira essa estrutura deu apoio nos termos de habilidades e competências para favorecer, no ambiente educacional, a adaptação do aluno com TEA?

O professor respondeu:

Reforçou as ações ligadas ao cotidiano do meu aluno e impulsionou a sua autonomia frente aos desafios que poderiam vir a surgir. Então os interesses do meu aluno passaram a fazer parte do planejamento das tarefas para estimular ainda mais. Após conhecer meu aluno, adotei uma abordagem centrada no mesmo, promovendo o a comunicação afetiva, estabelecendo rotinas, criando um ambiente físico inclusivo, promovendo a interação social, oferecendo suporte individualizado e promovendo também a comunicação afetiva (P2.P6).

O professor destacou que a formação continuada ajudou em seu desenvolvimento profissional. A esse respeito, a LDB nº 9.394/1996 ressalta que a formação continuada é de particular relevância. Essa formação prepara os educadores para acolher e atender alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, possibilitando adaptações curriculares e pedagógicas que se ajustem às necessidades individuais de cada estudante. Através dessa formação, os professores podem desenvolver abordagens

diferenciadas que promovam o pleno desenvolvimento de todos os alunos, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo (Brasil, 1996).

A formação de professores deve ser articulada com a prática pedagógica da escola de maneira a fomentar abordagens pedagógicas alternativas que auxiliem os alunos enfrentando desafios educacionais decorrentes da educação especial, sem que isso resulte em diferenciação ou empobrecimento de suas experiências educacionais (Santos; Falcão, 2020).

O professor confirma que a formação continuada contribuiu significativamente para o desenvolvimento profissional e a implementação de práticas pedagógicas que favoreceram a adaptação dos alunos com TEA nas habilidades e competências. A formação ajudou a criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, adaptado às necessidades dos alunos, validando a hipótese de que a formação continuada do professor leva a uma adaptação significativa dos alunos com TEA. A resposta do professor escolar confirma a hipótese.

6. Pensa-se que a formação continuada do professor vai seguir para uma adaptação significativa do aluno com TEA nas habilidades e competências. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Após a formação continuada você obteve uma estrutura para incorporar práticas e métodos pedagógicos que ajudaram na adaptação do aluno com TEA? De que maneira essa estrutura deu apoio nos termos de habilidades e competências para favorecer, no ambiente educacional, a adaptação do aluno com TEA?

O professor respondeu: “Consegui muitos avanços na minha formação, mas acredito que não foi suficiente, a busca continua” (P3.P6).

O professor destaca que têm avanços, mas acredita não serem suficientes e busca mais. A esse respeito, segundo Silva, (2020), destaca-se, especialmente, a importância das políticas públicas de formação inicial e continuada de professores, visando garantir um trabalho pedagógico que os capacite a atender as necessidades educacionais dos estudantes, sejam eles deficientes ou não. A falta de preparo dos professores tem sido uma justificativa frequente para a resistência à inclusão escolar.

Portanto, para que os professores estejam devidamente preparados por meio de uma formação continuada, as Secretarias de Educação devem tomar a iniciativa de buscar alternativas para discussões sobre o tema (Silva, 2020). Nesse sentido, Silva (2020) afirma que a oferta de cursos, oficinas, especializações, capacitações e outras qualificações podem contribuir para que os professores se sintam mais preparados para enfrentar os desafios da inclusão de estudantes com deficiência em salas de aula regulares.

O professor confirma que houve avanços significativos na formação continuada, o que contribuiu para a adaptação dos alunos com TEA nas habilidades e competências. No entanto, o professor também acredita que esses avanços não foram suficientes e que a busca por mais formação continua. Isso sugere que, embora a formação continuada seja um passo crucial para a adaptação dos alunos com TEA, ela precisa ser contínua e complementada por esforços adicionais para ser plenamente eficaz.

6. Pensa-se que a formação continuada do professor vai seguir para uma adaptação significativa do aluno com TEA nas habilidades e competências. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Após a formação continuada você obteve uma estrutura para incorporar práticas e métodos pedagógicos que ajudaram na adaptação do aluno com TEA? De que maneira essa estrutura deu apoio nos termos de habilidades e competências para favorecer, no ambiente educacional, a adaptação do aluno com TEA?

O professor respondeu:

Após participar da formação continuada, adquiri uma base melhor para integrar práticas pedagógicas que facilitam a adaptação de alunos com TEA. Esta estrutura me proporcionou recursos para ajustar o ensino às necessidades individuais desses alunos, utilizando métodos inclusivos e estratégias personalizadas. No entanto, mesmo com essa preparação, enfrentei desafios como a necessidade de adaptações constantes no planejamento das aulas e na gestão da sala de aula para atender às especificidades dos alunos com TEA. Assim, ainda percebi resultados, contribuindo para sua inclusão e desenvolvimento positivo (P4.P6).

O professor destaca que com a formação continuada ele adquiriu uma base melhor. A esse respeito, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir, para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

O professor confirma que a formação continuada lhe proporcionou uma base melhor para integrar práticas pedagógicas inclusivas e adaptar o ensino às necessidades individuais dos alunos com TEA. Apesar dos desafios mencionados, os resultados positivos percebidos na inclusão e desenvolvimento dos alunos validam a hipótese de que a formação continuada do professor contribui para uma adaptação significativa dos alunos com TEA nas habilidades e

competências. A referência a Silva (2020) também apoia essa conclusão, enfatizando a importância de uma formação pedagógica contínua e inclusiva.

6. Pensa-se que a formação continuada do professor vai seguir para uma adaptação significativa do aluno com TEA nas habilidades e competências. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Após a formação continuada você obteve uma estrutura para incorporar práticas e métodos pedagógicos que ajudaram na adaptação do aluno com TEA? De que maneira essa estrutura deu apoio nos termos de habilidades e competências para favorecer, no ambiente educacional, a adaptação do aluno com TEA?

O professor respondeu: “Sim. Ajudou a dar um suporte nas adaptações. Por meios de estratégias como o ensino de habilidades sociais, a criança teve interação social e o apoio de profissionais especializados” (P5.P6).

O professor destaca que a formação continuada deu suporte nas adaptações. A esse respeito, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

O professor confirma que a formação continuada ajudou a dar suporte nas adaptações para alunos com TEA, utilizando estratégias específicas como o ensino de habilidades sociais, a promoção da interação social e o apoio de profissionais especializados. Essas práticas são essenciais para uma adaptação significativa dos alunos com TEA nas habilidades e competências. A referência a Silva (2020) reforça essa conclusão, destacando a necessidade de uma formação continuada bem planejada e voltada para a educação inclusiva. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

7. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Segundo sua opinião, a formação continuada visa aprimorar as habilidades de interação social do professor?

O professor respondeu: “Sim, elas fazem abordagem bastante significativa nesse contexto” (P1.P7).

7.1. A formação capacitou para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA, dentro do ambiente escolar inclusivo?

O professor respondeu: “Sim. Quando o professor conhece a deficiência fica mais fácil a abordagem de comunicação” (P1.P7).

O professor respondeu que a formação continuada apresenta abordagens significativas. A esse respeito, Silva, (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

O professor confirma que a formação continuada aborda de forma significativa as habilidades de interação social e capacita os professores para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA dentro do ambiente escolar inclusivo. A formação fornece o conhecimento necessário sobre a deficiência, facilitando a comunicação e a interação social. A referência a Silva (2020) apoia essa conclusão, destacando a necessidade de uma formação contínua bem planejada e voltada para a educação inclusiva.

7. Observar a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionada: Segundo sua opinião, a formação continuada visa aprimorar as habilidades de interação social do professor?

O professor respondeu:

A formação continuada é também uma forma de valorização profissional. Isso porque, quando em constante atualização, o professor se destaca e pode conquistar melhores condições de trabalho. Por outro lado, a escola ganha um quadro de docentes capaz de atender às demandas por educação de qualidade (P2.P7).

7.1. A formação capacitou para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA, dentro do ambiente escolar inclusivo?

O professor respondeu: “Sim e contribuiu muito, pois pude relacionar o novo conhecimento adquirido com as bases científicas da graduação inicial, agregando mais suporte e conteúdo para oferecer aos meus novos alunos” (P2.P7).

O professor destaca a formação continuada como uma forma de valorização profissional. A esse respeito, Cunha e Ferrete (2021) trazem uma reflexão sobre a importância da autoconfiança do professor e a relevância de seu trabalho, o quanto o professor precisa acreditar em si mesmo e na importância do seu trabalho e desempenho para o desenvolvimento dos alunos. A profissão de professor é, por si só, um grande desafio, pois quanto mais ele conseguir despertar o desejo de aprendizado, maior será a possibilidade de aprimorar sua prática e adquirir experiências na profissão (Cunha; Ferrete, 2021).

Segundo Turci e Lourenço (2012), a formação continuada pode complementar a formação inicial, pois oferece aos profissionais a oportunidade de acessar novos dados, propostas e políticas educacionais que não estavam disponíveis durante sua formação inicial. Muitos professores procuram informações e aprimoramento por meio de estudos individuais, leituras, pesquisas, participação em palestras e contatos com especialistas, além da experiência adquirida na prática da sala de aula (Turci; Lourenço, 2012).

A formação continuada é reconhecida como uma forma de valorização profissional e como um meio de capacitação para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA, relacionando novos conhecimentos com a formação inicial. As referências a Cunha e Ferrete (2021) e Turci e Lourenço (2012) reforçam a importância da formação continuada para a prática pedagógica e a educação inclusiva, complementando a formação inicial e ajudando os professores a se adaptarem às novas demandas educacionais.

7. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Segundo sua opinião, a formação continuada visa aprimorar as habilidades de interação social do professor? A formação capacitou para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA, dentro do ambiente escolar inclusivo?

O professor respondeu: “Sim. Tenho mais repertório para caminhar na construção de uma escola inclusiva para todos” (P3.P7).

O professor respondeu que a formação continuada deu repertório para uma escola inclusiva. A esse respeito, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

O professor afirma que a formação continuada forneceu um repertório mais amplo para construir uma escola inclusiva, o que implica no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para implementar estratégias de interação social com alunos com TEA. A citação de Silva (2020) apoia essa conclusão destacando a importância da formação continuada para capacitar os educadores a reconhecer e atender às necessidades individuais dos estudantes, promovendo uma prática pedagógica inclusiva. Portanto, a formação continuada do professor no ensino regular é vista como um elemento crucial para o desenvolvimento de habilidades e competências para estratégias de interação social do aluno com TEA, validando a hipótese.

7. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Segundo sua opinião, a formação continuada visa aprimorar as habilidades de interação social do professor? A formação capacitou-o para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA, dentro do ambiente escolar inclusivo?

O professor respondeu:

Segundo minha perspectiva, a formação continuada tem como objetivo aprimorar não apenas as habilidades de interação social do professor, mas também sua capacidade de atender de maneira mais eficaz as necessidades dos alunos com TEA em um ambiente escolar inclusivo.

Através dessa formação, os educadores são capacitados em técnicas e estratégias que promovem uma interação mais acolhedora e compreensiva, além de métodos adaptativos que facilitam o ensino personalizado para esses alunos (P4.P7).

O professor destaca que a formação continuada aprimora todas as habilidades para atender o TEA. A esse respeito, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996 estabelece diretrizes para a formação de professores e aborda a importância da

educação inclusiva. Ela reconhece a necessidade de preparar professores para atuar de forma inclusiva, assegurando uma educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (Brasil, 1996).

O artigo 59 da LDB diz que o ensino deve disponibilizar currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos para atender às necessidades desses alunos (Brasil, 1996). Isso implica adaptar o conteúdo, as estratégias de ensino e os materiais de acordo com as características individuais de cada aluno, como trata o primeiro parágrafo do artigo 59: “[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996, p. 40). Ele afirma que a formação continuada tem como objetivo aprimorar tanto as habilidades de interação social quanto a capacidade de atender às necessidades específicas dos alunos com TEA em um ambiente inclusivo. A menção à capacitação em técnicas e estratégias adaptativas corrobora a ideia de que a formação continuada é essencial para desenvolver as competências necessárias para criar um ambiente escolar inclusivo e eficaz para alunos com TEA. Portanto, a formação continuada do professor no ensino regular é vital para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para implementar estratégias de interação social e ensino adaptativo para alunos com TEA.

7. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Segundo sua opinião, a formação continuada visa aprimorar as habilidades de interação social do professor? A formação capacitou-o para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA, dentro do ambiente escolar inclusivo?

O professor respondeu: “Sim, com objetivo de facilitar as capacidades reflexivas, que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor” (P5.P7).

O professor destaca que a formação continuada contribuiu de forma significativa. A esse respeito, a formação de professores voltada para a educação inclusiva deve abordar vários aspectos, incluindo conhecimentos teóricos, habilidades práticas e o desenvolvimento de atitudes e valores (Soares; Carvalho, 2012). Os professores devem compreender os princípios básicos da inclusão, como valorizar a diversidade, respeitar as diferenças e promover a igualdade (Brasil, 1988).

Ele menciona que a formação continuada facilita as capacidades reflexivas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do conhecimento profissional. Esse

desenvolvimento é crucial para aprimorar as habilidades de interação social e para capacitar os professores a atender melhor às necessidades dos alunos com TEA. A formação continuada, ao fornecer suporte teórico e prático, ajuda os professores a implementar estratégias inclusivas e adaptativas, confirmando a importância desse processo no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para uma educação inclusiva eficaz. Portanto, a formação continuada no ensino regular é vital para preparar os professores a promover estratégias de interação social e a atender às necessidades específicas dos alunos com TEA. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

8. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: De acordo com sua opinião as práticas ou métodos de ensino tratados na formação continuada do professor mostraram-se eficazes na promoção do desenvolvimento de habilidades sociais de alunos com TEA? Houve contribuição para uma experiência mais inclusiva no ensino regular?

O professor respondeu: “Sim. A partir do momento que o professor aprende as práticas ou métodos de ensino e junta com as especificidades daquele indivíduo, ele consegue realizar uma abordagem mais eficiente” (P1.P8).

O professor destacou que a formação contribuiu para aprender as técnicas e métodos. A esse respeito, A formação de professores voltada para a educação inclusiva deve abordar vários aspectos, incluindo conhecimentos teóricos, habilidades práticas e o desenvolvimento de atitudes e valores (Soares; Carvalho, 2012). Os professores devem compreender os princípios básicos da inclusão, como valorizar a diversidade, respeitar as diferenças e promover a igualdade (Brasil, 1988).

Ele menciona que as práticas e métodos de ensino aprendidos na formação continuada, quando combinados com as especificidades dos alunos com TEA, resultam em abordagens mais eficientes e inclusivas. Isso demonstra que a formação continuada no ensino regular é eficaz no desenvolvimento das habilidades e competências dos professores para promover estratégias de interação social e atender às necessidades dos alunos com TEA. Portanto, a formação continuada contribui significativamente para uma experiência educacional mais inclusiva.

8. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação

social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: De acordo com sua opinião, as práticas ou métodos de ensino tratados na formação continuada do professor mostraram-se eficazes na promoção do desenvolvimento de habilidades sociais de alunos com TEA?

O professor respondeu: “Sim. Muito contribuiu para promover a integração social, atividades em grupos, jogos cooperativos e projetos que incentivam a colaboração” (P2.P7).

8.1. Houve contribuição para uma experiência mais inclusiva no ensino regular?

O professor respondeu: “Sim. O que muito ajudou a desenvolver as habilidades sociais dos novos alunos, bem como promover a inclusão escolar de maneira positiva” (P2.P7).

O professor destacou que a formação continuada contribuiu para promover a interação social. A esse respeito, a formação de professores voltada para a educação inclusiva deve abordar vários aspectos, incluindo conhecimentos teóricos, habilidades práticas e o desenvolvimento de atitudes e valores (Soares; Carvalho, 2012). Os professores devem compreender os princípios básicos da inclusão, como valorizar a diversidade, respeitar as diferenças e promover a igualdade (Brasil, 1988).

Ele destaca que a formação continuada contribuiu significativamente para promover a integração social dos alunos com TEA por meio de atividades específicas. Além disso, menciona que essas práticas ajudaram a desenvolver habilidades sociais e a promover a inclusão escolar de maneira positiva. Portanto, a formação continuada no ensino regular é eficaz no desenvolvimento das habilidades e competências dos professores para implementar estratégias de interação social e atender às necessidades dos alunos com TEA.

8. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: De acordo com sua opinião as práticas ou métodos de ensino tratados na formação continuada do professor mostraram-se eficazes na promoção do desenvolvimento de habilidades sociais de alunos com TEA? Houve contribuição para uma experiência mais inclusiva no ensino regular?

O professor respondeu: “Sim. Teoria e prática precisam caminhar juntas, mas uma outra questão importante é que todos os atores educacionais estejam engajados e preparados” (P3.P8.)

O professor destaca que a formação precisa estar alinhada à teoria e prática. A esse respeito, a formação de professores voltada para a educação inclusiva deve abordar vários aspectos, incluindo conhecimentos teóricos, habilidades práticas e o desenvolvimento de

atitudes e valores (Soares; Carvalho, 2012). Os professores devem compreender os princípios básicos da inclusão, como valorizar a diversidade, respeitar as diferenças e promover a igualdade (Brasil, 1988).

A colaboração interdisciplinar entre diferentes profissionais da educação e a participação ativa da comunidade escolar e da sociedade são incentivadas como meios de construir ambientes verdadeiramente inclusivos (Brasil, 2008).

Ele confirma a eficácia das práticas e métodos tratados na formação continuada para a promoção do desenvolvimento de habilidades sociais de alunos com TEA. Além disso, enfatiza a necessidade de alinhamento entre teoria e prática e o engajamento de todos os atores educacionais. Essas condições são essenciais para criar um ambiente inclusivo que favoreça a interação social e o desenvolvimento dos alunos com TEA. Portanto, a formação continuada do professor no ensino regular contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para estratégias de interação social do aluno com TEA, promovendo uma experiência educacional mais inclusiva.

8. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: De acordo com sua opinião, as práticas ou métodos de ensino tratadas na formação continuada do professor mostraram-se eficazes na promoção do desenvolvimento de habilidades sociais de alunos com TEA? Houve contribuição para uma experiência mais inclusiva no ensino regular?

O professor respondeu:

Em minha visão, as práticas e métodos de ensino abordados na formação continuada demonstram eficácia na promoção do desenvolvimento de habilidades sociais de aluno com TEA. Esses métodos não apenas focam em estratégias adaptativas para atender às necessidades específicas, mas também incentivam, nós, professores, a aprender sempre. É fundamental termos capacitação e formações continuadas em qualquer área, especialmente na educação inclusiva. Esses programas permitem atualizações constantes de conhecimento, desenvolvimento de novas habilidades de adaptação a mudanças no campo de atuação, para que assim, nós, professores, estejamos equipados a atender às necessidades de nossos alunos (P4.P8).

O professor destaca a importância da formação continuada na eficácia do desenvolvimento de habilidades sociais. A esse respeito, Os programas de formação dedicados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenham um papel fundamental na preparação dos profissionais da educação para a promoção da inclusão escolar (Brasil, 2008). Eles visam fornecer conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para atender às

diversas necessidades educacionais dos alunos, assegurando, assim, que a educação seja verdadeiramente inclusiva (Brasil, 2008).

Assim, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir, para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

A formação continuada é considerada eficaz tanto no desenvolvimento das habilidades sociais de alunos com TEA, quanto na promoção de uma experiência mais inclusiva no ensino regular. A análise confirma que a formação continuada contribui significativamente para a prática inclusiva, conforme apontado na resposta do professor e suportado pela literatura citada.

8. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: De acordo com sua opinião, as práticas ou métodos de ensino tratados na formação continuada do professor mostraram-se eficazes na promoção do desenvolvimento de habilidades sociais de alunos com TEA? Houve contribuição para uma experiência mais inclusiva no ensino regular?

O professor respondeu: “Sim, pois tem aumentado o número de alunos com TEA. E nosso dever é alinhar mais a outros profissionais e estudar as melhores estratégias para que o aluno se desenvolva e se sinta acolhido dentro do ambiente escolar” (P5.P8).

O professor destaca a importância da formação continuada, e do professor buscar se alinhar a outros profissionais. A esse respeito a LDB promove a gestão democrática das escolas, que envolve a participação da comunidade escolar nas decisões educacionais. Isso inclui pais, alunos, professores e demais profissionais da educação. A participação ativa da comunidade na definição das políticas educacionais pode contribuir para uma educação mais inclusiva (Brasil, 1996).

Portanto, a formação continuada contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências dos professores para estratégias de interação social com alunos com TEA e promove uma experiência mais inclusiva no ensino regular. Embora a resposta não faça uma conexão explícita com a LDB, a ênfase do professor na eficácia da formação continuada e na

colaboração com outros profissionais sugere que ele vê a formação como uma ferramenta importante para melhorar a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com TEA.

Os dados obtidos confirmam a hipótese.

5.5 Percepção do professor que não fez a formação continuada escolar

1. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e competências pode limitar a criação de estratégias?

O professor respondeu: “Acredito que a ausência de formação continuada em educação inclusiva atrapalha a prática docente, pois não sabemos agir com certas limitações dos alunos principalmente com TEA” (P1.P1).

1.1. De que forma essa limitação pode afetar os alunos que possuem TEA na sala de aula regular?

O professor respondeu: “Como não nos formamos, não sabemos quais comportamentos esperar desses alunos” (P1.P1).

O professor respondeu que não ter a formação continuada atrapalha a prática do docente. A esse respeito, Oliveira et al. (2022) destacam que entre as diversas dificuldades enfrentadas na formação dos professores, está a implementação da Educação Inclusiva, que compreende fatores críticos, como a falta de competências para orientar e mediar o ensino visando à aprendizagem desses alunos, lidar com a diversidade existente entre eles, adotar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio, e cultivar hábitos de colaboração e trabalho em equipe, entre outros desafios. Oliveira et al. (2022) relatam que por outro lado, há um discurso, inclusive, dos próprios professores, que insiste no despreparo deles para a atuação com alunos com deficiência e que advoga a impossibilidade da inclusão devido à diversidade de deficiências e transtornos existentes. Esse discurso revela, não apenas releva a ansiedade e dificuldade de uma parcela de professores, mas também o desconhecimento da legislação e de estudos científicos a respeito da proposta da educação inclusiva (Turci; Lourenço, 2012).

Portanto, a formação continuada é essencial para o desenvolvimento de habilidades e competências que permitem a criação de estratégias para a interação social de alunos com TEA

na sala de aula regular. A ausência de formação continuada limita significativamente a capacidade dos professores de lidar com as necessidades específicas desses alunos, resultando em práticas pedagógicas ineficazes. Destacando-se a importância da formação continuada para promover uma educação inclusiva e eficaz.

1. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor pode influenciar na implementação de estratégias que impactam na interação social do aluno TEA?

O professor respondeu: “Sim, os alunos com TEA precisam de implementação de estratégias que os tornem sociáveis na comunidade escolar para que essa sociabilidade ecoe em todos os espaços por eles ocupados” (P2.P1).

1.1. De que modo estará prejudicando uma interação mais assertiva e inclusiva para alunos com TEA?

O professor respondeu: “Em todos os aspectos, pois ele estará em todos os ambientes da escola” (P2.P1).

O professor destaca a importância de implementação de estratégias, e percebe o impacto que a formação continuada faz. A esse respeito, nesta perspectiva e a partir de nossa atuação no âmbito educacional, percebemos que, dentre tantas outras ações, é indispensável uma formação continuada dos agentes da escola, bem como a inclusão de conteúdos sobre a temática na formação inicial de professores. Isso porque acreditamos que os agentes da escola, principalmente os professores têm papel fundamental na promoção e manutenção de uma educação cada vez mais inclusiva (Turci; Lourenço, 2012).

Portanto, a formação continuada é crucial para o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitam a criação de estratégias para a interação social de alunos com TEA na sala de aula regular. A ausência de formação continuada limita significativamente a capacidade dos professores de implementar estratégias eficazes, prejudicando a socialização dos alunos com TEA, e evidencia a importância da formação continuada para promover uma educação inclusiva e eficaz.

1. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e competências pode limitar a criação de estratégias? De que forma essa limitação pode afetar os alunos que possuem TEA na sala de aula regular?

O professor respondeu:

As formações continuadas oferecidas são sempre limitadíssimas, porque oferecidas por pessoas que não têm a mínima ideia do que se passa em sala de aula. Há um excesso de teoria, nunca demonstrada em resultado, como testes padronizados internacionalmente (PISA). Um professor que encontra condição de trabalho ideal, se conseguir se manter com os salários de hoje, evoluirá sua prática se visará seu objetivo. Essa evolução é conseguida consultando continuamente materiais escritos e pessoas que já atuam na área (educação especial) (P3.P1).

O professor destaca que os cursos em formação continuada são muito teóricos. A esse respeito, conforme o Art. 3º, as competências profissionais definidas na BNCC-Formação Continuada exigem que o professor tenha um conhecimento sólido dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento dos educandos. Essas competências se dividem em três dimensões interdependentes e complementares na ação docente na Educação Básica: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional (Brasil, 2020).

Estas competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes (Brasil, 2020, p. 2).

Embora a formação continuada seja considerada essencial, o professor destaca que a qualidade das formações atuais é insuficiente devido ao excesso de teoria e falta de aplicabilidade prática. Isso limita a criação de estratégias eficazes para a interação social de alunos com TEA. Portanto, sugerindo que a formação continuada deve ser melhorada para integrar mais aspectos práticos e contextualizados à realidade da sala de aula para, ser eficaz na promoção de estratégias de interação social para alunos com TEA.

1. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e competências pode limitar a criação de estratégias?

O professor respondeu: “Sim, pois a formação pode nos instruir com as melhores práticas, métodos de ensinamentos diferenciados e abordagem inclusivas” (P4.P1).

1.1. De que forma essa limitação pode afetar os alunos que possuem TEA na sala de aula regular?

O professor respondeu: “Essa limitação pode afetar o desenvolvimento acadêmico, pois eles podem não receber o suporte necessário para acessar o currículo, afetar suas habilidades sociais e de comunicação” (P4.P1).

O professor destaca que a falta de formação afeta as práticas e métodos de ensino. A esse respeito, como salienta o art. 7º da CNE/CP nº 1, de 2020, a Formação Continuada deve possuir certas características para ser eficaz na melhoria da prática docente. Estas características incluem: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, uso de metodologias ativas de aprendizagem, trabalho colaborativo entre pares, duração prolongada da formação e coerência sistêmica (Brasil, 2020).

Assim, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir, para que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

O professor concorda que a formação continuada é essencial para desenvolver estratégias eficazes de interação social para alunos com TEA. A falta de formação continuada limita a capacidade dos professores de implementar essas estratégias, afetando negativamente o desenvolvimento acadêmico e as habilidades sociais e de comunicação dos alunos com TEA. Portanto, a hipótese de que a formação continuada do professor, usando habilidades e

competências, desenvolverá mais estratégias para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA

1. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e competências pode limitar a criação de estratégias?

O professor respondeu:

Sim. Ausência de formação continuada do professor pode limitar a criação de estratégias eficazes no ensino. A formação continuada é crucial para atualizar habilidades, conhecimentos e competência dos professores em um ambiente educacional em constante evolução (P5.P1).

1.1. De que forma essa limitação pode afetar os alunos que possuem TEA na sala de aula regular?

O professor respondeu: “A ausência de formação continuada dos professores pode afetar os alunos com TEA em falta de adaptação adequada, dificuldade na gestão comportamental, inclusão e interação social” (P5.P1).

O professor destaca que a ausência da formação continuada pode limitar a criação de estratégias. A esse respeito, a formação de professores deve ser articulada com a prática pedagógica da escola de maneira a fomentar abordagens pedagógicas alternativas que auxiliem os alunos enfrentando desafios educacionais decorrentes da educação especial, sem que isso resulte em diferenciação ou empobrecimento de suas experiências educacionais (Santos; Falcão, 2020).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996 estabelece diretrizes para a formação de professores e aborda a importância da educação inclusiva. Ela reconhece a necessidade de preparar professores para atuar de forma inclusiva, assegurando uma educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (Brasil, 1996).

O professor concorda que a formação continuada é essencial para desenvolver estratégias eficazes de interação social para alunos com TEA. A ausência de formação continuada limita a capacidade dos professores de implementar essas estratégias, afetando

negativamente a adaptação, gestão comportamental, inclusão e interação social dos alunos com TEA.

1. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e competências pode limitar a criação de estratégias? De que forma essa limitação pode afetar os alunos que possuem TEA na sala de aula regular?

O professor respondeu:

A ausência de formação continuada do professor em todos os campos e não somente na educação inclusiva é um perigo, um desleixo com a educação. Mas com relação aos alunos com TEA, é necessária sempre uma preocupação com a formação, com estratégias, metodologias para alcançar os objetivos propostos. É importante ressaltar que também que a realidade da sala de aula com 40 alunos é quase 1/3 da sala com atípicos, requer muito mais que formação, mas uma estrutura bem arquitetada, senão a possibilidade de assertividade é pouca (P6.P1).

O professor destaca a importância da formação em todos as áreas, principalmente na educação inclusiva. A esse respeito, a formação de professores é uma parte fundamental na promoção da educação inclusiva. Ela desempenha um papel essencial ao capacitar os futuros professores para atender às necessidades de diversos alunos e garantir o acesso à educação de qualidade a todos. A Constituição Federal do Brasil reconhece o direito à educação de qualidade como direito norteador para a cooperação entre o Estado e a sociedade para a promoção desse direito ao pleno desenvolvimento humano, à formação cívica e à competência para o trabalho humano (Brasil, 1988).

O professor concorda que a formação continuada é essencial para desenvolver estratégias eficazes de interação social para alunos com TEA. Ele enfatiza a importância da formação contínua em todas as áreas, mas especialmente na educação inclusiva, e destaca que a falta de formação pode limitar a criação de estratégias, afetando negativamente os alunos com TEA. Portanto, a hipótese de que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA

1. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e competências pode limitar a criação de estratégias? De que forma essa limitação pode afetar os alunos que possuem TEA na sala de aula regular?

O professor respondeu:

A formação continuada é de suma importância para o desenvolvimento do intelecto dos indivíduos com TEA. Um professor que não se atualiza, que não busca aprimorar seus conhecimentos, limita seu aluno a um mundo isolado, onde ainda não há socialização, interação e motivação (P7.P1).

O professor destaca de suma importância a formação continuada. A esse respeito além da formação inicial, a LDB enfatiza a importância da formação continuada dos professores. Ela estabelece que os sistemas de ensino devem incentivar a formação em serviço, incluindo programas de atualização, aperfeiçoamento e especialização para professores. Essa formação continuada é essencial para que os professores desenvolvam competências específicas para a educação inclusiva (Brasil, 1996).

O professor afirma que a formação continuada é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes que promovam a interação social dos alunos com TEA. Ele destaca que a ausência dessa formação limita os alunos a um mundo isolado, sem socialização e motivação. Portanto, a hipótese de que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Em sua opinião a falta de formação continuada do professor especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências pode impactar nas estratégias da interação social?

O professor respondeu: “Sim, acredito que a falta de formação impacta as estratégias de interação social, pois o professor que não se forma pode excluir o aluno por não saber como lidar” (P1.P2).

2.1. De que maneira esse impacto pode deixar de ser eficaz na interação social de alunos com TEA em sala de aula regular?

O professor respondeu: “O aluno pode não aprender por falta dessa interação social” (P1.P2).

O professor destacou a importância da formação. A esse respeito, a necessidade de formação inicial em nível superior para professores da educação básica, demanda a formação de professores para atender a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 1996).

A formação continuada dos professores é vista como crucial para o desenvolvimento de estratégias que promovem a interação social na sala de aula regular com alunos com TEA. A ausência de formação continuada pode limitar essas estratégias e afetar negativamente a socialização e interação dos alunos com TEA.

A formação continuada é essencial não apenas pela atualização de conhecimentos, mas também pelo desenvolvimento de competências específicas para lidar com a diversidade e promover a inclusão efetiva desses alunos.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Em sua opinião a falta de formação continuada do professor especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências pode impactar nas estratégias da interação social?

O professor respondeu: “Sim, na eficiência, na elaboração, na participação de estudos e trabalhos em grupos” (P2.P2).

2.1. De que maneira esse impacto pode deixar de ser eficaz na interação social de alunos com TEA em sala de aula regular?

O professor respondeu: “Ser prejudicial ao próprio aluno em sua interação” (P2.P2).

O professor destaca o impacto da falta de formação continuada. A esse respeito, A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2018) é um

documento do Ministério da Educação do Brasil, que visa promover a inclusão na educação e garantir a disponibilidade e qualidade da educação para todas as pessoas com deficiência, pessoas com desenvolvimento global, transtornos e muito talento. O documento reforça os princípios de igualdade, diversidade, participação e respeito pelas características dos alunos. Enfatiza a escola regular como primeiro espaço de educação inclusiva, garantindo a participação dos alunos do apoio educacional especializado (AEE) como um serviço adicional ou complementar à educação escolar, fornecido paralelamente à educação regular.

Focando no desenvolvimento de habilidades e competências, é crucial para desenvolver estratégias que promovam a interação social na sala de aula regular com alunos com TEA. A falta dessa formação pode impactar negativamente na eficiência dessas estratégias e prejudicar a interação social dos alunos com TEA.

A referência à Política Nacional de Educação Especial reforça a importância de uma abordagem inclusiva e a necessidade de apoio contínuo aos professores para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Em sua opinião a falta de formação continuada do professor especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências pode impactar nas estratégias da interação social? De que maneira esse impacto pode deixar de ser eficaz na interação social de alunos com TEA em sala de aula regular?

O professor respondeu: “Noções básicas são importantes para lidar com essas situações especiais, mas o aprendizado do professor vai acontecer somente no dia a dia, se houver condições ideais de trabalho” (P3.P2).

O professor destaca a importância da formação em educação especial, porém com condições ideais. A esse respeito, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2018), ressalta a formação consistente de professores e agentes educativos para um trabalho versátil, bem como a necessidade de adaptar currículos e métodos para atender às necessidades especiais de cada aluno. Outro ponto enfatizado é garantir que as escolas sejam acessíveis e tenham condições físicas e de comunicação adequadas para a participação de todos os alunos. A política valoriza a cooperação e participação ativa da comunidade escolar, incluindo alunos, famílias, professores e equipe pedagógica. Além disso, o documento revela

a importância de avaliar e monitorar continuamente as práticas inclusivas para melhorar a qualidade da educação para todos.

A formação continuada é vista como crucial para desenvolver estratégias que promovam a interação social na sala de aula regular com alunos com TEA. Além disso, o professor destaca a importância de condições ideais de trabalho para que essa formação seja eficaz na prática diária.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Em sua opinião, a falta de formação continuada do professor especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências pode impactar nas estratégias da interação social?

O professor respondeu: “Sim, pois os professores podem ter dificuldade em identificar as necessidades específicas dos alunos com TEA e também em adaptar práticas pedagógicas para atender a eles” (P4.P2).

2.1. De que maneira esse impacto pode deixar de ser eficaz na interação social de alunos com TEA em sala de aula regular?

O professor respondeu: “Isso pode afetar o gerenciamento do comportamento desafiador de maneira positiva e gerar estresse tanto para o aluno quanto para a turma” (P4.P2).

O professor respondeu que os professores sem formação adequada podem ter dificuldade em identificar as necessidades do TEA; a esse respeito Oliveira et al. (2022) destacam que entre as diversas dificuldades enfrentadas na formação dos professores, está a implementação da Educação Inclusiva, isso compreende fatores críticos, como a falta de competências para orientar e mediar o ensino visando à aprendizagem desses alunos, lidar com a diversidade existente entre eles, adotar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio, e cultivar hábitos de colaboração e trabalho em equipe, entre outros desafios.

A formação continuada é crucial para que os professores desenvolvam habilidades e competências necessárias para identificar as necessidades específicas dos alunos com TEA, adaptar práticas pedagógicas e gerenciar comportamentos desafiadores. Sem essa formação, os professores enfrentam dificuldades significativas que afetam negativamente a interação social e a inclusão dos alunos com TEA na sala de aula regular.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Em sua opinião a falta de formação continuada do professor especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências pode impactar nas estratégias da interação social? De que maneira esse impacto pode deixar de ser eficaz na interação social de alunos com TEA em sala de aula regular?

O professor respondeu:

Sim, A falta de formação continuada do professor pode impactar negativamente os alunos com TEA de diversas maneiras, falta de compreensão das necessidades individuais, falta de estratégias adaptadas, dificuldade na mediação de conflitos e falta de apoio para o desenvolvimento de habilidades sociais (P5.P2).

O professor destaca que a falta da formação continuada do professor pode impactar negativamente os alunos com TEA. A esse respeito, Segundo Perrenoud, (2000), a competência do professor é, portanto, dual: ele investe na concepção, antecipando e ajustando as situações-problema de acordo com o nível e as capacidades dos alunos. Além disso, essa competência se manifesta em tempo real, ao vivo, para orientar a improvisação didática e as ações de regulação. A forma de liderança e as competências necessárias não podem ser comparadas àquelas exigidas na condução de uma aula planejada, mesmo que interativa (Perrenoud, 2000).

A formação continuada é essencial para que os professores desenvolvam habilidades e competências necessárias para criar e implementar estratégias que promovam a interação social na sala de aula regular com alunos com TEA. A falta de formação contínua pode resultar em uma compreensão insuficiente para as necessidades dos alunos, falta de estratégias adaptadas, dificuldades na mediação de conflitos e falhas no apoio ao desenvolvimento de habilidades sociais, todos esses são fatores críticos para a inclusão eficaz.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Em sua opinião a falta de formação continuada do professor especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências pode impactar nas estratégias da interação social? De que maneira esse impacto pode deixar de ser eficaz na interação social de alunos com TEA em sala de aula regular?

O professor respondeu: “Sim, a capacitação adequada, os educadores podem não estar preparados para implementar abordagens eficientes, podendo resultar em um ambiente menos inclusivo, com menos frequência e menos positivas” (P6.P2).

O professor destaca a importância da capacitação como auxílio ao aluno TEA. A esse respeito, Oliveira et al. (2022) destacam que entre as diversas dificuldades enfrentadas na formação dos professores está a implementação da Educação Inclusiva, isso compreende fatores críticos, como a falta de competências para orientar e mediar o ensino visando à aprendizagem desses alunos, lidar com a diversidade existente entre eles, adotar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio, e cultivar hábitos de colaboração e trabalho em equipe, entre outros desafios. Oliveira et al. (2022) relatam que, por outro lado, há um discurso, inclusive, dos próprios professores, que insiste no despreparo deles para a atuação com alunos com deficiência e que advoga a impossibilidade da inclusão devido à diversidade de deficiências e transtornos existentes. Esse discurso revela, não apenas releva a ansiedade e dificuldade de uma parcela de professores, mas também o desconhecimento da legislação e de estudos científicos a respeito da proposta da educação inclusiva (Turci; Lourenço, 2012).

A resposta do professor, juntamente com as referências a Oliveira et al. (2022) e Turci e Lourenço (2012), confirmam a hipótese. A formação continuada é essencial para que os professores desenvolvam habilidades e competências necessárias para criar e implementar estratégias que promovam a interação social na sala de aula regular com alunos com TEA. A falta de formação contínua pode resultar em educadores despreparados, num ambiente menos inclusivo e interações menos frequentes e menos positivas.

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: Em sua opinião a falta de formação continuada do professor especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências pode impactar nas estratégias da interação social? De que maneira esse impacto pode deixar de ser eficaz na interação social de alunos com TEA em sala de aula regular?

O professor respondeu: “Sim pode impactar. Esse impacto não terá mais tanto peso quando os profissionais da educação adotarem para si a responsabilidade de serem ponte entre o saber e o aluno, buscando aprimorar a forma de aplicar os saberes” (P7.P2).

O professor destaca a responsabilidade do professor em se atualizar. Contudo, é necessário que o próprio docente reconheça a necessidade de se capacitar e se comprometer

com o processo de formação continuada. No âmbito educacional, destaca-se o importante compromisso do professor durante o processo educacional de estudantes com deficiência. Apesar de não haver interesse em responsabilizá-lo com atividades que fogem de seu escopo pedagógico, algumas deficiências podem ser identificadas pelos professores, que passam considerável tempo com o estudante. Em algumas situações, são eles, os professores que percebem os primeiros sinais de uma deficiência (Silva, 2020).

A formação continuada é essencial para que os professores desenvolvam habilidades e competências necessárias para criar e implementar estratégias que promovam a interação social na sala de aula regular com alunos com TEA. Além disso, a atitude proativa dos professores em buscar aprimoramento contínuo é crucial para mitigar os impactos negativos da falta de formação formal. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

3. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor pode influenciar na implementação de estratégias que impactam na interação social do aluno TEA? De que modo estará prejudicando uma interação mais assertiva e inclusiva para alunos com TEA?

O professor respondeu: “Sim, os alunos com TEA precisam de implementação de estratégias que os tornam sociáveis na comunidade escolar para que essa sociabilidade ecoe em todos os espaços por eles ocupados” (P2.P3).

3.1. De que modo estará prejudicando uma interação mais assertiva e inclusiva para alunos com TEA?

O professor respondeu: “Em todos os aspectos, pois ele estará em todos os ambientes da escola” (P2.P3).

O professor destaca a importância de uma implementação de estratégias. A esse respeito, Oliveira et al. (2022) destacam que entre as diversas dificuldades enfrentadas na formação dos professores, é a implementação da Educação Inclusiva, isso compreende fatores críticos, como a falta de competências para orientar e mediar o ensino visando à aprendizagem desses alunos, lidar com a diversidade existente entre eles, adotar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio, e cultivar hábitos de colaboração e trabalho em equipe, entre outros desafios.

A resposta do professor P2, juntamente com a referência a Oliveira et al. (2022), apoia a hipótese de que a formação continuada dos professores é fundamental para desenvolver estratégias que promovam a interação social e a inclusão eficaz dos alunos com TEA na sala de aula regular. Portanto, a análise das respostas dos professores confirma a hipótese de que a formação continuada dos professores, usando habilidades e competências, é essencial para desenvolver mais estratégias que possibilitem uma interação social eficaz e inclusiva na sala de aula regular com alunos com TEA.

3. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor pode influenciar na implementação de estratégias que impactam na interação social do aluno TEA? De que modo estará prejudicando uma interação mais assertiva e inclusiva para alunos com TEA?

O professor respondeu: “É como já respondi anteriormente, a formação acontece no dia a dia” (P4.P3).

O professor destaca que a formação é no dia a dia. A esse respeito, segundo Miranda (2008), a formação inicial não prepara o professor para trabalhar com estudantes com necessidades especiais, daí a necessidade de recorrer à formação continuada, não apenas para preencher as lacunas da formação inicial, mas para adquirir conhecimentos específicos necessários para atender estudantes com deficiências.

A resposta do professor, ao afirmar que a formação acontece no dia a dia, sugere que a experiência prática é importante, mas não aborda diretamente a necessidade de formação continuada formal para desenvolver estratégias de interação social. A referência a Miranda (2008), no entanto, apoia a hipótese de que a formação continuada é necessária para adquirir conhecimentos específicos e preencher lacunas da formação inicial.

Portanto, enquanto a resposta do professor não confirma a hipótese, a citação de Miranda (2008) apoia a ideia de que a formação continuada é essencial para desenvolver estratégias eficazes para a interação social na sala de aula regular com alunos com TEA. A resposta destaca a importância da prática diária, mas a análise geral sugere que a formação continuada é fundamental para uma abordagem completa e eficaz na educação inclusiva.

3. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor pode influenciar na implementação de estratégias que impactam na interação social do aluno TEA? De que modo estará prejudicando uma interação mais assertiva e inclusiva para alunos com TEA?

O professor respondeu: “Pode influenciar negativamente” (P5.P3).

3.1. De que modo estará prejudicando uma interação mais assertiva e inclusiva para alunos com TEA?

O professor respondeu: “Falta de conhecimento específico sobre o TEA, pode afetar na implementação de estratégias ineficazes e ausência de sensibilidade e empatia e o ambiente de aprendizagem não inclusivo” (P5.P3).

O professor destaca a importância de uma implementação de estratégias. A esse respeito, Oliveira et al. (2022) destacam que entre as diversas dificuldades enfrentadas na formação dos professores está a implementação da Educação Inclusiva, isso compreende fatores críticos, como a falta de competências para orientar e mediar o ensino visando à aprendizagem desses alunos, lidar com a diversidade existente entre eles, adotar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio, e cultivar hábitos de colaboração e trabalho em equipe, entre outros desafios.

A resposta do professor apoia claramente a hipótese de que a formação continuada dos professores é essencial para desenvolver estratégias que promovam a interação social e a inclusão eficaz dos alunos com TEA na sala de aula regular. O professor confirma que a ausência de formação continuada pode influenciar negativamente, resultando em estratégias ineficazes e um ambiente de aprendizagem não inclusivo. A referência a Oliveira et al. (2022) reforça a necessidade de formação continuada para enfrentar os desafios da Educação Inclusiva.

3. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor pode influenciar na implementação de estratégias que impactam na interação social do aluno

TEA? De que modo estará prejudicando uma interação mais assertiva e inclusiva para alunos com TEA? ~

O professor respondeu: “Sim. Sem conhecimento atualizado e aprofundado sobre as melhores práticas pedagógicas e estratégias de comunicação, podemos encontrar muitas dificuldades em identificar e agir de forma adequada às necessidades específicas desses alunos” (P6.P3).

O professor destaca que o docente precisa estar atualizado e aprofundado nas práticas pedagógicas. A esse respeito, como salienta o Art. 7º da CNE/CP nº 1, de 2020, a Formação Continuada deve possuir certas características para ser eficaz na melhoria da prática docente. Estas características incluem foco no conhecimento pedagógico do conteúdo, uso de metodologias ativas de aprendizagem, trabalho colaborativo entre pares, duração prolongada da formação e coerência sistêmica (Brasil, 2020).

A resposta do professor apoia claramente a hipótese de que a formação continuada dos professores, usando habilidades e competências, é crucial para desenvolver mais estratégias que possibilitem uma interação social eficaz e inclusiva na sala de aula regular com alunos com TEA. O professor confirma que a ausência de formação continuada pode influenciar negativamente, resultando em dificuldades na identificação e ação adequada em relação às necessidades específicas dos alunos com TEA. A referência ao art. 7º da CNE/CP nº 1, de 2020, reforça a importância de características específicas na formação continuada para a melhoria da prática docente. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

3. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: No seu ponto de vista, a ausência de formação continuada do professor pode influenciar na implementação de estratégias que impactam na interação social do aluno TEA? De que modo estará prejudicando uma interação mais assertiva e inclusiva para alunos com TEA?

O professor respondeu: “A interação do aluno com TEA sempre será um desafio e, não acompanhada com a formação adequada, acarreta em uma educação falha” (P7.P3).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), publicada pelo Ministério da Educação do Brasil em 2008, aborda a formação continuada dos professores, detalha as estratégias e a importância dela para que os professores

possam desenvolver competências necessárias para promover uma educação inclusiva de qualidade.

A análise da resposta do professor de que a formação continuada dos professores, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias que possibilitem uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. O professor afirma que a interação dos alunos com TEA é desafiadora e que, sem a formação adequada, a educação resultante será falha. A referência à PNEEPEI de 2008 reforça a importância da formação continuada para promover uma educação inclusiva de qualidade. Portanto, a análise confirma que essa formação é essencial para desenvolver estratégias eficazes para a interação social e inclusão dos alunos com TEA. Os dados obtidos não confirmam a hipótese.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: A seu ver, a falta de formação continuada do professor em relação ao TEA, inclusive a falta de treinamento pode afetar a interação de estratégias e práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA?

O professor respondeu: “Sim, Acredito que as habilidades correm o risco de não serem consolidadas devido à falta de formação continuada que, até mesmo pode causar aversão ao conteúdo” (P7.P4).

4.1. De que forma afeta o desenvolvimento de habilidades no processo de ensino-aprendizagem?

O professor respondeu: “Acaba prejudicando a aprendizagem do aluno que possui TEA” (P1.P4).

O professor respondeu que a falta de formação pode acarretar o risco das habilidades do TEA não serem consolidadas. A formação de professores deve ser articulada com a prática pedagógica da escola de maneira a fomentar abordagens pedagógicas alternativas que auxiliem os alunos enfrentando desafios educacionais decorrentes da educação especial, sem que isso resulte em diferenciação ou empobrecimento de suas experiências educacionais (Santos; Falcão, 2020).

Portanto, a formação continuada dos professores é crucial para desenvolver habilidades e competências necessárias para o ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A falta de formação continuada impede a consolidação das habilidades necessárias e pode causar aversão ao conteúdo, prejudicando a aprendizagem dos alunos com TEA. A referência adicional reforça

a importância de uma formação articulada com a prática pedagógica para garantir abordagens pedagógicas eficazes e inclusivas.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: A seu ver, a falta de formação continuada do professor em relação ao TEA, inclusive a falta de treinamento pode afetar a interação de estratégias e práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA?

O professor respondeu: “Sim. Uma vez sem treinamento e estratégias pedagógicas o professor estará ignorando, e ignorá-las significa não chegar de fato a um caminho seguro onde o portador de TEA teria a possibilidade de desenvolver habilidades com maior segurança” (P2.P4).

4.1. De que forma afeta o desenvolvimento de habilidades no processo de ensino-aprendizagem?

O professor respondeu: “O não aprender do aluno” (P2.P4).

O professor destacou que sem treinamento e estratégias pedagógicas o professor não chega a lugar seguro. A esse respeito, A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), publicada pelo Ministério da Educação do Brasil em 2008, aborda a formação continuada dos professores, detalha as estratégias e a importância da formação continuada para que os professores possam desenvolver competências necessárias para promover uma educação inclusiva de qualidade.

Portanto, a formação continuada dos professores é crucial para desenvolver habilidades e competências necessárias para o ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A falta de formação continuada impede a implementação de estratégias pedagógicas eficazes, resultando no não aprendizado dos alunos com TEA. A referência adicional reforça a importância da formação continuada para promover uma educação inclusiva de qualidade.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: A seu ver, a falta de formação continuada do professor em relação ao TEA, inclusive a falta de treinamento pode afetar a interação de estratégias e práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA?

O professor respondeu: “Se conseguir trazer profissionais com grande experiência na área, que comprovem seus resultados com números (de preferência internacionalmente padronizados), e conseguir demonstrar na prática, em sala, nas aulas, seria o certo” (P3.P4).

O professor destacou a importância dos profissionais terem grande experiência na área. A esse respeito, Silva (2020) destaca que a formação pedagógica dos professores deve ser planejada para contribuir que desenvolvam uma prática pedagógica mais reflexiva, comprometida eticamente e politicamente com as exigências do contexto atual. Portanto, a formação continuada voltada para a educação inclusiva tem sido considerada uma das ações essenciais para que os educadores possam implementar uma prática inclusiva, baseada no reconhecimento das necessidades de cada estudante, nas adaptações curriculares necessárias e no uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem (Silva, 2020).

Portanto, a formação continuada dos professores é fundamental para desenvolver habilidades e competências no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A resposta enfatiza a necessidade de formação de alta qualidade ministrada por profissionais experientes e com resultados comprovados, o que reforça a importância da formação continuada para implementar práticas pedagógicas eficazes e inclusivas. Portanto, a análise confirma que a falta de formação continuada pode afetar negativamente a interação de estratégias pedagógicas, prejudicando a educação dos alunos com TEA.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: A seu ver, a falta de formação continuada do professor em relação ao TEA, inclusive a falta de treinamento pode afetar a interação de estratégias e práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA?

O professor respondeu: “Sim, pois sem estratégias adequadas, os alunos com TEA podem se sentir desmotivados e desconectados do processo de aprendizagem” (P4.P4).

O professor destacou que sem estratégias adequadas os alunos com TEA podem se sentir desmotivados. A esse respeito, A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), publicada pelo Ministério da Educação do Brasil em 2008, aborda a formação continuada dos professores, detalha as estratégias e a importância da formação continuada para que os professores possam desenvolver competências necessárias para promover uma educação inclusiva de qualidade.

Portanto, a formação continuada dos professores é essencial para desenvolver habilidades e competências no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A falta de formação

continuada pode resultar na ausência de estratégias pedagógicas adequadas, levando à desmotivação e à desconexão dos alunos com TEA. Portanto, a análise confirma que a formação continuada é fundamental para promover uma educação inclusiva e de qualidade, atendendo às necessidades individuais dos alunos com TEA.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: A seu ver, a falta de formação continuada do professor em relação ao TEA, inclusive a falta de treinamento pode afetar a interação de estratégias e práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA?

O professor respondeu: “Sim, pode afetar de diversas formas no ensino – aprendizagem, no desenvolvimento cognitivo e acadêmico” (P5.P4).

4.1. De que forma afeta o desenvolvimento de habilidades no processo de ensino-aprendizagem?

O professor respondeu: “Afeta nas barreiras de comunicação entre o aluno com TEA e o professor, na interação social com os colegas e o ambiente não fica inclusivo” (P5.P4).

O professor destacou que a falta de formação pode criar barreiras entre o aluno TEA e o ambiente escolar. A esse respeito, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), e este documento complementa a LDB ao estabelecer diretrizes para a formação de professores na área da educação inclusiva. Ele define as necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino.

Essas duas fontes são fundamentais para embasar a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. Elas estabelecem a necessidade de uma formação inicial sólida e contínua, bem como a importância da adaptação curricular e da promoção da igualdade de oportunidades na educação para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Portanto, a formação continuada dos professores é crucial para desenvolver habilidades e competências no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A falta de formação pode criar barreiras significativas, prejudicando a comunicação, a interação social e a inclusão dos alunos com TEA. Portanto, a formação continuada é fundamental para promover uma educação inclusiva e de qualidade, atendendo às necessidades individuais dos alunos com TEA e assegurando um ambiente escolar inclusivo.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o professor escolar foi questionado: A seu ver, a falta de formação continuada do professor em relação ao TEA, inclusive a falta de treinamento pode afetar a interação de estratégias e práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA? De que forma afeta o desenvolvimento de habilidades no processo de ensino-aprendizagem?

O professor respondeu:

A ausência de treinamento técnico afeta significativamente a eficiência das práticas pedagógicas. Sem essa capacitação, os educadores ficam despreparados para adaptar o ensino às necessidades individuais de cada aluno atípico. A falta de preparo também pode criar barreiras à inclusão, prejudicando a interação e o engajamento dos alunos com TEA (P6.P4).

O professor destacou que a falta de formação afeta significativamente a eficiência das práticas pedagógicas. A esse respeito, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), e este documento complementa a LDB ao estabelecer diretrizes para a formação de professores na área da educação inclusiva. Ele define as necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino.

Essas duas fontes são fundamentais para embasar a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. Elas estabelecem a necessidade de uma formação inicial sólida e contínua, bem como a importância da adaptação curricular e da promoção da igualdade de oportunidades na educação para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Portanto, a formação continuada dos professores é essencial para desenvolver habilidades e competências no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A falta de formação pode prejudicar a eficiência das práticas pedagógicas, criar barreiras à inclusão e afetar negativamente a interação e o engajamento dos alunos com TEA. Portanto, a formação continuada é fundamental para promover uma educação inclusiva de qualidade que atenda às necessidades individuais dos alunos com TEA e assegure um ambiente escolar inclusivo e equitativo.

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, o

professor escolar foi questionado: A seu ver, a falta de formação continuada do professor em relação ao TEA, inclusive a falta de treinamento pode afetar a interação de estratégias e práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA? De que forma afeta o desenvolvimento de habilidades no processo de ensino-aprendizagem?

O professor respondeu: “Sim afeta. Limita e restringe o potencial de cada aluno não dando condições de crescimento e deixando o aluno limitado e sem autonomia” (P7.P4).

O professor destaca a limitação que o aluno vai sofrer com um professor sem formação. A esse respeito, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e este documento complementa a LDB ao estabelecer diretrizes para a formação de professores na área da educação inclusiva. Ele define as necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino.

Essas duas fontes são fundamentais para embasar a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. Elas estabelecem a necessidade de uma formação inicial sólida e contínua, bem como a importância da adaptação curricular e da promoção da igualdade de oportunidades na educação para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Portanto, a formação continuada dos professores é essencial para desenvolver habilidades e competências no ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. A falta de formação pode limitar o potencial dos alunos, restringindo seu crescimento e autonomia. Portanto, a formação continuada é fundamental para promover uma educação inclusiva de qualidade que atenda às necessidades individuais dos alunos com TEA e assegure um ambiente escolar inclusivo e equitativo. Os dados obtidos confirmam a hipótese.

5.6 Relatório da apresentação do produto técnico-tecnológico

A cartilha objetivou orientar sobre a Educação Inclusiva: Foco no Transtorno do Espectro Autista (TEA), socialização do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula do ensino regular, além de fornecer orientações para gestores, coordenadores, professores e toda a comunidade escolar sobre a importância da inclusão. Buscou promover uma inclusão assertiva e direcionada, reforçando o envolvimento e o compromisso de todos com a promoção de uma educação inclusiva para alunos com TEA.

Para avaliar a eficácia do Produto Técnico Tecnológico supracitado, no dia 10 de setembro de 2024 foi feita uma pesquisa de opinião junto à gestora, coordenadores e professores

que trabalham na escola investigada na pesquisa de mestrado, a Escola Estadual Professor Fábio Salles, localizada no município de Varginha-MG. Para tanto, um questionário foi aplicado aos membros da comunidade escolar analisada (vide Apêndice B), e a Tabela 1 a seguir apresenta os resultados obtidos.

O conteúdo da cartilha aborda estratégias aplicáveis à implementação da Educação Inclusiva, desde os fundamentos legais da educação inclusiva, preparação do ambiente escolar, planejamento pedagógico-inclusivo, implementações de práticas inclusivas, avaliação e acompanhamento, formação continuada de professores e ferramentas e recursos práticos; esperando-se que, ao se seguir as orientações da cartilha, a escola se torne:

- Mais inclusiva, onde todos se sintam incluídos;
- Mais assertiva na inclusão, onde a tomada de decisão seja direcionada.

Dessa forma, é possível proporcionar à comunidade escolar maior assertividade e estratégias, gerando uma inclusão com alunos mais acolhidos e inclusos.

Antes da aplicação do questionário, a cartilha foi apresentada à comunidade escolar e seu conteúdo foi explicado em detalhes, deixando os presentes à vontade para quaisquer questionamentos ou dúvidas acerca do mesmo. As Figuras 3 a 6 ilustram essa ação.

Figura 3: Apresentação da cartilha para a comunidade escolar – foto 1



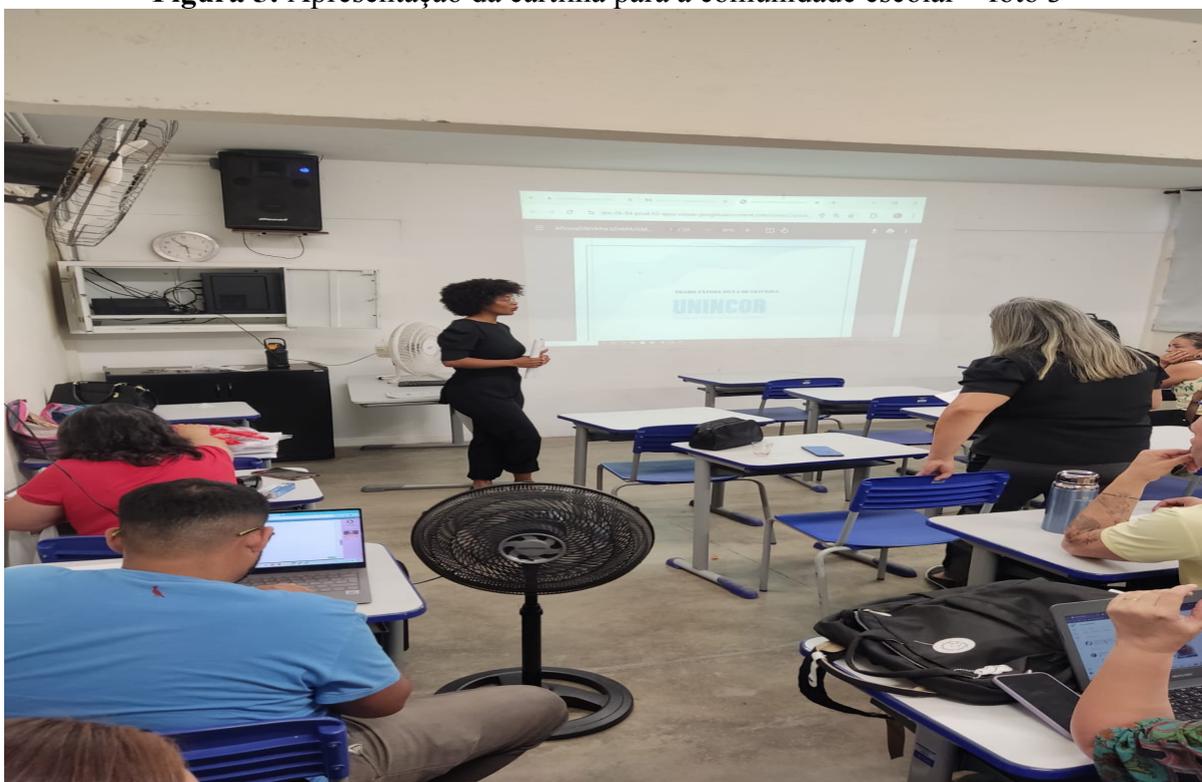
Fonte: A autora (2024).

Figura 4: Apresentação da cartilha para a comunidade escolar – foto 2



Fonte: A autora (2024).

Figura 5: Apresentação da cartilha para a comunidade escolar – foto 3



Fonte: A autora (2024).

Figura 6: Apresentação da cartilha para a comunidade escolar – foto 4



Fonte: A autora (2024).

Após a apresentação da cartilha, os questionários foram aplicados (Figuras 7 a 9), e as respostas coletadas (Tabela 1) forneceram o feedback dos gestores, coordenadores e professores. Os resultados indicaram uma recepção positiva quanto ao conteúdo desenvolvido e sua aplicabilidade prática no contexto escolar.

Figura 7: Aplicação do questionário para a comunidade escolar – foto 1



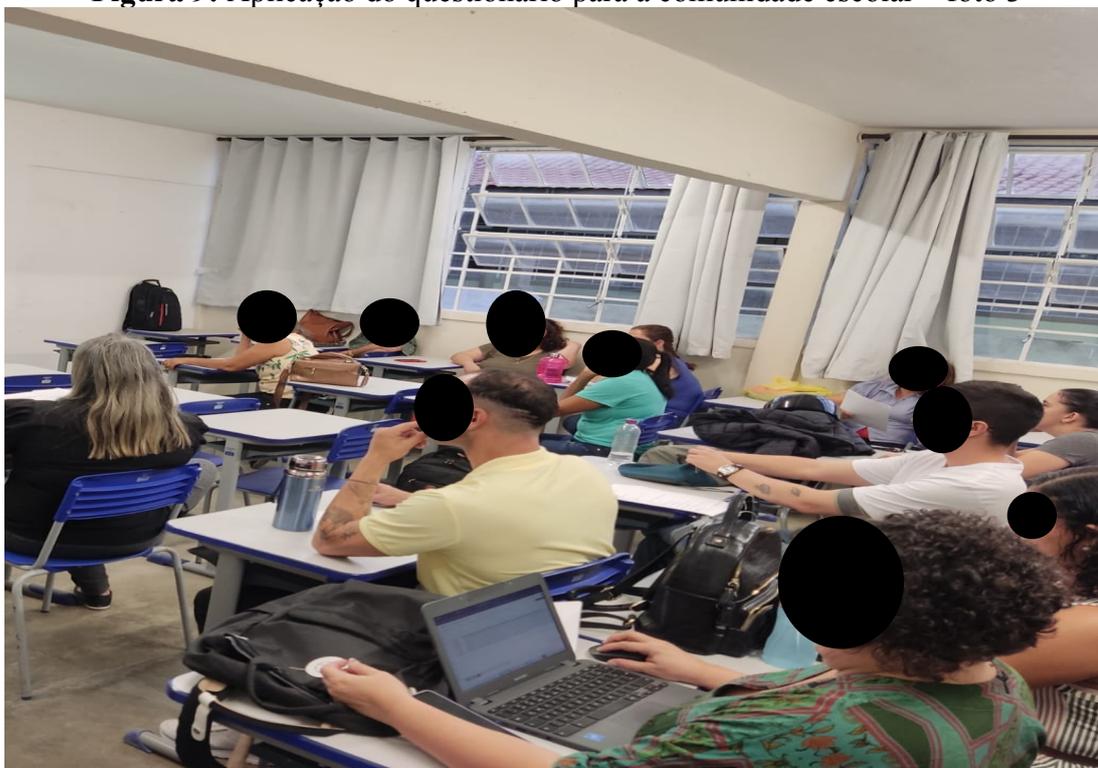
Fonte: A autora (2024).

Figura 8: Aplicação do questionário para a comunidade escolar – foto 2



Fonte: A autora (2024).

Figura 9: Aplicação do questionário para a comunidade escolar – foto 3



Fonte: A autora (2024).

Tabela 1 - Resultados da pesquisa de opinião realizada na Escola Estadual Professor Fábio Salles

Pergunta	Opções	Quantidade de respondentes
1- O design da cartilha foi claro e compreensível?	a) Concordo totalmente	11
	b) Concordo	5
	c) Neutro	2
	d) Discordo totalmente	0
2- A cartilha atende às necessidades da sua área de atuação?	a) Concordo totalmente	8
	b) Concordo	9
	c) Neutro	2
	d) Discordo totalmente	0
3- A cartilha é fácil de usar e implementar?	a) Concordo totalmente	7
	b) Concordo	9
	c) Neutro	2
	d) Discordo totalmente	1
4- A cartilha apresentou inovações relevantes para sua área?	a) Concordo totalmente	7
	b) Concordo	6
	c) Neutro	5
	d) Discordo totalmente	1
5- Você considera que a cartilha pode trazer benefícios significativos para sua prática profissional?	a) Sim	17
	b) Não	1

Fonte: A autora (2024).

O que mais chamou a atenção na cartilha, conforme destacado nas respostas, foi o resultado do engajamento da Gestora, Coordenadores e Professores, sendo este o aspecto mais marcante tanto nas respostas apresentadas quanto durante a conversa que ocorreu para a apresentação e explicação do conteúdo da cartilha.

A maioria dos participantes da pesquisa de opinião respondeu que a cartilha atende a suas necessidades nas áreas de atuações, compreender a importância da educação inclusiva no ambiente escolar é um dos pontos principais abordado pela cartilha, mostrando a importância que o ambiente pode proporcionar ao aluno TEA em sala de aula do ensino regular e em todos os espaços da escola.

Quando questionados sobre quais aspectos da cartilha era mais positivo, os participantes mencionaram o embasamento teórico, as atividades práticas indicadas na cartilha, organização dos tópicos abordados, a elaboração simplificada e o olhar fragilizado que a cartilha tem para a inclusão dos alunos com TEA.

Na opinião da maioria dos participantes, os tópicos da cartilha estão bem elaborados e estruturados, tendo um bom entendimento da leitura.

Quando questionados sobre as sugestões para aprimorar a cartilha, a maioria respondeu positivamente e relatou que a cartilha está bem estruturada, podendo servir como um guia prático para Gestores, Coordenadores, Professores e a comunidade escolar. Os participantes ainda destacaram a importância que a cartilha irá trazer para o aperfeiçoamento do trabalho no dia a dia com os alunos com TEA.

A esse respeito, cabe ressaltar que a cartilha recomenda a promoção da inclusão do aluno TEA em sala de aula do ensino regular, fornecendo orientações claras para a implementação de práticas participativas e inclusivas. Portanto, com base no seu conteúdo, acredita-se que a cartilha ajuda a criar um ambiente escolar mais justo, igualitário e inclusivo.

A cartilha foi elaborada para ser facilmente compreendida por todos os participantes da comunidade escolar, com linguagem direta e exemplos claros, de modo a simplificar os caminhos e facilitar a implementação das práticas escolares inclusivas. Dessa maneira, o Produto Técnico Tecnológico desenvolvido assegura que Gestores, Coordenadores e Professores e a comunidade escolar, possam entender e aplicar os conhecimentos de forma eficaz, promovendo um ambiente escolar mais colaborativo e inclusivo na instituição escolar.

Por fim, solicitou-se que os participantes elencassem comentários ou sugestões da cartilha. Como comentários, foram mencionados os benefícios oriundos do uso da cartilha, como a clareza na comunicação de processos e a uniformidade nas práticas, facilitando a participação de todos na comunidade escolar. Como sugestões, os participantes apontaram o acréscimo de outras deficiências/transtornos.

A pesquisa de opinião permitiu concluir que o Produto Técnico Tecnológico desenvolvido apresentou boa aceitabilidade pela Escola Estadual Professor Fábio Salles, devendo-se ressaltar que a eficácia da cartilha também depende do nível de envolvimento dos usuários, o que pode afetar seu impacto real.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir os resultados das análises, compreende-se que a formação continuada do professor desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão efetiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em salas de aula regulares. As entrevistas realizadas com gestores, coordenadores e professores evidenciam que, de modo geral, grande parte acredita que a formação continuada é crucial para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para facilitar a socialização desses alunos no ambiente escolar.

A formação continuada permite que os educadores adquiram uma compreensão mais profunda das particularidades do TEA, capacitando-os a adotar estratégias pedagógicas que promovam não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a interação social dos alunos. Através dessa formação, os professores desenvolvem habilidades que os tornam mais preparados para lidar com os desafios do ensino inclusivo, adaptando suas práticas de forma a criar um ambiente mais acolhedor e propício para a integração dos alunos com TEA.

As respostas dos participantes da pesquisa confirmam que a formação continuada do professor é um elemento-chave para a inclusão social dos alunos autistas. Destaca-se que, ao longo do processo de formação, os professores conseguem aprimorar suas competências, o que resulta em uma abordagem pedagógica mais sensível e eficaz. Essa capacitação contínua não apenas contribui para uma melhor adaptação dos alunos com TEA ao ambiente escolar, mas também fortalece a capacidade dos professores de promover uma cultura de inclusão dentro da escola.

A formação continuada na perspectiva inclusiva não apenas enriquece o repertório pedagógico dos professores, mas também se revela indispensável para o desenvolvimento de práticas que assegurem a interação social e a plena participação dos alunos com TEA nas atividades escolares. Através dessa formação, os professores são capacitados a transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos, independentemente de suas particularidades, possam aprender e socializar de forma significativa e equitativa.

O objetivo de demonstrar a importância da formação continuada para os professores que atuam na Educação Inclusiva, com foco na adaptação direcionada à interação social dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em salas de aula regulares, foi amplamente atingido.

Através da análise das entrevistas realizadas com os gestores, coordenadores e professores, ficou claro que a formação continuada é vista como essencial para capacitar os

professores a promoverem uma inclusão efetiva e a desenvolverem estratégias pedagógicas que favoreçam a interação social dos alunos com TEA. A pesquisa evidenciou que, quando os professores têm acesso a uma formação continuada de qualidade, eles se tornam mais aptos a compreender as necessidades específicas desses alunos e a criar um ambiente de aprendizagem inclusivo que favorece não apenas o desempenho acadêmico, mas também a socialização.

Portanto, o objetivo geral foi plenamente alcançado. Este trabalho conseguiu demonstrar, de forma clara e fundamentada, a importância vital da formação continuada para os professores que atuam na Educação Inclusiva, especialmente no que tange à adaptação e à interação social dos alunos com TEA em salas de aula regulares. A pesquisa reforça a necessidade de investir na formação continuada como uma ferramenta essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de atender às necessidades de todos os alunos.

Além de concluir que a formação continuada dos professores é fundamental para a inclusão eficaz de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em salas de aula regulares, gostaria de sugerir alguns caminhos para futuras pesquisas que possam complementar e expandir os achados deste estudo.

Seria interessante investigar o impacto específico de diferentes modalidades de formação continuada, como cursos presenciais, online, workshops e grupos de estudo colaborativos, na eficácia das práticas inclusivas dos professores. Outra possibilidade seria explorar a perspectiva dos próprios alunos com TEA e de suas famílias sobre as práticas pedagógicas inclusivas e o papel da formação continuada dos professores no processo de socialização escolar.

Além disso, um tema relevante para futuras pesquisas seria o estudo de como a formação continuada pode ser integrada de maneira mais efetiva no cotidiano escolar, considerando as barreiras estruturais e as necessidades individuais dos educadores. Investigar a relação entre a formação continuada e o bem-estar emocional dos professores que atuam com alunos com TEA também seria um aspecto relevante, já que o manejo adequado das emoções e o suporte psicológico podem influenciar diretamente a qualidade da inclusão.

Essas sugestões visam aprofundar a compreensão dos desafios e oportunidades na formação continuada dos educadores e contribuir para a construção de um ambiente educacional ainda mais inclusivo e adaptado às necessidades de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BORTOLINI, Poker. A Pedagogia Inclusiva: nova perspectiva na formação de professores. **Educação em Revista**, v. 4, n. 4, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2003.v4n4.9350>. Acesso em: 8 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/politica-de-educacao-inclusiva. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.796/2003, de 04 de abril de 2013. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acesso em: 7 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de jun. de 2014**. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: www.planalto.gov.br/.../2014/lei/113005.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)**. Brasília, DF: CNE, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 abr. 2024.

CUNHA, Marleide dos Santos; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza. Formação continuada de professores que atuam na educação inclusiva: Análise sobre a produção científica em periódicos capes. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 25, n. 48, p. 60-85, 2021. DOI: 10.26694/rles.v25i48.2452. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2452>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana; CABRAL, Leonardo S. A. (Orgs.). **Inclusão Escolar e os Desafios para a Formação de Professores em Educação Especial**. São Carlos: Marquezine& Manzini, Marília: ABPEE, 2015. v. 3.

MIRANDA, Therezinha. Formação Docente Continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva. *In*: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al. **Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em outros contextos**. Natal: EDUFRN, 2018. ISBN 978-85-7273-492-9.

MORICONI, Gabriela Miranda; GIMENES, Nelson Antonio Simão; BEGO, Amadeu Moura; MATOS, Daniel Abud Seabra; PEREIRA, Rodney; RIGOLON, Walkiria de Oliveira. Matriz de desenvolvimento profissional docente: Contribuições para o campo da formação de professores no Brasil. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 16, n. 00, p. e023038, 2023. DOI: 10.26843/ae.v16i00.1220. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1220>. Acesso em: 12 maio 2024.

OLIVEIRA, Ana Caroline dos Santos; DIAS, Thayná Cristina Dias e; COSTA, Danielle Rodrigues Monteiro da; SITKO, Camila Maria; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso. Formação continuada de professores de Ciências em Educação Especial: indicadores de desenvolvimento profissional. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 15, n. 2, p. 22–42, 2022. DOI: 10.18554/rt.v15i2.5879. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/5879>. Acesso em: 8 maio. 2024.

OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de; OLIVEIRA, Marcia Betania de. Políticas curriculares para a formação de professores: a docência para a infância em pauta. **Educação, [S. l.]**, v. 49, n. 1, p. e105/1–17, 2024. DOI: 10.5902/1984644485382. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/85382>. Acesso em: 2 jul. 2024.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIRES, Y. R.; MENDES, G. M. L. ADAPTAR, ADEQUAR, DIFERENCIAR: reflexões a partir das políticas curriculares para o público-alvo da Educação Especial. **Revista Espaço do Currículo, [S. l.]**, v. 12, n. 3, p. 390–403, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2019v12n3.40581. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n3.40581>. Acesso em: 6 maio. 2024.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; AGUIAR, Fabiano Sales de; JOHNSON, Luanna Freitas. Formação continuada em serviço para educação inclusiva com professores de sala multisseriadas. **Polyphonia**, v. 34, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rp.v34i1.77899>. Acesso em: 1º abr. 2024.

SANTOS, Geandra Claudia Silva; FALCÃO, Giovana Maria Belém (Orgs). **Educação Especial Inclusiva e Formação de Professores: Contribuições teóricas e práticas**. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Simone Toledo da. Formação de formadores e suas contribuições para a educação inclusiva. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 117-130, 2020. DOI: [10.30681/relva.v7i2.4936](https://doi.org/10.30681/relva.v7i2.4936). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/4936>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SOARES, Mário; CARVALHO, Maria. **O professor e o aluno com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2012.

TURCI, Deolinda Armani; LOURENÇO, Érica. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: conhecimentos e práticas dos professores da educação básica do município de Belo Horizonte. **Educação em Foco**, v. 24, n. 44, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36704/eef.v24i44.5452>. Acesso em: 8 abr. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2021.

APÊNDICE A - Questionário de Validação do Produto Técnico-Tecnológico

Título do Produto: Cartilha Guia de Referência para Formação de Professores em Educação Inclusiva
Introdução: Este questionário tem como objetivo coletar <i>feedback</i> sobre o produto técnico-tecnológico apresentado como parte do mestrado. Sua opinião é crucial para avaliar a eficácia, aplicabilidade e qualidade do produto. Todas as respostas serão tratadas de forma confidencial e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.
Instruções: Por favor, responda a todas as perguntas com base em sua experiência e opinião após a apresentação do produto. Marque a opção que melhor representa sua resposta.
1: Dados 1.1 Qual é o seu gênero? <input type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino <input type="radio"/> Prefiro não dizer 1.2 Qual a sua idade? <input type="radio"/> Menos de 25 anos <input type="radio"/> 25-34 anos <input type="radio"/> 35-44 anos <input type="radio"/> 45-54 anos <input type="radio"/> 55 anos ou mais 1.3 Qual é o seu nível de formação? <input type="radio"/> Graduação <input type="radio"/> Especialização <input type="radio"/> Mestrado <input type="radio"/> Doutorado <input type="radio"/> Outros: _____ 1.4 Qual é a sua área de atuação? <input type="radio"/> Gestor (a) <input type="radio"/> Coordenador (a) <input type="radio"/> Professor (a) <input type="radio"/> Outros: _____
2: Avaliação do Produto Técnico-Tecnológico 2.1. O design da cartilha foi clara e compreensível? <input type="radio"/> Concordo totalmente <input type="radio"/> Concordo <input type="radio"/> Neutro <input type="radio"/> Discordo <input type="radio"/> Discordo totalmente

2.2 A cartilha atende às necessidades da sua área de atuação?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Neutro
- Discordo
- Discordo totalmente

2.3 A cartilha é fácil de usar e implementar?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Neutro
- Discordo
- Discordo totalmente

2.4 A cartilha apresentou inovações relevantes para sua área?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Neutro
- Discordo
- Discordo totalmente

2.5. Você considera que a cartilha pode trazer benefícios significativos para sua prática profissional?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Neutro
- Discordo
- Discordo totalmente

3: Feedback Específico

3.1 Quais aspectos da cartilha você considera positivos?

3.2 Quais tópicos da cartilha poderiam ser melhorados?

3.3 Você encontrou alguma dificuldade ao aplicar a cartilha? Se sim, quais?

3.4 Você tem sugestões para aprimorar a cartilha?

3.5 Quais são suas expectativas em relação ao impacto da cartilha em sua área de atuação?

4: Comentários Gerais

4.1 Você tem algum comentário ou sugestão?

Agradecimento: Agradecemos sua participação e valioso feedback. Suas respostas são essenciais para a melhoria contínua e a validação do produto desenvolvido. Caso deseje receber um resumo dos resultados desta pesquisa, por favor, forneça seu e-mail abaixo (opcional).

E-mail:

APÊNDICE B - Validação do produto

Percepção da gestora escolar que fez a formação continuada
<p>1. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Com base nessa hipótese, a gestora escolar foi questionada:</p> <p>2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. De que forma essas habilidades e competências podem ajudar no ambiente escolar inclusivo?</p> <p>3. Acredita-se na formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. De que forma vem ajudando os alunos com TEA no processo de ensino-aprendizagem?</p> <p>4. Imagina-se como a formação continuada do professor vai seguir para uma adaptação significativa do aluno com TEA nas habilidades e competências. De que maneira a formação colaborou com essa adaptação?</p>
Percepção do coordenador escolar que tem formação continuada
<p>1. Imagina-se a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Você já participou de formação em cursos com foco em desenvolvimento de habilidades e competências para contribuir com para criação dessas estratégias?</p> <p>2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Você já participou de cursos, palestras que tratavam de implementação de estratégias na formação do professor?</p> <p>3. Imagina-se a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. Até que ponto essas estratégias são eficazes?</p>
Percepção do coordenador escolar que não tem a formação continuada
<p>1. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA. Essa falta de experiência educacional pode comprometer a oferta de uma educação inclusiva menos assertiva?</p> <p>2. Acredita-se a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. De que modo a ausência de desenvolvimento específico de habilidades e competências pode dificultar o professor com</p>

o aluno TEA?

Percepção do professor que fez a formação continuada escolar

1. Pensa-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA De que forma? Você fez cursos ou participou de palestras que tratavam sobre as habilidades e competências para o professor na educação inclusiva?

2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. Como você planeja essas estratégias dentro do desenvolvimento de habilidades e competências?

3. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. De que forma o curso contribuiu para essa interação no ambiente escolar?

4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competência no ensino aprendizagem do aluno com TEA. De que maneira essa formação continuada do professor impacta no desenvolvimento de habilidades e competências para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem?

5. Pensa-se que a formação continuada do professor desenvolvendo habilidades e competências poderá guiá-lo para uma adaptação mais assertiva do aluno com TEA.: Como você vê a formação continuada do professor seguindo para uma adaptação do aluno com TEA? Você acredita que a formação continuada do professor ajuda na adaptação do aluno com TEA no desenvolvimento de habilidades e competências de forma significativa?

6. Pensa-se que a formação continuada do professor vai seguir para uma adaptação significativa do aluno com TEA nas habilidades e competências. De que maneira essa estrutura deu apoio nos termos de habilidades e competências para favorecer, no ambiente educacional, a adaptação do aluno com TEA?

7. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. A formação capacitou para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA, dentro do ambiente escolar inclusivo?

8. Imagina-se que a formação continuada do professor no ensino regular e o seu desenvolvimento com as habilidades e competências para as estratégias de interação social do aluno com TEA. De acordo com sua opinião as práticas ou métodos de ensino tratados na formação continuada do professor mostraram-se eficazes na promoção do desenvolvimento de habilidades sociais de alunos com TEA? Houve contribuição para uma experiência mais inclusiva no ensino regular?

Percepção do professor que não fez a formação continuada escolar

1. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. De que forma essa limitação pode afetar os alunos que possuem TEA na sala de aula regular?
2. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. De que maneira esse impacto pode deixar de ser eficaz na interação social de alunos com TEA em sala de aula regular?
3. Imagina-se que a formação continuada do professor, usando habilidades e competências, desenvolverá mais estratégias como possibilidades para uma interação social na sala de aula regular com o aluno com TEA. De que modo estará prejudicando uma interação mais assertiva e inclusiva para alunos com TEA?
4. Acredita-se que a formação continuada do professor em desenvolver habilidades e competências no ensino aprendizagem do aluno com TEA. De que forma afeta o desenvolvimento de habilidades no processo de ensino- aprendizagem?

Fonte: A autora (2024).

APÊNDICE C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
VERDE - UNINCOR



DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Formação de Professores Inclusiva

Pesquisador: THAISE FATIMA SILVA DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79975324.1.0000.0295

Instituição Proponente: Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.901.848

Apresentação do Projeto:

O tema desse artigo aborda a formação de professores e a educação inclusiva. Tal abordagem se faz necessário uma formação continuada com respaldo para a educação inclusiva, pois muitos são os relatos dos professores que se dizem sem conhecimento das habilidades e competência para aplicar o ensino com os alunos com Transtorno Espectro Autismo (TEA) em sala de aula do ensino regular, não sabendo qual o direcionamento para uma adaptação mais voltada para a interação desse aluno, e com isso se sentem sem uma orientação em preparar suas atividades, que muitas das vezes não são bem aproveitados por esse público. Com isso, o aluno não alcança os resultados esperados. O objetivo deste artigo é demonstrar a importância da formação continuada para os professores que atuam na Educação Inclusiva para uma adaptação direcionada para a interação social do aluno com Transtorno Espectro Autismo (TEA) em sala de aula regular. Será conseguido através de estudo de caso. Para tanto, como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica descritiva e análise quantitativa. O estudo deste trabalho fornecerá uma visão abrangente do estado atual da formação continuada dos professores em relação à educação inclusiva. Os resultados quantitativos permitirão identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria nas práticas de inclusão.

Endereço: Avenida Castelo Branco, nº 82, Bloco B, 4º andar

Bairro: Chácara das Rosas

CEP: 37.417-150

UF: MG

Município: TRES CORACOES

Telefone: (35)3112-2491

E-mail: cepunincor@unincor.edu.br Ramal 1061

Continuação do Parecer: 6.901.848

Objetivo da Pesquisa:

Demonstrar a importância da formação continuada para os professores que atuam na Educação Inclusiva visando a uma adaptação direcionada para a interação social do aluno com Transtorno Espectro Autista (TEA) em sala de aula regular

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Medo de responder questões referentes a gestão da escola. Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário. Exemplo:

A) Invasão de privacidade. Nem todos os entrevistados se sentem a vontade para participar da pesquisa que solicita dados pessoais

Benefícios:

Muitos são os relatos dos professores que se dizem sem conhecimento das habilidades e competência para aplicar o ensino com os alunos com Transtorno Espectro Autista (TEA) em sala de aula do ensino regular, não sabendo qual o direcionamento para uma adaptação mais voltada para a interação desse aluno. Com isso eles se sentem sem uma orientação para preparar suas atividades que, muitas das vezes, não são bem aproveitadas por esse público e o aluno não apresenta os resultados esperados.

A formação continuada do professor auxiliará em seu desenvolvimento no processo ensino aprendizagem do aluno com TEA dentro da sala de aula do ensino regular, na metodologia assertiva a ser aplicada adaptando o aluno ao ambiente escolar e fazendo com que ele se desenvolva e tenha um aprendizado voltado conforme descreve a legislação, e que, de fato ocorra a socialização. O professor capacitado se sentirá mais confiante na relação professor-aluno e desenvolverá estratégias e métodos a serem aplicados no ambiente escolar, possibilitando uma adaptação voltada para o alunado.

Ao ser desenvolvido esse trabalho espera-se que atenda o professor em sua dificuldade do dia a dia, que é a de fazer a socialização do aluno com TEA dentro da sala de aula do ensino regular.

Também que auxilie o docente a desenvolver estratégias para seguir no processo de ensino aprendizagem fazendo com que, de fato, o aluno com TEA seja inserido e que, realmente, aconteça a socialização e assim, esse aluno seja integrado na sala de aula do ensino regular, conforme demanda a legislação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema pertinente e de grande importância para a educação.

Endereço: Avenida Castelo Branco, nº 82, Bloco B, 4º andar

Bairro: Chácara das Rosas

CEP: 37.417-150

UF: MG

Município: TRES CORACOES

Telefone: (35)3112-2491

E-mail: cepunincor@unincor.edu.br Ramal 1061

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
VERDE - UNINCOR



Continuação do Parecer: 6.901.848

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos de acordo.

Recomendações:

Descrever melhor a metodologia.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2343904.pdf	15/05/2024 10:53:26		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado_assinado.pdf	15/05/2024 10:52:23	THAISE FATIMA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	15/05/2024 10:52:07	THAISE FATIMA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Carta.pdf	15/05/2024 10:51:31	THAISE FATIMA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto0.pdf	15/05/2024 10:50:08	THAISE FATIMA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	15/05/2024 10:49:08	THAISE FATIMA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/05/2024 10:47:22	THAISE FATIMA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

TRES CORACOES, 21 de Junho de 2024

Documento assinado digitalmente
 FABIANO GUIMARAES NOGUEIRA
Data: 10/10/2024 16:07:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinado por:
Fabiano Guimarães Nogueira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Castelo Branco, n° 82, Bloco B, 4° andar

Bairro: Chácara das Rosas

CEP: 37.417-150

UF: MG

Município: TRES CORACOES

Telefone: (35)3112-2491

E-mail: cepunincor@unincor.edu.br Ramal 1061

The logo for UninCor is displayed in a bold, green, sans-serif font. The letter 'U' is stylized with a white, curved element on its left side. The background features abstract, overlapping geometric shapes in various shades of green on the left and light gray on the right, creating a modern, dynamic feel.

UninCor